



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – DINÂMICA TERRITÓRIAL E AMBIENTAL**

A PRODUÇÃO MUDIÁTICA DA MARÉ DO CAMARÃO NO CEARÁ

Albaniza Rodrigues Fernandes

Fortaleza
2007

ALBANIZA RODRIGUES FERNANDES

A PRODUÇÃO MUDIÁTICA DA MARÉ DO CAMARÃO NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Ivaine Maria Tonini

Fortaleza
2007, Fortaleza

ALBANIZA RODRIGUES FERNANDES

A PRODUÇÃO MIDIÁTICA DA MARÉ DO CAMARÃO NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração – Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ivaine Maria Tonini (orientadora) – UFRGS

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva (co-orientador) – UFC

Prof. Dr. Antonio Jeováh de Andrade Meireles – UFC

Prof^a. Dr^a. Doralice Satyro Maia – UFPB

Prof^a. Dr^a. Elisabete Maria Garbin – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Maria Elisa Zanella – UFC

Dedico este estudo

À minha família e aos meus amigos pela
força e carinho dedicados a mim durante
toda essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, isso sim exigiria algumas folhas, pois esta dissertação só foi possível graças à ajuda, ao empenho e à dedicação de algumas pessoas que, direta ou indiretamente, auxiliaram-me na sua construção. Começo meus agradecimentos a uma força muito especial, que me acompanhou por toda essa caminhada: Deus. Ele deu-me saúde para chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora, Ivaine Maria Tonini, que sempre acreditou em mim e foi a maior incentivadora e responsável por minha chegada ao Mestrado. Fico grata também pela forma como me fez enxergar o mundo, pela sua dedicação, disposição, mesmo a distância, a socorrer-me em todos os momentos necessários. A meus pais e à minha família, por acreditarem no meu potencial e estarem sempre presentes em todos os instantes de minha vida, difíceis ou não. Um agradecimento especial ao meu esposo, Marcos, pelo companheirismo, por sua disponibilidade em auxiliar-me na parte “física” do trabalho, por sua compreensão pela minha ausência, e principalmente pelo carinho com que colaborou em todas as etapas desta dissertação.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), que cooperou com a execução desta pesquisa. A todos os professores e funcionários do Departamento de Geografia - UFC, que sempre estiveram disponíveis a ajudar-me.

Às minhas amigas de outras caminhadas e de todas as horas de angústia ou de felicidade, Geísa e Lourdes, com quem sempre pude contar. E um carinho especial à amiga Débora, que me auxiliou desde o início, permitindo que o meu trilhar na construção dessa tarefa fosse menos árduo, com as suas sugestões e dicas sempre tão importantes.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a mostrar um outro olhar ao estudo da Carcinicultura, ao realizar uma investigação geográfica, selecionando um jornal local, a partir de sua produção discursiva. O estudo investiga de que maneira o discurso jornalístico opera na construção de representações sobre essa atividade. Para isso, é necessário percebê-lo como um constituidor de significados, onde se exercem e travam lutas para produzir uma suposta verdade/realidade. Ao analisar as matérias jornalísticas, como discursos construídos culturalmente, percebe-se o modo como as representações estão sendo elaboradas. As ferramentas teóricas norteadoras desta pesquisa foram fornecidas pela Geografia Cultural, as quais possibilitaram uma nova leitura sobre o assunto. A pesquisa busca compreender as representações elaboradas pelo jornal O POVO, um dos mais importantes veículos da mídia impressa do Ceará, sobre a Carcinicultura em três períodos: de 1978-1984; 1990-1994 e de 2000-2004. A divisão desses períodos está alicerçada nos critérios estabelecidos pelo IBAMA e SEMACE em seus estudos sobre a questão. O cultivo de camarão começa a ser veiculado pelo jornal na década de 1970, mas somente na década de 1990 que conquista uma maior notoriedade na agenda pública. A metodologia utilizada consiste em um levantamento de reportagens que tratam, de alguma forma, a temática da Carcinicultura. Considero como campo da pesquisa as edições diárias do jornal O POVO desses períodos. O jornal, ao ser pensado como artefato cultural, está sendo visto como um local de produção de saberes sobre a atividade camaroneira, auxiliando na formação da opinião pública. O estudo, ao estar pautado na análise da construção discursiva, teve que se direcionar a examinar as estratégias acionadas para elaborar os ditos sobre a Carcinicultura. Neste sentido, descrevo e problematizo o funcionamento dos discursos jornalísticos. No primeiro período, 1978-1984, em *Ao encontro do Eldorado*, observo dizeres que apontam a Carcinicultura como algo benéfico, uma importante saída para a crise do sal, uma atividade para inserir o Ceará e o Nordeste no circuito nacional de produção. À medida que avança para os períodos seguintes, o discurso do referido jornal desloca-se para outros significados. Assim, a atividade camaroneira é, por um longo período, apontada pelo jornal como a única saída viável para o Nordeste. Isso passa a ser questionado. A expansão da Carcinicultura no Brasil é bastante expressiva nas últimas décadas. Esse progresso está relacionado à introdução e ao cultivo da espécie *Litopenaeus vannamei*, ao uso de técnicas de melhoramento, tanto voltadas para o aumento da produção como da reprodução do camarão, incentivos governamentais e à utilização indiscriminada de certas áreas litorâneas. No segundo período, 1990-1994, *A promessa da redenção econômica* ainda permanece. O discurso da atividade, como uma coisa muito promissora, no início está presente, para, posteriormente, a atividade passar a ser vista não mais como algo tão benéfico. Para o terceiro período, de 2000-2004, *O sonho acabou*, embora o cultivo do camarão, naquele momento, já fosse uma das mais importantes atividades do setor primário nordestino, ocupando lugar de destaque na pauta de exportação do estado do Ceará. Os enunciados dos discursos jornalísticos passam a registrar essa prática como uma atividade preocupante pela forma como é realizada, isto é, sendo a causa de inúmeros problemas socioambientais. A prática do cultivo de camarão, em áreas de mangues e suas adjacências, vêm provocando uma série de danos, tanto para o ambiente, como para inúmeras comunidades que dependem do ecossistema manguezal para sobreviverem. Nesse sentido, o discurso

do jornal, ao deslocar esses dizeres sobre a Carcinicultura, mostra como atua estrategicamente para a naturalização dos significados. Com isso, deve ser entendido não apenas como um informador dos acontecimentos, dos fatos, mas como um instrumento que estabelece *verdades*, as suas.

RESUMEN

Esta disertación propone lanzar otra mirada al estudio del Carcinicultura, al realizar una investigación geográfica en el periódico que empieza del la producción discursiva. El estudio investiga como el discurso periodístico opera en la construcción de representaciones sobre esta actividad. Para esto, fue necesario notálo como constituido de significados, dónde se ejercen y traban las luchas para producir una supuesta realidad/verdad. Al analizar las materias periodísticas como el discurso construyó culturalmente, va notándo-se la manera como las representaciones estan elaborándose. Las herramientas teóricas que nortearon esta investigación fueron proporcionados por la *Geografía Cultural*, que hizo posible una nueva lectura en el tema. La investigación buscaba para entender las representaciones elaboradas por el periódico "O POVO", uno de los vehículos más importantes de los medios de comunicación impresa del Ceará respecto a Carcinicultura y tres períodos: 1978-1984; 1990-1994 y 2000-2004. La división de esos períodos se encuentra en criterios establecidos por IBAMA y SEMACE en sus estudios sobre la Carcinicultura. El cultivo del camarón empieza a ser transmitido por el periódico por la década de 1970, pero sólo en 1990 que conquista una fama más grande en su calendario público. La metodología usada consistió en una busca de los informes que ellos trataron de alguna manera el tema del Carcinicultura. Yo consideré como el campo de la investigación la edición diaria del "O POVO" en esos períodos. El periódico al ser considerado como una habilidad cultural está viéndose como un lugar de la producción de saberes sobre la actividad camaroneira y evalúe en la formación de la opinión pública. El estudio analiza la construcción discursiva, tenidos que dirigirse para examinar las estrategias trabajadas para elaborar las declaraciones en el Carcinicultura. En ese sentido, describe y problematiza el funcionamiento de los discursos periodísticos. En el primer período, 1978-1984, en *Al encuentro de Eldorado* yo observé refranes que apuntan el Carcinicultura como algo beneficioso, una salida importante para la crisis de la sal, una actividad para insertar Ceará y el Nordeste en el circuito nacional de producción. Cuando avanzo para el período siguiente, el discurso del mencionado periódico mueve para otro significado. Así, la actividad camaroneira fue por un período largo por el periódico como única salida viable para el Nordeste. Esto pasa a ser preguntado. La expansión de la Carcinicultura en Brasil es bastante expresiva en las últimas décadas. Ese progreso está relacionado a la introducción y cultivo de la especie *Litopenaes vannamei*, al uso de las técnicas de la mejora de tal manera se vuelva hacia el aumento de la producción de los camarones, incentivos gubernamentales y el uso indistinto de ciertas áreas. En el segundo período, 1990-1994, *La promesa la redención económica*, permanece. El discurso de la actividad se queda inicialmente como una cosa muy prometedor, al principio esta presente para después, la actividad pasar para no ser visto más como algo tan beneficioso. Para el tercer período, 2000-2004, *El sueño acabó*, aunque el cultivo del camarón en aquele momento ya fuera una de las actividades más importantes de la sección primaria nororiental, ocupando la posición de la prominencia en la línea de exportación del estado de Ceará. Las declaraciones de los discursos periodísticos pasan a colocar esta práctica como una actividad preocupando com la manera cómo es ejercida, esto és siendo la causa de los problemas socioambientales innumerables. La práctica del cultivo del camarón, en las áreas del pantano y sus adjacencias, está provocando una serie de daños y perjuicios, tanto para el medio ambiente, cuanto a

comunidades innumerables que dependen del crecimiento del ecosistema de mangles para sobrevivir. En ese sentido, el discurso del periódico al mover esos refranes respecto a la Carcinicultura, muestra cómo actúa estratégicamente para la naturalización de los significados. Con esto, debe entenderse no solamente como informador de los eventos, de los hechos, pero como un instrumento que establece verdad, las suyas.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Cooperação técnica entre Brasil e Coréia	p. 93
Fig. 2: Sal versus camarão	p. 94
Fig. 3: O camarão pelo caminho do sal	p. 96
Fig. 4: Os primeiros passos	p. 102
Fig. 5: O Estado banca o camarão	p. 107
Fig. 6: Camarão na fogueira	p. 109
Fig. 7: Passos importantes	p. 111
Fig. 8: Camarão: a solução para o Nordeste?	p. 116
Fig. 9: O crescimento do camarão no Ceará	p. 119
Fig. 10: A Carcinicultura e a natureza	p. 122
Fig. 11: Financiamento da Carcinicultura	p. 127
Fig. 12: Devastação nos mangues	p. 131
Fig. 13: Os camarões estão doentes	p. 133
Fig. 14: O camarão é alvo de denúncias	p. 137
Fig. 15: Em busca do controle	p. 145
Fig. 16: As promessas do sucesso	p. 148
Fig. 17: O camarão está irregular	p. 155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Atividade Promissora	90
Gráfico 2. As promessas da Carcinicultura	113
Gráfico 3. A Carcinicultura e suas desilusões	125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCC - Associação Brasileira dos Criadores de Camarão

ACCEC - Associação Cearense de Criadores e Exportadores de Camarão

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BBC - British Broadcasting Corporation

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

COEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

E.C. - Estudos Culturais

EIA/RIMA - Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de impactos Ambientais

EJF - Fundação para a Justiça Ambiental

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA - Estados Unidos da América

FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FISSET Pesca - Fundo de Investimento Setorial Pesca

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IMNV - Vírus da Necrose Idiopática Muscular

LABOMAR - Instituto de Ciências do Mar

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PDS - Partido Democrático Social

PGE - Procuradoria Geral do Estado

PGR - Procuradoria Geral da República

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PROPESCA - Programa da Pesca

PT - Partido dos Trabalhadores

SEAGRI - Secretaria da Agricultura Irrigada
SECOM - Secretaria da Comunicação Social
SEMACE - Superintendência do Meio Ambiente do Ceará
SOMA - Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente do Estado
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
UDN - União Democrática Nacional
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFGRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Evolução da Carcinicultura no Brasil (1997-2003)

73

SUMÁRIO

1. Olhares Iniciais	16
2. Aprendendo a olhar	25
2.1 Partindo para pescar	25
2.2 Tecendo a rede de pescar	38
3. A mídia em pauta	45
3.1 Contando uma história	45
3.2 A mídia como prática de poder	52
3.3 A informação nossa de cada dia: outras anotações	58
3.4 Nas entrelinhas do jornal O POVO	63
4. No lançar da rede	68
4.1 Caminhos iniciais das fazendas de camarão	68
4.2 A natureza como condição favorável e a economia como solução para a sociedade	74
4.3 Licenciamento das fazendas de camarão e relações de trabalho	82
5. Despesca do camarão	88
5.1 Ao encontro do Eldorado – 1978 a 1984	88
5.2 A promessa da redenção econômica – 1990 a 1994	112
5.3 O sonho acabou – 2000 a 2004	125
6. Alguns fragmentos finais	161
7. Referências bibliográficas	166
Anexos	173

1. CAPÍTULO - OLHARES INICIAIS

Neste capítulo, é feita uma apresentação geral deste trabalho. Registro os caminhos trilhados e seguidos na construção desta pesquisa de Mestrado e tento descrever um pouco a minha trajetória, desde o momento que me foi proposto trabalhar pela primeira vez com a Carcinicultura¹, até a escrita deste texto. “Que, aliás, foram caminhos muitas vezes de pedras”.

Este trabalho originou-se ainda na graduação, a partir de uma pesquisa realizada na disciplina obrigatória de Prática de Humana I, em 2005/1 (no primeiro semestre do ano de 2005), para a aquisição do título de Bacharel em Geografia/UFC. Inicialmente a pesquisa foi proposta como atividade avaliativa dessa disciplina. O recorte espacial era a comunidade de Curral Velho, em Acaraú, no Estado do Ceará. A pesquisa foi iniciada com a realização de alguns trabalhos de campo na comunidade, com a aplicação de entrevistas e questionários, para que eu pudesse ter uma aproximação, tanto com a comunidade local, como com a Carcinicultura, tema este até então praticamente desconhecido por mim. O estudo investigava as transformações territoriais e sociais na comunidade, desencadeadas pela Carcinicultura.

No primeiro contato com esta nova realidade, aconteceu um verdadeiro fascínio pelo tema Carcinicultura, embora houvesse uma certa preocupação com o desenrolar da pesquisa, pois, no período dos primeiros trabalhos de campo na comunidade, verifiquei que esta se encontrava em meio a um forte conflito², inclusive vivenciando confrontos armados e com vítimas lesionadas.

É claro que o conflito em si me sensibilizou bastante, deixando-me apreensiva, mas o que me tornou mais preocupada e insegura foi a confiança e o

¹ Carcinicultura – Criação de camarão em cativeiro.

² Os conflitos tiveram início desde as primeiras instalações dos tanques/viveiros. Com o passar do tempo, só tenderam a se agravar. Em 07 de setembro de 2004, ocorreu, em Curral Velho, um combate entre membros da comunidade e pessoas ligadas à empresa Jolly. Segundo relatos de pessoas da comunidade, seguranças enviados pelo dono da empresa montaram uma emboscada para pegá-las quando estas saíam para pescar. O fato resultou com várias pessoas feridas. (Informações fornecidas pela própria comunidade). E os conflitos não pararam por aí, como poderemos verificar mais adiante nas várias reportagens que mencionarei no capítulo cinco.

pedido de socorro do pessoal daquele local. A comunidade via na Universidade (lá representada pela turma de prática de Humana I) uma espécie de “salvadora da pátria”, como se a mesma tivesse o poder para solucionar os seus problemas.

Com o término da disciplina infelizmente, o projeto ficou de lado e houve uma dedicação maior à seleção do Mestrado. Uma vez que já possuía este projeto, pleiteei minha vaga na Universidade com a mesma proposta. A pesquisa, na época, denominava-se: *Comunidade pesqueira frente a Carcinicultura: O caso de Curral Velho, CE.*

Com a investigação inicial, tive a constatação pré-liminar que a atividade camaroneira desencadeou e continuava a desencadear muitas mudanças naquele local, que vão desde alterações nas relações de trabalho, passando pelo relacionamento entre as pessoas e refletindo-se até mesmo na interação com a comunidade e seu território³. Assim que esta atividade foi implantada no território, aconteceu um rompimento com a população. Muitos conflitos internos foram gerados. Inclusive, alguns lugares da comunidade, passaram a ser proibidos à circulação dos próprios moradores. Trechos que os pescadores tinham para ir ao mar, locais de coleta de mariscos, e vários outros utilizados para o próprio lazer foram ocupados pelos tanques da atividade.

A comunidade ficava cada vez mais revoltada, pois à medida que a Carcinicultura ia se expandindo, ela ia perdendo seu território. Um local que, como eles mesmos falaram, “é deles desde que eles existem e que, de uma hora para outra, é ocupado por gente que saía num sei de onde”. (Relatos da própria comunidade)

Mas o que chamou mais a minha atenção foi a revolta dos moradores em relação aos órgãos responsáveis pela liberação das licenças, no caso IBAMA, SEMACE e Secretarias Municipais. Esses órgãos garantiam à comunidade que a atividade em nada modificaria o local, e que se tratava de uma prática que traria emprego e prosperidade para as comunidades onde ela se instalasse. As pessoas que, muitas vezes possuíam pouca instrução, acabavam acreditando nessa

³ O conceito de território, sem sombra nenhuma de dúvidas, é um dos mais discutidos no estudo epistemológico da Geografia. É extremamente complexo, podendo ser utilizado nas mais diferentes escalas e inclusive em várias outras ciências como a Biologia e a Sociologia. Primeiramente, a importância do território, na Geografia, surge de anseios meramente militares, ou “políticos-militares”, por assim dizer: gestão do espaço, a dominação e o controle do mesmo. O território surge de um espaço que é apropriado, tomado ou ocupado por determinado segmento da sociedade ou grupo social.

promessa, mas, com o passar do tempo e o aparecimento dos primeiros danos, elas começaram a perceber que a coisa não era bem assim.

Segundo Souza (1995, p. 78), o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por relações de poder”. Portanto, pode-se imaginar que o território surge a partir de uma determinada apropriação de um local, onde o exercício de certo poder, ou dominação acarretará na manutenção, ou gestão daquele espaço.

A partir desta apropriação, são criadas “raízes de identidade”, onde esse grupo estaria intrinsecamente ligado a determinado local por aspectos sócio-espaciais, naturais, paisagísticos, arquitetônicos, não só com o espaço físico concreto, mas com o próprio território em si. Tem-se toda uma história ligada a isso, uma tradição, um conjunto de valores e idéias.

Entender a questão do território é fundamental para o estudo da Carcinicultura, assim como os prejuízos causados por essa atividade a inúmeras comunidades litorâneas pesqueiras. A formação do território dá-se a partir de uma relação de identidade, de uma relação social de pertencimento, de ser parte, entre tal indivíduo ou comunidade e um determinado local em que ele (a) determina como seu.

Para Souza (1995, p. 86), “o território, ou ‘os territórios’ não são apenas formados em uma dimensão política, cultural ou espacial de determinada sociedade, mas também, o território, pode ser entendido como um ‘campo de força’ ou uma ‘rede de relações sociais’ que definem ou delimitam em dado espaço um limite, onde há os *insiders* (os de dentro) e os *outsiders* (os do lado de fora, ou estranhos)”. Para o autor, territórios são relações sociais projetadas no espaço. E isso permite sua construção e desconstrução nas mais diferentes escalas espaciais, bem como em escalas temporais.

Assim sendo, a defesa do território para as Comunidades pesqueiras tradicionais⁴ representa a manutenção de seu modo vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de sua identidade e mesmo de liberdade. “Os atores ver-se-ão confrontados com necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação”. (Souza, 1995, p.109)

⁴ Para saber mais a respeito das Comunidades Litorâneas Pesqueiras ler mais Lima (2002).

Aqui me valho, mais uma vez, do pensamento de Souza (1995) “existem aspectos de fundamental importância para a compreensão da gênese de um território: suas características geológicas, seus recursos naturais, o que é produzido e quem produz em dado espaço, as ligações afetivas e de identidade entre a sociedade e o seu espaço” (p. 78).

Além das características já citadas, o território também pode ser caracterizado pelas diferentes interações homem-espaço, transformando a natureza através do trabalho, e depois instituindo o valor ao transformar o espaço social. Assim se terá o território.

Para Corrêa (2001), “território são segmentos do espaço apropriados e/ou controlados por um dado grupo, com o objetivo de garantir as práticas que lhe dão identidade ou permitem realizar suas atividades” (p. 178).

Diante de todas essas questões, propus-me a continuar a investigar as transformações provocadas pela Carcinicultura não mais em uma comunidade. Ao invés de pesquisar a Carcinicultura e seus impactos em uma comunidade específica, passei a investigar a produção do discurso da Carcinicultura na mídia. A partir de então, fui direcionando a pesquisa por novos caminhos. Confesso que fiquei bastante apreensiva por vários motivos, principalmente, por não conhecer praticamente nada dessa nova proposta com que acabara de me deparar. Desta forma, a pesquisa foi construída a partir de outros olhares, que exigiam estudos em lugares nunca percorridos antes.

Meu primeiro contato com as novas lentes teóricas seria através das obras de Michel Foucault, na disciplina *Litoral e Sertão: representações nos espaços midiáticos*. Foi aí que comecei a entrosar-me e familiarizar-me com os conceitos de discurso e poder. Assim meu olhar foi enveredando por esses originais caminhos, fui adquirindo uma nova forma de enxergar o mundo. Esse autor foi fundamental na construção e norteamento desta pesquisa, uma vez que busquei examinar o discurso jornalístico sobre a Carcinicultura no Ceará, através das relações de poder estabelecidas para a construção de saberes dessa atividade pesqueira. Além de ter a oportunidade de trabalhar e discutir vários textos sobre Foucault, essa disciplina proporcionou leituras iniciais sobre Pós-estruturalismo, Estudos Culturais, poder, discurso e mídia.

Aponto como disciplinas básicas em minha caminhada: *Espaço agrário e relações de poder*, cujo enfoque foi mais em relação a discussões sobre poder e

suas diversas facetas, e *Seminários de Temas Específicos* onde foram abordadas enfaticamente as questões metodológicas da construção e execução do trabalho. Com isso, busquei uma otimização do tempo e dos esforços.

Assim, segui realizando as leituras sugeridas, tanto pelas disciplinas como por minha orientadora, outras já por conta própria, mas sempre buscando construir uma bagagem teórica sobre mídia, discurso e poder, a fim de entender a relação existente entre jornalismo e Carcinicultura com outras lentes.

Uma das primeiras leituras que fiz com esse novo enfoque sobre a mídia foi o trabalho de Sarai Patrícia Schmidt - *Educação nas Lentes do Jornal* (1999), em que a autora tenta compreender como o jornal produz representações sobre educação. Ela trabalha a questão da educação através das imagens fotográficas, que se direcionam a um discurso construído culturalmente. Também analisa as matérias jornalísticas como produtora de uma suposta verdade.

Este trabalho pôs-me diante de muitas questões, uma delas a de ver o jornal como um apropriador e produtor de subjetividades. Isso me fez despertar para a grande importância do jornal em nosso cotidiano, em nossa sociedade, a não enxergá-lo apenas como um reproduzidor dos fatos ocorridos em nosso dia-a-dia, como um mero informador, mas um instrumento formador de opiniões, um constituidor de significados.

Perceber além do que está exposto aparentemente em uma matéria jornalística não é tarefa fácil. É preciso ir além daquilo que os olhos podem ler no instante inicial que ele recai sobre a mesma. É preciso penetrar em suas complexidades.

Até aqui, mostrei minhas idas e vindas no trilhar dos caminhos da investigação que me levaram à escolha do meu objeto de pesquisa. Talvez seguir os passos investigativos adotados inicialmente, ainda na graduação, fosse mais seguro e rápido, já que se tratava de um ambiente conhecido por mim, mas hoje percebo que esta mudança na perspectiva da pesquisa, apesar da insegurança causada, proporcionou-me novos saberes, novas leituras da realidade, colocou-me em movimento constante.

Na busca por estudos já realizados em jornais que tratassem da Carcinicultura, não obtive muito sucesso. Então, busquei trabalhos que tratassem da Carcinicultura de uma forma mais geral. Encontrei vários e interessantes: *Diagnóstico e impactos ambientais associados ao ecossistema manguezal do Rio*

Acaraú /CE, nas proximidades da comunidade de Curral Velho de Cima, parecer técnico realizado pelos professores do Departamento de Geografia/UFC, Jeová Meireles e Edson da Silva. Eles analisam os impactos provocados pela Carcinicultura na Comunidade de Curral Velho a partir da instalação de uma empresa na área; *A Carcinicultura no Ceará: principais impactos ambientais em uma fazenda no Cumbe – estuário do Rio Jaguaribe*, Trabalho de Conclusão do Curso Geografia/UFC, de Antonia Batista Santos, que procura analisar os principais impactos ambientais provocados pela atividade da Carcinicultura; *Diagnóstico da Carcinicultura*. IBAMA. Diagnóstico. Ceará, abril de 2005. Esse trabalho traz um panorama da realidade da Carcinicultura no Estado do Ceará. O estudo é realizado por vários autores, dentre eles podemos citar os professores Antônio Jeová de Andrade Meireles, Edson Vicente da Silva e João Silvio Dantas de Moraes. Destaca-se, ainda, o documento produzido pela EMBRAPA, *Questões Ambientais da Carcinicultura de Águas de interiores: o caso da Bacia do Baixo Jaguaribe*.

Outros trabalhos que me auxiliaram bastante na construção da pesquisa foram *Pirambu e suas Geografias*, trabalho desenvolvido por Débora Marques em 2006; *Identidades Capturadas* de Ivaine Maria Tonini, em 2002, e *Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará* de Maria do Céu de Lima, em 2002. Posso afirmar que todos os trabalhos foram meus fiéis socorros de vários momentos.

Perceber o jornal não só como um instrumento de comunicação que informa sobre um acontecimento, mas principalmente compreendê-lo como um meio produtor de significados, além de um espaço de lutas, muitas vezes de imposições políticas e de representações, é a intenção do meu estudo.

Apreender o jornal como um campo discursivo que, em seu contexto, articula palavras, títulos, subtítulos e fotografias, para instituir um conhecimento, permite entender o jogo das relações de poder para legitimar práticas econômicas, sociais e culturais de uma maneira tão naturalizada.

Não observo o jornal como um ditador na produção de significados a cerca da Carcinicultura, mas também não posso afirmar ou pensar que suas matérias não apresentam uma intencionalidade, isso seria demonstrar muita ingenuidade. As matérias dos jornais trazem, em suas reportagens, uma intenção de passar certo discurso, e pensar que essa intencionalidade não existe seria negar a realidade. Os discursos veiculados nos jornais, ao acionarem determinadas estratégias, conseguem naturalizar verdades sobre a realidade. Por isso, devemos

estar atentos ao que está sendo dito. Esse assunto poderá ser verificado melhor no capítulo cinco.

Nos últimos 30 anos, a Zona Costeira do Nordeste vem passando por transformações em seu espaço, proporcionadas pela intensa urbanização, implantação de novas indústrias, crescimento turístico e, mais recentemente, pela Carcinicultura comercial. Todos esses motivos desencadearam mudanças significativas, trazidas por pressões do mercado no litoral nordestino, ao implantarem equipamentos para dar funcionalidade a essas atividades.

Nesse sentido, a Zona Costeira passou a contar com uma boa infraestrutura: estradas pavimentadas, eletricidade e serviços de comunicação instalados, principalmente, devido a seu potencial turístico. No entanto, essa situação tem provocado uma intensa degradação ambiental e uma desestruturação econômica e sócio-cultural dos locais atingidos.

Entre esses novos usos do litoral, o cultivo do camarão é um dos que mais se tem destacado na região por meio de estímulo de políticas públicas. Há redução de tributos e incentivos fiscais para a implantação de fazendas de camarão e, ainda, o aproveitando da infra-estrutura implantada para outras atividades.

O aumento da atividade da Carcinicultura, com a expansão das fazendas de camarão e seus viveiros, vem ocupando cada vez mais áreas da Zona Costeira Nordestina, proporcionando a queda acentuada da atividade pesqueira artesanal. A pesca tradicional foi responsável pela ocupação inicial da Zona Costeira e a introdução da atividade camaroneira, além de acelerar o processo de degradação da natureza, vem restringindo e, até mesmo privando, o acesso ao mar pelas comunidades pesqueiras que residem na área e nas adjacências. Portanto, coloca em risco a sua sobrevivência. Isso eu discutirei mais à frente nesta dissertação.

O cultivo do camarão marinho originou-se no sudoeste da Ásia, onde pescadores da região aprisionavam pós-larvas, em viveiros construídos na costa, até elas crescerem. Somente na década de 30, do século XX, essa atividade atingiu um novo patamar com a obtenção de desovas e pós-larvas de *Penaeus japonicus*, por um pesquisador japonês, em laboratório. Ainda hoje, os países asiáticos têm um grande domínio sobre a produção do camarão no mundo. O Brasil vem, com o passar dos anos, cada vez mais conquistando lugar de destaque nessa atividade. (ABCC, 2004)

O Nordeste é apontado como a região brasileira que apresenta as melhores condições para a criação e exploração do camarão marinho em cativeiro, e isso se deve às suas condições climáticas, ao solo e à água ao longo de todo o ano. A maior contribuição, para o destaque do Brasil no contexto da Carcinicultura do Hemisfério Ocidental, deve-se ao desenvolvimento e adoção de tecnologia de manejo em todas as etapas do processo produtivo, e também da quantidade de áreas utilizadas indiscriminadamente.

O Ceará, Estado de tradição econômica baseada na pesca artesanal, vem integrando-se de maneira acelerada à Carcinicultura. Conforme estudos realizados pela SEMACE (2004),

no Ceará os empreendimentos camaroneiros estão localizados na faixa litorânea e desenvolvem suas atividades nos mananciais com influência das águas salinas, tais como: os rios Timonha/Ubatuba, Remédios/Tapuio, Coreaú, Acaraú/Zumbi, Mundaú, Curu, Ceará, Pacoti, Mal Cozinhado, Choró, Pirangi, Jaguaribe, Barra Grande. O cultivo de áreas oligoalinas no rio Jaguaribe, nos municípios de Quixeré, Jaguaruana e Itaiçaba (apud SANTOS, 2005, p. 21).

E ainda, segundo esse órgão, a prática da Carcinicultura no Ceará é realizada, em sua maior parte, em áreas improdutivas de antigas salinas, denominadas de apicuns (terrenos salitrados), situados em planícies flúvio-marinhas e nos tabuleiros litorâneos. Para o órgão são áreas praticamente inviáveis para exploração econômica. Sendo a atividade camaroneira uma opção para a mão-de-obra local. No entanto, não é o que poderemos constatar no desenvolver da pesquisa e nas diferentes áreas por onde a atividade vem sendo praticada. Comentarei mais detalhadamente o assunto nos capítulos quatro e cinco.

O crescimento da Carcinicultura, que se tornou uma das atividades mais rentáveis do Ceará, tem gerado enorme polêmica e conflitos sobre os danos que pode causar ao meio ambiente. Segundo Santos (2005, p.21) “pesquisadores e ambientalistas afirmam que a Carcinicultura é o fator mais importante para a degradação ambiental, ocasionando a devastação das florestas de mangue que ficam aos arredores das grandes fazendas em áreas estuarinas”. A Carcinicultura, na atualidade, representa um dos maiores riscos para a sobrevivência de várias comunidades pesqueiras tradicionais e inúmeras espécies da natureza.

Diante disso, este estudo discute algumas produções sobre a Carcinicultura que estão implicadas na mídia impressa - o jornal, com a finalidade de examinar o acionamento de determinadas estratégias, para a construção de discursos que permitam a sua naturalização pela sociedade.

Ao longo da pesquisa, verificaremos que a Carcinicultura e seus promotores irão utilizar-se da mídia e de seus discursos para se promoverem. Na arrancada desenvolvimentista buscada pelo Estado, os meios de comunicação serão um forte aliado, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990.

A mídia, de início, desempenhou um papel crucial para a divulgação de forma positiva da Carcinicultura. Os discursos produzidos por ela, a favor da atividade camaroneira, atuaram em parceria com as estratégias governamentais e do capital, difundindo novas formas de representar a sustentabilidade perante ações extremamente devastadoras.

A mídia assim vai abrindo e expandindo os caminhos, ou melhor, as fronteiras da Carcinicultura em nosso Estado. Nos últimos anos, a isenção não tem sido regra comum na grande comunicação de massa. As informações chegam ao público, quase sempre, “empacotadas” e envolvidas por idéias da elite dominante. A sociedade que se adequa às novas ondas da tecnologia e da competição internacional.

2. CAPÍTULO - APRENDENDO A OLHAR

Neste capítulo, são mostradas as fontes teóricas que auxiliam a escolha das ferramentas de análises, para se desenvolver a pesquisa, e como foi construído o percurso investigativo.

Ir além do que está exposto, do que os olhos são capazes de apreender, em um primeiro instante, e compreender de que maneira os significados sobre a Carcinicultura são produzidos, reproduzidos e veiculados nas matérias jornalísticas⁵ é o grande desafio desta pesquisa. É importante enfatizar que esta era apenas uma de tantas possibilidades científicas para a pesquisa. Qualquer que fosse a opção do viés investigativo, as escolhas se constituiriam sempre de riscos, mas elas têm de serem feitas. Assim, tomar uma realidade para explorá-la é abandonar, ou melhor, é deixar de lado outras possibilidades.

2.1 PARTINDO PARA PESCAR

Perceber além do que está exposto no olhar de uma matéria jornalística não é tarefa fácil. É preciso ir bem mais adiante daquilo que os olhos podem ler no instante inicial em que eles recaem sobre a mesma. Assim foram os primeiros momentos da pesquisa, que, aliás, geraram muita “angústia”. Algumas das disciplinas, às quais eram obrigatórias, como já disse anteriormente, foram fundamentais nesta caminhada.

Tomo como orientação teórica, para o desenvolvimento deste estudo, a Geografia Cultural, no viés do Pós-estruturalismo, onde os territórios de ação não são demarcados nem limitados, onde não se têm definidas teorias ou metodologias, onde os caminhos a serem percorridos não estão cristalizados e que põem sobre suspeita as verdades totalizadoras. Isto não quer dizer que tudo seja válido, apenas afirma que tudo é relativo e contextual.

⁵ Ao longo do trabalho utilizarei os termos matéria jornalística, texto jornalístico e reportagem como sinônimo, referindo-me aos textos produzidos pelos jornalistas e veiculados na mídia impressa.

A decisão de alocar este trabalho em campos teóricos que enfatizam a incerteza, a instabilidade, o interesse pelas relações de poder que estão em ação na linguagem, envolve construir um caminho indagativo, cheio de desafios.

A pesquisa segue pelas *ondas* da Geografia Cultural⁶, que, baseada em levantamentos realizados, não se trata de um tema *novo*, ela está presente nos estudos desde o século XIX. No início, a reflexão da Geografia sobre a cultura estava atrelada às técnicas que o homem desenvolvia para garantir sua sobrevivência, em determinada área geográfica, sem levar em consideração a questão da subjetividade humana. A atenção se voltava exclusivamente para a compreensão do homem através das técnicas que este desenvolvia no processo de adaptação e modelamento da paisagem. Segundo Claval (1995 apud MAIA, 2001, p. 73), esses indícios podem ser observados nas obras de Ratzel, que, no século XIX, dá importância aos fatores culturais com esses elementos associados ao meio.

Já Maia (2001), em seu trabalho, *A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições*, aponta que a cultura fez-se presente desde os primeiros escritos geográficos, compondo o que comumente se denominou de Geografia Humana. A autora destaca também que Vidal de La Blache e Jean Brunhes, por suas análises realizadas sobre *genre de vie*, podem ser considerados os precursores da Geografia Cultural Francesa. “Brunhes tinha a paisagem como elemento central de suas investigações que consistiam na análise dos fatores culturais” (p.85).

Décadas mais tarde, esse modelo de análise já não atendia mais a realidade, provocando uma crise da Geografia Cultural entre 1950 e 1960. Essa conjuntura levou a Geografia Cultural a uma mudança em seus critérios de análise a partir de 1970. Ela passou a considerar não-técnicos o significado e a representação que é dada aos lugares, a partir do pensamento humano, aos valores que lhe são atribuídos. Ao estabelecer ênfases na percepção afetiva, na experiência e no modo de vida das pessoas com os lugares, ela compreende a cultura não como algo superior, produzido apenas pelas elites, mas como práticas sociais, de valores compartilhados entre os grupos.

Recorro a Claval (1999) e valho-me de algumas de suas concepções acerca da trajetória da Geografia Cultural. Para o autor, a Geografia Cultural

⁶ Para obter-se mais informações sobre a Geografia Cultural, ver Gomes (1996), Claval (1999) e Corrêa e Rosendhal (2003).

investiga sobre o significado da presença humana no mundo, a natureza, a sociedade e as paisagens por meio das quais essas entidades se revelam.

Atualmente a Geografia Cultural nos proporciona um novo olhar que permite verificar a influência humanística nos estudos geográficos, ao apreender o espaço como um lugar que possui significações construídas na cultura (GOMES, 1996). Assim, desprezar a ação humana é negar o homem como produtor de sua cultura. Os Estudos Culturais atuam no reencontro da Geografia com a cultura e seus valores simbólicos. Esta perspectiva foi recobrada a partir de 1960 nos estudos geográficos. Os trabalhos ocorreram, inicialmente, na Geografia Tradicional com os estudos realizados na década de 1920 por Carl Ortwin Sauer⁷. Diferencia-se da atual por perceber a cultura somente como algo material inscrito na paisagem, relacionada somente à natureza.

A Geografia Cultural teve seus principais focos na Alemanha, França e Estados Unidos. O desenvolvimento da Geografia Cultural americana deve-se a Carl Sauer, que, em seu trabalho, diferencia paisagem natural de paisagem cultural. Uma das grandes contribuições de Carl Sauer para a Geografia foi o resgate da cultura para a pesquisa geográfica.

Após realização dos trabalhos de Carl Sauer, a Geografia Cultural ficou, por algum tempo, um pouco esquecida. Somente no final do século XX, na década de 80, retomou-se o interesse pela Geografia Cultural. Suas análises visam à centralidade da cultura, para explicar o espaço geográfico, ao entender que a inteligibilidade dos valores compartilhados culturalmente entre os povos produzem espaços geográficos diferenciados. Não podendo a cultura ser percebida apenas como materiais aparentes na paisagem, mas, sobretudo como valores que produzem significados, que territorializam a política, a economia, que dão sentido aos modos de vida e aos costumes. Para Claval (2000, p. 59), “aproximar-se da Geografia Cultural é, antes de tudo, captar a idéia que temos do ambiente próximo, do país e do mundo. É interrogar-se, em seguida, sobre a maneira como as representações são construídas, sobre o papel que provocam”.

⁷ Atribui-se a Carl Sauer a construção da corrente geográfica denominada “Geografia Cultural Americana”. Ele teria começado com seus estudos (1889 –1975) ao fundar outra escola americana trinta anos após os primeiros trabalhos alemães: a escola de Berkeley. Em seu trabalho, diferencia paisagem natural e paisagem cultural. Sauer rompe com os métodos de pesquisa da Middle West (escola americana que ignorava totalmente os trabalhos alemães sobre paisagem e relações entre cultura e espaço) com o artigo *The Morphology of Landscape* (1925) (Maia 2001).

Nesse sentido, recorro também a Cosgrove (apud Corrêa e Rosendhal, 1998, p. 100-101) que nos diz que a Geografia Cultural deve considerar “a paisagem como um texto cultural”. Maia (2001, p.89), em seu estudo, também cita Cosgrove ao comentar que “os textos têm muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes, simultâneas e igualmente válidas”, para auxiliar na importância dessas percepções.

A leitura do espaço, apreendida como uma construção cultural do homem, admite que a Geografia entenda a realidade social, que se funda no jogo de forças entre os homens, pelos seus grupos e destes na sua relação com o território. As tradições, os costumes e os modos de vida impõem-se no espaço por meio dessas relações. (Vaz, s/d, p. 2)

A Geografia Cultural, ao assumir essa nova perspectiva, passa a se preocupar com o que ocorre no espírito do homem, a compreender os lugares não somente por sua paisagem, mas a partir de representações. Para Claval (1997),

as representações que o indivíduo recebe através de sua educação, que ele aprende no contato com outros, que ele constrói e que reinterpreta, constituem um universo mental que se interpõe entre as sensações recebidas e a imagem construída em seu espírito. As representações fornecem malhas para apreender o real. Elas permitem superpor ao aqui e ao agora, os algures que são sociais, geográficos ou metafísicos. Elas dão origem a valores e instituem uma ordem normativa (p. 93).

Seguindo essa direção, o jornal elabora representações espaciais que capturam o leitor para os significados ali veiculados. Isto é, pelo jornal, as pessoas tomam conhecimento de uma suposta realidade sobre determinado assunto, através de distintas linguagens como: a escrita, a metalinguagem e a imagética. Mas todas construindo representações com valor de verdade, com pretensões de serem assimiladas pelos leitores como as únicas.

Ao tomar emprestada a perspectiva teórica da nova Geografia Cultural, sua compreensão permite o *navegar* desta pesquisa, pois o homem é para ela o centro de suas reflexões. A Geografia Cultural desenvolve-se em meio a três eixos, igualmente necessários e complementares, como nos fala Claval (1997) e Gomes (1996): primeiro, ela parte das sensações e das percepções; segundo, a cultura é apreendida na perspectiva da elaboração de identidades; e, por último, insiste-se, então, no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas do coletivo.

Os estudos de Denis Grosgrave, na Inglaterra, e de James Duncan, nos Estados Unidos, dentre outros apontados como principais representantes dessa nova perspectiva, foram influenciados por Raymond Williams, historiador inglês e um dos fundadores dos Estudos Culturais na Inglaterra. Essa escola se disseminou posteriormente nos Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Os Estudos Culturais trouxeram novas inspirações para a Geografia Cultural, o que propiciaram mudanças em sua nova abordagem. É no encontro da Geografia Cultural e dos Estudos Culturais que conduzo minha investigação, ao tentar compreender a elaboração da imagem da Carcinicultura a partir do fotojornalismo. Abrigo-me no campo dos Estudos Culturais, como já afirmei anteriormente, especificamente da vertente pós-estruturalista, que privilegia a discussão da produção de significados. A partir de agora, surge uma nova questão a se compreender: o que são Estudos Culturais? Para um melhor vislumbamento da temática, recorro à concepção de Costa (2000, p. 13. b), ao comentar que “são saberes nômades, que migram de uma disciplina para outra, de uma cultura para outra, que percorrem países, grupos, práticas, tradições e que são capturados pelas cartografias consagradas que têm ordenado a produção do pensamento humano”.

No final da década de 50 do século XX, surgiu na Grã-Bretanha, a Escola dos Estudos Culturais, opondo-se às concepções arnoldiana e levisista que consideravam como cultura o melhor que se tenha pensado e dito. Essa perspectiva põe fim ao elitismo que serve de parâmetro entre aquilo que é compreendido como alta e baixa cultura e ao centralismo que o justificava. Caracteriza-se como um combate ao cânone. Os Estudos Culturais propõem justamente a contraposição aos conceitos de cultura erudita, enfatizando e valorizando a cultura popular, relacionada àqueles supostamente “desprovidos” de cultura. O forte desse movimento é a nova forma de estabelecer a cultura, a partir do reconhecimento de que não existe um lugar privilegiado ou determinado que inspire ou sirva de parâmetro para o conhecimento, pois a inspiração e o conhecimento podem surgir em qualquer lugar.

Assim, a cultura vai deixando de privilegiar a erudição e passa a apreciar o interesse pela multidão. Hall (1997a) argumenta que:

Na ótica dos EC as sociedades capitalistas são lugares de desigualdades no que se refere à etnia, sexo, gerações e classes, sendo a cultura o *locus* central em que são estabelecidas e contestadas tais distinções. É na esfera cultural que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados

procuram fazer frente à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos mais poderosos. Nesse sentido, os textos culturais são próprios locais onde o significado é negociado e fixado (p. 18).

Nesse contexto, os Estudos Culturais estabelecem uma nova visão de cultura, passam a valorizar a cultura da sociedade, aquela produzida pelo povo, e não mais a cultura dita erudita, pertencente a uma minoria. Essas inovadoras formas culturais que passam a existir, como a televisão, revistas e jornais de grande tiragem e circulação, a publicidade são agentes fundamentais para a redução da cultura imposta pela elite. Essas novas formas de cultura produzem representações que irão exercer influência na sociedade. Um dos temas discutidos por Claval (1999), para indicar as alterações investigativas da Geografia Cultural, é o entendimento da cultura como discurso.

Conforme Hall (1997 a) e Costa, Silveira e Sommer (2003), é na cultura onde se dão os embates pela significação e a resistência dos grupos subordinados aos interesses dos grupos dominantes. Nesse contexto, explica-se a importância dos textos culturais, pois se trata de um produto social, *locus* de fixação do significado.

Os Estudos Culturais propõem-nos um novo olhar sobre o campo da cultura, diferentemente de outras perspectivas teóricas, pois lança uma inédita possibilidade na compreensão das coisas, dão um sentido mais aberto, uma visão plural para diversas práticas culturais, que passam a ser tomadas como instâncias produtoras de um saber, idéias e representações, por conseguinte, constituidoras de indivíduos.

Entender a realidade, talvez seja uma das mais antigas buscas do homem. Os Estudos Culturais dão-nos sua contribuição, quando nos orientam que a realidade é uma construção, é um produto formado por representações feitas através do discurso.

Neste território teórico, são inúmeras as análises possíveis. Aqui me aproximo mais do campo dos Estudos Culturais, especificamente daquelas vertentes de inspiração Pós-estruturalista, que se desenvolvem a partir da perspectiva Pós-moderna e que utilizam as concepções de poder e discurso de Michel Foucault como ferramentas teóricas. Elas consentem o entendimento da produção do conhecimento no sentido dessa perspectiva.

Aqui, a linguagem assume relação direta com a cultura. Hall (1997 a) apresenta, em seus estudos, que a linguagem passa a ter importância na elaboração dos fatos e não simplesmente no seu relato, é fator importante na nomeação dos fatos. Para o autor, é através da linguagem que as coisas assumem sentido, e seus significados são lançados, instituindo, portanto, as representações.

A linguagem ganha um novo significado, passa a ser entendida não como um simples sistema de símbolos que desempenham a função de traduzir realidades, seus significados, mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 1997, p.56), práticas que atribuem sentidos às coisas, ao mundo, estabelecem, organizam, inventam saberes que, ao serem produzidos, também produzem.

Nesse sentido, a linguagem abandona sua característica de ser meramente o *meio* de se desvendar a realidade e passa a ser entendida como um *movimento em fluxo constante*, que não consegue abranger de forma definitiva qualquer significado que pudesse estar à frente. As sociedades e as culturas são conduzidas por poderosos aparelhos discursivos que regem o que deve ou não deve ser dito, e os indivíduos são expostos a essas práticas. Para Costa, “a linguagem, as narrativas, os textos, os discursos não apenas descrevem ou falam sobre as coisas, ao fazer isso eles instituem as coisas, inventando sua identidade” (2000 a, p. 32).

Com essas noções, fica claro que a significação passa a ser mediada pela linguagem, em contrariedade a outras concepções que representam o mundo de uma maneira idealista. É assim que iremos trabalhar a concepção de representação neste estudo.

Para Carvalho (2004), a palavra tem a capacidade de criar e destruir, de prometer e negar. “A palavra deixa de ser meramente informativa, e é escolhida em função de sua força persuasiva, clara ou dissimulada. Seu poder não é simplesmente o de informar tal ou qual coisa, mas de formar um juízo no leitor” (p. 18).

Ainda, segundo a autora, “os recursos lingüísticos têm o poder de influenciar e orientar as percepções e pensamentos, ou seja, o modo de estar no mundo e de vivê-lo, podendo permitir ou vetar determinados conhecimentos e experiências” (p. 19). Já Amaral (1996) destaca: “é interessante ver como a linguagem é empregada, como as palavras são utilizadas, como se vai fundo na semântica quando se pretende manipular” (p. 58).

A representação é uma possibilidade de estabelecer o que se tem na realidade e não reflexo fiel do que existe. O desafio dos Estudos Culturais não é o espelhamento da realidade, a representação fiel da coisa como algo diante do espelho, como reflexo fidedigno de alguma coisa, mas uma elaboração operada a partir de uma teia de significações, instituídas e postas em circulação por meio das linguagens. Nos Estudos Culturais, aprendemos que a realidade é decorrência de representações construídas discursivamente. Na opinião de Hall (1997b), não existe um significado singular sobre as coisas a respeito do mundo; ele move-se nas práticas culturais.

De acordo com o autor, “damos significados às coisas através da forma como as representamos – as palavras que usamos, as histórias que contamos acerca das coisas, as imagens que produzimos, as emoções que associamos às mesmas, as maneiras como as classificamos, as conceituamos, os valores que damos” (1997 b, p.31), portanto, a cultura torna-se central nos jogos de poder atuantes na construção da representação.

Faz parte do campo de investigação desta corrente epistemológica o destaque aos estudos da cultura. Temáticas como o racismo, a sexualidade e muitas outras estão presentes. Também há o interesse com o crescimento tecnológico e a difusão de artefatos culturais. Aqui ancoo meu referencial teórico, o exame do jornal O POVO na elaboração das representações da Carcinicultura, para interrogá-lo, questionando quais as estratégias discursivas empregadas ao capturarem constantemente seus leitores, ensinando-os e induzindo-os a compartilharem entendimentos e concepções sobre a atividade. Proponho-me a investigar o potencial formativo da mídia e a dinâmica de como ela se consolida na sociedade.

Quando utilizo a noção de poder, lanço mão das idéias de Michel Foucault em seu livro *Microfísica do poder*. O autor não trata diretamente do poder aplicado à mídia, mas o aborda numa esfera mais universal, conforme aponta Fischer (2000): o autor nos fala da imposição de cinco características da verdade em nossa sociedade. A primeira delas é “produzida e transmitida sobre o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos como a universidade, o exército, a escritura e os meios de comunicação”. Tomo este comentário para justificativa da realização desta pesquisa sobre a mídia, pois são os meios de comunicação considerados como produtores de um saber que também desempenham a função de uma instituição reguladora da vida social. No caso do

jornal, é um utensílio que lança discursos absorvidos pelos leitores como verdades. A atuação da mídia dá um novo entendimento a vários elementos. Tratar a mídia como um poder em si não é o intuito, mas sim encará-la como um meio para a prática do poder.

Foucault (1995) aponta o poder como:

um conjunto de ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (p. 243).

Muitas vezes, quando pensamos em poder atrelamo-lo imediatamente ao poder-força física (violência), mas o poder também pode ser exercido de outras formas. Foucault (1999 b) aponta que existe uma outra maneira, mais sutil, de exercer o poder, que deixa de ser violência física, para assumir um complexo jogo de relações. Tudo isso baseado no saber (conhecimento adquirido) que funciona como uma maquinaria. Para esse autor, o poder é colocado em ação mediante a produção de verdade.

Ainda segundo Foucault (1999b), o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados, é o nome dado a uma situação estratégica e complexa numa sociedade determinada.

A lógica do exercício do poder, ao longo do tempo, modificou-se. Antes o poder era praticado com a violência física (que é usada na busca do controle dos corpos e suas obras por meio da força física) e ainda hoje existe, é verdade, mas em menor intensidade. Agora, pratica-se o poder-saber que tem disciplina e é exercido através de vários mecanismos.

O uso do poder é essencialmente uma prática desigual, onde alguns (poucos) exercem sobre outros (maioria). Esse poder não se conduz pela violência, nem pela abdicação da liberdade. Uma das coisas relevantes para a prática do poder, na atualidade, é que a relação de poder não renuncia à liberdade, porque precisa de sujeitos individuais que apresentem um campo de possibilidades livres, onde distintas condutas podem dar-se, estabelecendo, por conseguinte, que o poder não tem um único dono, ele não pertence a ninguém, estando em qualquer parte. Tratando da localização do poder, Foucault (1996) diz:

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa a que não existe exterior passível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade que se possui ou não. Não existem de um lado os que têm o poder e de outro os aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (p. 12).

Assim, podemos afirmar que o poder e suas relações estão impregnados em todas as instâncias, exercendo seu domínio por todos os cantos na sociedade, e, muitas vezes, faz-se de objeto de resistência contra o próprio exercício, como nos fala Foucault (1996, p.14), ao dizer que “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social”.

Neste contexto, observo que a Carcinicultura, quase sempre aparece nos discursos do jornal atrelada a representações que relacionam sua imagem, conduzindo o leitor à noção de uma atividade, muitas vezes, benéfica, outras nem tanto, dependendo do período. Essas informações acabam tornando-se naturalizadas, materializam-se, fazem parte de nosso cotidiano, alteram nossa percepção, orientam nossos saberes e verdades. Caminho no princípio de que os discursos midiáticos são favoráveis à instituição de modos de pensar e tentam fomentar a adoção de certas condutas sociais.

Ainda nesta perspectiva, podemos compreender o discurso no conceito estabelecido por Foucault em seu livro *A Arqueologia do Saber*. Para o autor, é preciso pôr em questão as sínteses acabadas dos saberes, duvidar de certezas já cristalizadas e aceitas antes de qualquer análise. É imprescindível desassossegarmos com os discursos normatizados.

As regras de formação discursiva são fundamentais nos enunciados. Em meio a essas regras de formação do discurso, são indicadas modalidades de enunciação por apresentarem três noções basais para o entendimento da pesquisa:

1) A quem compete o discurso? 2) Em que território se valida esse discurso? 3) E qual situação do sujeito em referência aos diversos domínios?

Mouilland (1997) chama a atenção para a seguinte questão: “se delimitar as fronteiras de um discurso qualquer se constitui em tarefa das mais complexas ‘a delimitação do discurso midiático é uma tarefa mais difícil ainda, devido à sua capacidade de circulação por todo o tipo de discursos e de infiltração nas restantes práticas discursivas’” (p. 219).

Com relação à primeira noção, relaciona-se ao direito regimental e juridicamente aceito do indivíduo em proferir determinado discurso. Um exemplo é o saber jornalístico que legitima e libera a produção de enunciados e enunciações jornalísticas. Na totalidade, o que foi e está sendo veiculado sobre a Carcinicultura no jornal O POVO são informações que estão vinculadas a princípios discursivos da empresa. Os jornalistas, quando elaboram a matéria jornalística, atendem não às suas expectativas, mas às expectativas de um grupo bem maior.

Sobre isto evoco Bourdieu (1992) que nos diz que o discurso é pronunciado por uma pessoa autorizada a emitir determinados enunciados:

A maior parte das condições que devem ser cumpridas para que um enunciado performativo tenha sucesso se reduzem a adequação do locutor – ou melhor, da sua função social – a do discurso que ele pronuncia: um enunciado performativo é colocado em cheque todas às vezes que ele não foi pronunciado por uma pessoa tendo o “poder” de o pronunciar, ou, mais geralmente, todas as vezes que “as pessoas ou circunstâncias particulares” não são aquelas que convêm [...], em suma, todas às vezes que o locutor não tem autoridade para emitir as palavras que ele enuncia (p. 109)⁸.

Conforme o autor, quando o discurso é emitido por um locutor juridicamente autorizado, habilitado, idôneo, esse discurso assume o regime de verdade e é legalizado, sendo reconhecido e aceito pelos receptores.

Comumente são os próprios jornalistas responsáveis pela elaboração dos discursos, mas essas falas também estão subordinadas às regras do editor⁹, e estes, por sua vez, têm seu trabalho submetido ao controle da empresa, ou seja, servem aos interesses de grupos sociais dominantes, sobretudo do dono da

⁸ Tradução de Débora Marques.

⁹ Conforme Lage (1987, p. 57), editor é o “profissional que chefia e controla uma unidade de produção editorial, responsável pelo gatekeeping: decisão sobre o que vai ou não ser publicado”.

empresa e de políticos. Assim, podemos perceber que a produção discursiva obedece a toda uma hierarquia.

O jornal é um aparelho informativo produtor e emissor de múltiplos discursos¹⁰, propagador de verdades aos distintos leitores, que, ao entrarem em contato com dizeres sobre a Carcinicultura, mesmo sem maiores conhecimentos, passam a atribuir-lhes valores, tomando por base o que é dito nos jornais, pela confiabilidade que este veículo possui ao utilizar fontes ditas seguras e se autodenominarem idôneos. Deste modo, dá-se o exercício do poder através do discurso jornalístico, quando este produz significado.

Para Foucault (1997), não há saber neutro; todo saber é interessado, político e o essencial da análise é que poder e saber se tecem. Não existe relação de poder sem constituição de um campo de saber, igualmente, todo saber estabelece novas relações de poder.

O jornal não é apenas um inocente instrumento informativo, mas intencionalmente, um utensílio criado para a produção de conhecimentos. Possui certos mecanismos de regulação perante o leitor, com o intuito de orientar e estabelecer saberes. Vale a pena ser destacada a utilização dos recursos imagéticos e textuais contidos nas formas saber/poder e que vão fundamentar a produção de significados.

A utilização predominante da terceira pessoa (forma verbal das não-pessoas) segundo Mouilland (1997) “o uso predominante da terceira pessoa garante ao discurso midiático, como, aliás, aos discursos histórico e científico, uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos, independente do lugar de fala do enunciador” (p. 218-219).

Assim, podemos perceber como o discurso jornalístico produz subjetividades e, ao mesmo tempo, conhecimentos. De acordo com Fischer (2001), os discursos além de nos constituir, eles nos subjetivam, ensinam-nos como formar opiniões, dizem-nos o que pensar como também podem ser modificados, para atender novas funções sociais e econômicas concretas.

O ponto seguinte das modalidades de enunciação funda os lugares institucionais como *lócus* de prática do discurso, que podem ser os diferentes estilos

¹⁰ Segundo Revel (2005, p. 37) Foucault entende o discurso como “um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns”.

de mídia. No nosso caso, o jornal impresso foi o território ou o instrumento escolhido para a realização das análises, por acreditar que nesse território está a possibilidade da prática do discurso lídimo sobre a Carcinicultura, dizer o que é verdadeiro, isto é, estabelecer o que pode ser pensado, escrito e dito sobre a Carcinicultura por aqueles que têm o poder.

O discurso sobre a Carcinicultura, no jornal O POVO, reúne imagem e textos escritos, fortalecendo suas “verdades”, o que promove a elaboração de representações sobre essa atividade. Os discursos veiculados na mídia, particularmente aqueles relacionados a Carcinicultura, estão produzindo subjetividades em nossa sociedade.

Outra forma de disseminação de discurso é a fotografia jornalística que, em muitos casos, fala por si só. Trata-se de uma mensagem formada por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. Lanço mão das palavras de Barthes¹¹ (1990):

A fonte emissora é a redação do jornal, seu grupo de técnicos, dos quais alguns fazem a foto, outros a selecionam, a compõem e retocam e outros, enfim, a intitulam, a legendam, a comentam. O meio receptor é o público que lê o jornal. E o canal de transmissão é o próprio jornal, ou, mais exatamente, um complexo de mensagens concorrentes cujo centro é a fotografia; os complementos que a circundam são o texto, o título, a legenda, a diagramação e, de maneira mais abstrata, mas não menos “informante”, o próprio nome do jornal (p. 11).

Na titulação das fotografias, mais uma vez, o discurso jornalístico utiliza artifícios para reforçar a significação, atribuindo valores ao fato.

A última modalidade de enunciação refere-se à posição do sujeito. É indispensável termos claro que um mesmo indivíduo pode ocupar posição em vários discursos. Para Foucault (1997),

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (p. 61-62).

¹¹ Os estudos de Roland Barthes (1990) direcionam-se para uma abordagem mais semiótica nas análises dos artefatos culturais; isto é, refere-se aos sinais, aos códigos específicos de cada tipo de artefato. Neste sentido, utilizo seus estudos para entender o posicionamento da fotografia, título e legenda no jornal.

Conforme citado, o indivíduo é exposto aos diferentes tipos de falas. Ao veicular reportagens¹² sobre a Carcinicultura, o jornal dirige discursos cujo objetivo é lançar um significado que passa a ter efeito de verdade. O intuito é que todos, ou pelo menos a maioria, apreenda a mensagem da mesma forma. Mas o entendimento será diferenciado, ou seja, cada pessoa fará sua assimilação de forma distinta. Essa interpretação vai depender do saber de cada leitor¹³.

Para a interpretação das mensagens veiculadas, é necessário que o leitor disponha do que Kellner (2001) chamou de alfabetização crítica em relação à mídia, em que “precisamos aprender a ler estas imagens, estas formas culturais fascinantes e sedutoras, cujo impacto massivo sobre nossas vidas apenas começamos a compreender” (p. 109).

Baseada nos argumentos apresentados, eu examino os discursos jornalísticos produzidos sobre a Carcinicultura, buscando entender seus direcionamentos, suas nuances.

2.2. TECENDO A REDE DE PESCAR

Na construção de minha metodologia de trabalho, parto de um levantamento de reportagens que tratam da Carcinicultura no Ceará. Folhear as matérias jornalísticas e deixar que delas surjam problematizações sobre a Carcinicultura, analisar as temáticas veiculadas, reflexionar sobre as estratégias de produção textual e as argumentações, que colocam em ênfase o jornalismo como um artefato significativo na constituição de discursos, não será tarefa fácil.

O significado sobre as coisas é o produto da forma como nós socialmente as construímos, a partir dos “jogos de linguagens e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas” (HALL, 1997b, p. 29) em nossas práticas.

Com essa compreensão, orientei minha caminhada em busca do que os jornais produziam sobre a Carcinicultura. À medida que lia as matérias jornalísticas,

¹² Nesta pesquisa, utilizarei a expressão “matéria jornalística” como o resultado da ação do jornalista.

¹³ Barthes (1990, p. 23) afirma que “graças ao código de conotação, a leitura da fotografia é, pois, sempre histórica; depende sempre do “saber” do leitor, tal como se fosse uma verdadeira língua, inteligível apenas para aqueles que aprenderam seus signos”. Também acrescenta que a leitura depende da cultura, do conhecimento que se tem do mundo, e é “provável que uma boa fotografia jornalística (todas o são, porque selecionadas) jogue com o suposto saber de seus leitores, escolhendo as cópias que tragam quantidade possível de informações desse tipo, de modo a tornar a leitura mais agradável”.

observava suas diagramações e a articulação com as fotografias, e até mesmo com outras reportagens. Elas me mostravam que ali estava sendo construído um conhecimento sobre a Carcinicultura, demarcado por uma certa regularidade em seus significados, tanto de ordem espacial como temporal. Aqui o intuito não é discutir a existência ou não de uma suposta verdade que expresse a realidade da Carcinicultura no jornal, mas problematizá-la, mostrando que esse acontecimento é uma produção histórica e cultural.

Os caminhos percorridos foram sendo trilhados com o passar do tempo, à medida que ia desbravando esse novo território. Os motivos que me levaram a escolha deste material empírico, o jornal O POVO, estavam ligados ao tempo e à sua abrangência. Trata-se do jornal local mais antigo da cidade e que apresenta grande tiragem diária, cerca de 28.801 exemplares, constituindo, ainda hoje, uma importante referência no campo da mídia impressa no estado do Ceará.

O jornal O POVO chegou às ruas da afrancesada Fortaleza, do início do século XX, em 07 de janeiro de 1928. O periódico continha, em sua primeira edição, 16 páginas.

O Jornal O POVO nasceu em um momento crucial da vida brasileira. Foi criado com o intuito de se constituir em um espaço para criticar os desmandos da situação dos políticos da época. Assim afirma Lúcia Dummar, uma das herdeiras do jornal.

Seus fundadores foram Demócrito Rocha e Paulo Sarasate. O jornal surgiu também como um meio de dar voz a Demócrito Rocha, que não tinha oportunidade nos outros jornais existentes na época (*O Ceará*, de Júlio Matos Ibiapina, que era anticlericalista agressivo, e *O Nordeste*, clericalista).

No início, o Jornal caracterizou-se como um negócio familiar, que contou, por algum tempo, com o financiamento de “amigos e parentes”. Esse financiamento dava-se de variadas formas, às vezes fornecimento de dinheiro, outras com a compra de assinaturas antecipadas. Tudo para que ele continuasse nas ruas, combatendo os “desmandos” dos poderosos da época. Naquele tempo, sempre prevalecia um tipo de solidariedade entre os que atuavam na imprensa. O símbolo do O POVO foi por muito tempo um chicote, que, segundo seu fundador, simbolizava bater nesses desmandos.

Com a fundamentação teórica estabelecida, comecei a fazer os levantamentos técnicos e a busca de matérias que tratavam, de alguma forma, da

Carcinicultura. Visitei o acervo do próprio jornal O POVO, o seu *site* na internet, e fui até a Biblioteca Pública Menezes Pimentel para fotografar as reportagens e montar o banco de dados.

A sistematização das edições para análise deu-se seguindo critérios adotados, tanto pelo IBAMA como pela SEMACE que dividem a Carcinicultura em três períodos para seu estudo. Esses mesmos critérios foram adotados por mim na pesquisa.

Direcionei as análises para todas as reportagens que tinham em pauta a Carcinicultura no Ceará. Foram 132 que constituíram o corpus de análise. As interpretações dos dados foram elaboradas a partir do agrupamento de três períodos, os quais estão articulados entre as diferentes etapas, que correspondem aos deslocamentos das formações discursivas sobre esta atividade pesqueira: 1 – (1978-1984), 2 – (1990-1994), 3 – (2000-2004).

Depois da montagem do banco de dados e a escolha pelos critérios de dividir a análise em três períodos, decidi como analisar as reportagens em cada período. Parti, então, para fazer uma catalogação das matérias, a fim de descobrir sobre quais assuntos as reportagens falavam. Na seqüência, escolhi os três assuntos abordados com maior freqüência em cada período e desenvolvi o trabalho.

A Carcinicultura hoje é um assunto bastante explorado no meio acadêmico. Quando falamos que a pesquisa tratará de Carcinicultura, podemos pensar de imediato que serão trabalhados os impactos provocados pela atividade em determinada área, ou em determinada comunidade, ou as mudanças territoriais ou sociais ocasionadas pela atividade. Mas não é isso que proponho. Meu intuito é tratar como o discurso da mídia impressa sobre a Carcinicultura é produzido no Ceará.

A importância desse trabalho reside justamente no caminho escolhido para ser desenvolvido. Estudei as relações entre a mídia e a Carcinicultura, através da análise de matérias jornalísticas publicadas no jornal O POVO sobre a atividade de criação de camarão em cativeiro, na Zona Costeira Cearense.

Com esse material em mãos, iniciei uma das etapas mais importantes, na minha opinião, que foi conseguir trabalhar com as reportagens, aplicar as leituras realizadas (as minhas ferramentas analíticas) naquele material bruto (as reportagens no caso) e produzir meu texto (a matéria – prima). Nessa perspectiva investigativa, as opções metodológicas e teóricas colocadas em questão são desconstruídas.

Acostumada à aplicação de métodos ou fórmulas em pesquisas, percebi que os Estudos Culturais trouxeram-me um novo *olhar*, apresentaram-me novos desafios. Como seu nome já diz, trata-se de estudos, de formulações e reformulações contínuas, apresentados por essência. Portanto, a incapacidade e a inadequação dos métodos enquadrados para as investigações causam apreensão e certos arrepios nos pesquisadores, por não terem passos certos de observação do objeto de estudo. Então, uma grande provocação, passa a ser um desafio teórico-metodológico.

Os Estudos Culturais não nos dão nenhuma metodologia fechada pronta a ser aplicada. Sua metodologia faz-se distinta por natureza, tem uma essência ambígua e estratégica. A escolha de práticas de pesquisa depende das questões que são feitas e das questões que estão sujeitas ao seu contexto. Não teremos nos Estudos Culturais o simples emprego de práticas, que, muitas vezes, se encontram carregadas de preconceitos, exclusões de variados âmbitos. Estes elementos são totalmente repudiados.

Segundo Costa (1996, p.10) “não importa o método que utilizamos para chegar ao conhecimento, o que de fato faz a diferença são as interrogações que podem ser formuladas dentro de uma outra maneira de conceber as relações entre saber e poder”.

Com esse entendimento, o foco de análise desse estudo endereça-se para os dizeres sobre a Carcinicultura no jornal. Como esse veículo produz seus discursos para nos pedagogizar, de que maneira ensina-nos uma forma de ver e de aprender sobre esta atividade.

A preferência pela mídia impressa, o jornal no nosso caso, está pautada, a meu ver, no apreender esse instrumento como um território fecundo que tem o sentido de estabelecer verdades e produzir subjetividades. O intuito na escolha do jornal para análise é apontá-lo como um instrumento de importante influência exercida sobre os leitores, um aparelho doutrinador e formador de opiniões nos sujeitos. Além de ser um instrumento que, em sua circulação, abrange um elevado número de pessoas.

A atividade da Carcinicultura aparece quotidianamente na imprensa e nas discussões sobre saídas para inserir o Nordeste no circuito mundial de produção. Essa nova visão volta-se para a pesca e, mais recentemente, para os problemas que a atividade vem desencadeando. A todo o momento, somos interpelados por

notícias que fazem algum tipo de referência a esse assunto, que trazem, em suas páginas, matérias onde é possível notar que há uma preocupação em (in) formar o leitor a respeito das últimas novidades ligadas ao assunto.

Este trabalho busca articulações com outros campos do conhecimento. Ao realizar uma investigação geográfica no jornal, procuro integrar os campos da Geografia e da Comunicação. A análise ali exercida possibilita compreender como este artefato cultural busca vários dispositivos que operam na formulação dos significados, que levam à captura de leitores, subjetivando-os a uma determinada interpretação sobre a Carcinicultura.

Estudar a mídia como um campo produtor de significados, que coloca em jogo diversas estratégias, implicadas em relações de poder, tecendo uma malha privilegiada economicamente para a Carcinicultura na Zona Costeira do Ceará, foi um grande objetivo. É com um olhar instigante sobre essas formas de construção que estabeleço reflexões sobre a problemática analisada.

Observo que o jornal, formado por diferentes discursos, tece-se numa rede¹⁴, concebendo conceitos, constituindo identidades. À medida que o trabalho foi seguindo, comecei a perceber como foram acontecendo as tramas. Foi sendo possível “enxergar” os objetos que construíram essa trama e perceber aí um modo diferente do que era mostrado, inicialmente, como possibilidade única, de forma natural e comum. Assim, vi que esse artefato poderia ser problematizado, desnaturalizado, estranhado.

Os discursos são estabelecidos como práticas determinadas a criar significados, representar as “coisas” a que se reportam, fazendo com que as verdades sejam questionadas e tomadas como transitórias.

A realidade é socialmente construída, como nos diz Veiga Neto (1996). Ao escrever o artigo *Olhares*, compreendi que na medida em que se fala sobre determinado fato ou coisa é que eles vão surgindo.

Ao analisar o material coletado, busco possibilidades de lançar um outro olhar para os jornais. Uma análise das representações da Carcinicultura, por práticas de significação, leva-nos a entender que sua existência seja dada a partir de

¹⁴ Aqui utilizo rede no sentido de um conjunto de práticas discursivas, estabelecidas socialmente, nas quais circulam relações de poder, o que possibilita que quem tem mais poder atribui aos outros seus significados.

relações de poder, mediante as quais os grupos ou sujeitos mais poderosos atribuem aos “outros” seus significados.

Tento focalizar nas reportagens as relações de poder que norteiam sua produção. Isto é, apreender o jornal como um território de lutas, de embates, de contestações contínuas, um campo expositivo privilegiado, constituído por relações de poder. E a representação como um artifício de elaboração de significados construídos discursivamente, não espelhando, portanto, a realidade externa, anterior ao discurso. A representação é uma invenção, construção baseada no poder.

Portanto, ao atribuir denominações e características à atividade, vejo-a como uma prática de relação de poder, uma relação de forças, quase sempre, “desigual”. É na própria trama discursiva que a Carcinicultura é produzida. O jornal não é simplesmente uma transcrição dos acontecimentos do cotidiano. É um lugar onde os jornalistas registram seus conhecimentos, um lugar de produção de significados, lugar de produção e circulação de “verdades”. Meu intuito é entender como essas representações foram e são construídas, e que outros mecanismos discursivos são envolvidos nesse processo, sem aspirar a julgar sua veracidade.

Na interseção do poder e discurso em um ambiente como a mídia e, em especial, no jornal, não apenas se intenta a identificar, a representar a “verdade”, mas a estabelecer “verdades”. O jornal não é apenas um mostruário de informações, um local onde os jornalistas transcrevem os fatos do cotidiano. Trata-se de um território de discursos e representações. A forma de mostrar a Carcinicultura, inicialmente como uma atividade promissora e, depois, modificar-se o discurso, relaciona-o ao contexto local. Tal forma de compreensão concebeu a Carcinicultura como uma atividade promissora. A mídia estava empenhada em mobilizar a sociedade a favor da Carcinicultura - como o caminho da salvação - mas, com o passar do tempo, também modificou essa visão. E a Carcinicultura na atualidade já não é uma coisa tão boa assim.

Com essas compreensões teóricas, fui conduzida a perceber melhor o poder pedagógico desempenhado pela mídia, e a habilidade legitimadora do discurso jornalístico. Com essa prática, o jornal está educando os indivíduos conforme as concepções que toma como verdadeiras, certas e apropriadas. Tal empreitada foi realizada com a finalidade de entender como a Carcinicultura é divulgada nesses artefatos.

Considero a mídia como um artefato da cultura, evoco Giroux (1996, p. 90) quando comenta as relações entre mídia, cultura e conhecimentos:

Ao analisar toda a gama dos lugares diversificados e densamente estratificados de aprendizagem, tais como a mídia, a cultura popular, o cinema, a publicidade, as comunicações de massa e organizações religiosas entre outras, os Estudos Culturais ampliaram nossa compreensão do pedagógico e de seu papel fora da escola como local tradicional de aprendizagem.

É importante destacar que a análise que faço desse artefato, o jornal, é apenas uma das variadas possibilidades, dependendo do referencial teórico, para se realizar determinada leitura.

Diante disso, este estudo tem como problemática a investigação da produção e apropriação discursiva do jornal O POVO sobre a Carcinicultura com o intuito de mostrar uma reflexão acerca dos significados produzidos por ele, mediante os seguintes objetivos:

- ✓ mapear e caracterizar as formações discursivas nos discursos jornalísticos sobre a Carcinicultura;
- ✓ identificar as representações que o jornal O POVO elabora sobre a Carcinicultura;
- ✓ identificar e compreender os deslocamentos discursivos;
- ✓ examinar as estratégias acionadas para a construções discursivas sobre a Carcinicultura;
- ✓ analisar os significados sobre a Carcinicultura em cada formação discursiva.

3. CAPÍTULO - A MÍDIA EM PAUTA

Neste capítulo, apresento questões sobre a mídia, através de seu processo histórico, como práticas culturais na construção do significado. Também são mostrados alguns escritos mais direcionados ao jornal O POVO.

3.1 CONTANDO UMA HISTÓRIA

Os meios de comunicação têm proporcionado fantásticas mudanças no que se refere à movimentação dos significados sobre as coisas do mundo, permitindo que eles sejam vistos como um dos *insights* atuais na fabricação de nossas leituras do mundo (TONINI, 2002). Também sobre essas mudanças, Veríssimo (1999, p. 7) comenta que: “vivemos num tempo maluco em que a informação é tão rápida”. Essa citação demonstra a velocidade como elas se processam.

Para França (1997), “os meios de comunicação deixaram de ser vistos como uma instância neutra a serviço da sociedade e passaram a ser tomados na sua natureza ideológica e de classe, instrumento de poder político e econômico, esfera de dominação da sociedade” (p. 485). Dessa forma, os meios de comunicação perdem seu caráter inicial de informar e passam a atuar na formação do indivíduo, na chamada formação de opinião pública.

Vários estudos (KELLNER, 2001; FISCHER, 2001; COSTA, 2002) enfatizam a contemporaneidade como imagética, por ela utilizar-se da mídia como um campo de finalidades plurais: de diversão, de informação, de publicidade, de comércio, entre outros. Sendo assim, ela tornou-se um dos mais importantes meios de formação dos indivíduos, porque, como já apresentei anteriormente, pedagogiza o conhecimento.

Hoje a imprensa inseriu-se no contexto global e tornou-se uma atividade industrial, com uma contradição intrínseca à sua promessa histórica e certamente mistificadora: a de dar a verdade em primeira mão. Mistificadora porque fala em verdade genericamente, quando se trata de entendê-la no sentido estrito de

informação real, relativa a fatos que realmente ocorreram - e que comportam interpretações diversas; mistificação necessária, porém, para a sedimentação de outro mito, o da imparcialidade, que garante à imprensa o seu lugar de autoridade (Veríssimo, 1999).

De qualquer forma, a verdade, ao contrário do que afirma o senso jornalístico, sempre ficou submetida à necessidade da veiculação de notícias em primeira mão (dadas às imposições da concorrência), trazendo como resultado, freqüentemente, a divulgação de informações interessadas. Hoje, na era do "tempo real", a informação é adquirida em tempo instantâneo. Essa contradição atinge níveis que apontam para uma intencionalidade no processo de produção da notícia¹⁵ (Veríssimo, 1999).

A verdade aqui é entendida tomando como orientação os pensamentos foucaltianos. É vista como algo produzido na forma de discursos sobre as coisas do mundo, originados a partir de epistemes situadas e datadas, efeitos das relações de poder. E, nesse sentido, o discurso age como algo que se manifesta sob o aspecto da linguagem e materialidade. Sobre isso Gomes (2001) comenta que:

A "verdade" presente nos saberes estabelecidos pela mídia, tecida nas redes simbólicas das quais emergem discursos dos mais variados campos, produz modos de ser que constituem subjetividades. Na medida em que é também construtora e propagadora de imaginários, a mídia serve de referencial para a produção de identidades (p. 194).

Parece haver uma tendência a que o investimento na alta tecnologia não seja levado pela qualidade da informação, mas sim pelo aspecto de "chegar mais rápido que o concorrente" na banca. É isso que nos empurra à investigação e ao questionamento dessa verdade produzida e da dita imparcialidade dos discursos levados pela mídia.

Sobre isso evoco as palavras de Rodrigues (1997) ao afirmar que:

O discurso não é uma das funções entre outros da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha

¹⁵ Notícia: relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante. A estrutura da notícia é lógica; o critério de importância ou interesse envolvido em sua produção é ideológico: atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade etc. (Lage, 1987, p. 59)

outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e sua expressão final (p. 217).

O interesse por novas “notícias” pelos meios de comunicação¹⁶ é muito antigo e foi esse empenho que motivou a busca de estratégias e o desenvolvimento de técnicas para obtê-las. Para Briggs e Burke (2004), o desenvolvimento da comunicação deu-se paralelamente à Revolução Industrial, em virtude do surgimento e aprimoramento de tecnologias, principalmente em relação aos transportes e a passagem do vapor, como principal fonte de energia, para a eletricidade. Para os autores, esses fatores contribuíram para o surgimento de inúmeros veículos de comunicação, como os correios, telégrafos, telefones, jornais, rádios, televisão e computadores.

A palavra mídia trata de um aportuguesamento da expressão latina *media* (plural de *médium*, que significa “meio”), utilizada na Língua Inglesa como *media* (ou *mass-media*) – tem sido comumente empregada no Brasil como sinônimo da expressão “meios de comunicação de massa”¹⁷. O termo mídia passou a ser comumente utilizado no Brasil, na década de 1940, com a popularização dos meios de comunicação – primeiramente com as revistas femininas, em seguida, com os folhetins, jornais periódicos, o rádio, e, no final da década de 1950, com a televisão. Esses meios almejavam chegar a todos. Acredita-se que a utilização do termo mídia esteja diretamente ligada à influência estrangeira (especialmente da Língua Inglesa) em nossa cultura e à facilidade na sua pronúncia (Rocha, 2005, p.127).

A história dos meios de comunicação, comentada por Briggs e Burke (2004), conta que na Antigüidade a mesma era feita de forma oral, depois através de imagens e só mais recentemente que a escrita foi incorporada a esse processo. A impressão gráfica¹⁸ era uma importante técnica desenvolvida no período anterior à revolução das comunicações. Essa técnica atuou de forma decisiva no processo informativo, facilitando a produção de livros e jornais, conseqüentemente uma

¹⁶ “Os meios de comunicação deixaram de ser vistos como uma instância neutra a serviço da sociedade e passaram a ser tomados na sua natureza ideológica e de classe, instrumento de poder político e econômico, esfera de dominação” (França, 1997, p. 485).

¹⁷ A expressão “meios de comunicação de massa” é de influência estadunidense (*mass omunication*). (Briggs e Burke, 2004, p. 154)

¹⁸ Segundo Briggs e Burke (2004), a primeira prensa gráfica foi inventada por Gutenberg em 1450, em Mainz, na Alemanha. Mas existem indícios que mostram que, desde o século VIII, a impressão já era realizada na China e no Japão, por exemplo. Assim, fazendo com que sua utilização se desse em vários países.

circulação de informações mais expansiva por toda a Europa, tornando-se parte importante da cultura popular no século XVII.

O Renascimento e a Reforma Luterana, no século XV, trouxeram à baila uma nova ordem social que tinha como alicerce a razão, opondo-se ao período precedente onde o paradigma era religioso. Esse novo momento foi acompanhado por um outro pensamento social, a razão passou a dominar nos distintos campos do saber e a imprensa foi ganhando cada vez mais importância. Além disso, o crescimento do interesse pela informação e as guerras foram alguns dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento da imprensa neste século.

Mas todo esse aceleração e o crescimento na circulação do fluxo de informação só foi possível graças à invenção de Gutenberg, em 1438, a imprensa de tipos móveis. A tipografia possibilitou, de forma rápida, a reprodução de um único texto, o que propiciou uma maior difusão dos mesmos. Mas é interessante destacar que a imprensa periódica impressa só surgiu mais de um século e meio depois da invenção da tipografia.

A atuação e limites da imprensa sempre foram imprecisos, nos séculos XVI – XVII, por exemplo, os meios de comunicação dependiam do investimento do regime em exercício. No tocante à produção das informações, estas eram submetidas ao controle e à censura do poder instituído.

No início, a informação impressa era organizada em pequenas empresas artesanais, e o objetivo era o interesse puramente comercial, assim como o do capitalismo nessa fase. A principal missão do jornal¹⁹ era ordenar as notícias que circulavam e verificar sua importância junto aos leitores. Atribuía-se à imprensa artesanal, além do papel informativo, também o caráter opinativo.

A partir dos séculos XVII e XVIII, ocorreu uma modificação na produção jornalística em relação ao período anterior. O jornalismo literário tornou-se mais marcante. O interesse meramente comercial começou a ser superado, à medida que a influência política começou a requerer seus espaços. O antigo interesse comercial e informativo já não era mais tão vantajoso e muito menos interessante para o novo momento. Já pela formação de opinião pública ganhou grande notoriedade.

¹⁹ Jornal: veículo impresso, de tiragem regular, com periodicidade definida, que se apresenta em folhas soltas arrumadas em cadernos. Jornais são produzidos nos formatos de standard, tablóide e intermediário (Lage, 1987, p. 58).

Realmente a impressão gráfica foi um marco, para alguns foi o início de uma revolução, para outros uma técnica que desencadeou múltiplas mudanças sociais. Antigamente os poucos livros que existiam pertenciam ao Clero. Depois da impressão, os livros foram mais “democratizados”, os mais abastados compravam livros, aos com menos posse restava as brochuras, um formato de folheto vendido por mascates.

A consciência política da sociedade era instigada pela circulação de impressos satíricos, especialmente nos séculos XVII e XVIII, na Inglaterra e na França. As publicações estavam contribuindo para o refinamento do discurso. Mas nestes séculos, o progresso da mídia foi sensivelmente freado pela rigidez do controle político.

Segundo o pensamento de Lage (1987), “a burguesia tinha que lutar em outras frentes e logo usou os jornais na sua arrancada final sobre os palácios. A Igreja e o Estado tentaram conter os impressos com o Índice e a censura; mais tarde, os aristocratas lançavam seus próprios periódicos” (p. 11). Podemos perceber que desde cedo a mídia passou a ser utilizada como uma arma muito eficiente. Sabendo disso, logo os poderosos decidiram combatê-la e controlá-la.

A história da mídia, contada por Briggs e Burke (2004), relacionou a ausência da impressão gráfica com o despotismo. Os reis, os grandes líderes, achavam proveitoso manter as pessoas na ignorância para continuar impondo o seu poder. O medo da heresia estava por trás da oposição à impressão gráfica.

As publicações padronizavam e preservavam o conhecimento, também deram margem a uma crítica à autoridade, facilitando a divulgação de visões incompatíveis sobre o mesmo assunto. O interesse dos governantes pelas comunicações foi a razão principal para a rápida expansão do sistema postal, no início da Modernidade, embora os mercadores e outros indivíduos dele também tenham tirado vantagem. O desenvolvimento do comércio é um exemplo.

Conforme observações de Briggs e Burke (2004), o jornal surgiu no século XVII. Essa nova tecnologia causou preocupações, especialmente nos religiosos, tanto católicos como protestantes, e autoridades, de uma forma geral, por veicularem informações criticando, muitas vezes, essas instituições. As informações chegavam ao público, trazidas por mercadores, acompanhando o fluxo do comércio.

Deste modo, as Igrejas e as autoridades passaram a manipular a nova tecnologia, e a forma mais conhecida na época de censura foi o Índex²⁰. Essa prática estimulou a produção clandestina de vários escritos, livros, jornais etc.

Essas publicações favoreceram uma maior consciência aos seus leitores. Lanço mão das palavras de Briggs e Burke (2004) que dizem:

A impressão gráfica facilitou a acumulação de conhecimento, por difundir as descobertas mais amplamente e por fazer com que fosse mais difícil perder a informação. Por outro lado, a nova técnica desestabilizou o conhecimento ou o que era entendido como tal, ao tornar os leitores mais conscientes da existência de história e interpretações conflitantes. Portanto, no que diz respeito aos textos, a fixação do conhecimento estimulada pela impressão gráfica foi mais relativa que absoluta (p. 76).

É importante destacar que, nessa época, segundo esses autores, apenas uma minoria da população sabia ler e escrever. Assim, a comunicação oral permaneceu por muito tempo na era da impressão.

De acordo com os estudos de Lage (1987), “na Idade Média, as informações disponíveis para a população vinham embutidas em decretos, proclamações, exortações e nos sermões das igrejas. (...) Isto começou a mudar com o resultado da expansão da atividade comercial, a partir do século XIII” (p. 8-9). Nessa época, para a Igreja e o Estado, as informações que a sociedade precisava saber eram somente essas.

Desde o princípio de sua utilização, a mídia sempre esteve impregnada de intencionalidades. Ciente dessa potencialidade, o Governo Regente sabiamente capturou as novas técnicas para fins políticos, assim também fizeram os pensadores iluministas, que impulsionaram uma inovação na maneira de encarar o mundo.

É indiscutível que com advento da impressão gráfica não tenha se inaugurado uma nova forma de ver o mundo, mesmo que em intensidades diferenciadas. Essa tecnologia provocou profundas mudanças sociais. Conforme as palavras de Lage (1987), “a acumulação de capital logo teve conseqüências: a organização mais ampla e atuante da atividade artesanal e a alfabetização” (p. 9).

A história da imprensa deu-se de forma diferenciada em cada país, ou seja, teve marcos distintos, mas só se consolidou no século XIX.

²⁰ O “Índex dos livros proibidos” era uma lista que continha nomes de livros que a Igreja controlava sua publicação e leitura.

No início da Modernidade, a censura da mídia, seja por heresia, sedução ou imoralidade era a grande preocupação das autoridades, dos Estados e das Igrejas, fossem elas católicas ou protestantes. Uma das conseqüências mais relevantes da invenção da nova técnica de impressão foi abranger, com maior veemência, os negociantes no processo de difundir o conhecimento. As notícias eram já vistas na época como mercadorias. Na comercialização do lazer incluía-se a leitura de livros e jornais. No entanto, a leitura privada era constantemente vigiada, pois esta prática era tida como perigosa.

No Brasil, a imprensa só chegaria mais tardiamente, não por falta de tentativas, mas por causa do longo período em que permaneceu colônia de Portugal. Este país não permitia estrategicamente qualquer iniciativa inovadora no nosso. A política portuguesa exigia que a colônia brasileira se submetesse ao monopólio metropolitano.

Então, a imprensa chegou ao Brasil somente em 1808, após a fuga da família real de Portugal para cá, em decorrência da perseguição empreendida por Napoleão Bonaparte²¹. Com a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, foi transferido para a colônia o aparelho administrativo da metrópole. Para que a Coroa Portuguesa pudesse continuar mandando, agora do Brasil, algumas instituições tiveram que ser criadas como o Banco do Brasil, algumas Universidades (a da Bahia e a do Rio de Janeiro) e a imprensa Régia do Brasil.

O material tipográfico usado para a instalação da imprensa veio junto com a família real. Todo o material produzido pela imprensa era “fiscalizado” por representantes da Coroa. Dessa forma, as notícias que eram publicadas não podiam ir contra o Governo, a Igreja e os bons costumes.

Por um longo período, nada que viesse a ser contra essas instituições era publicado. Não se publicavam reclamações, protestos ou coisas afins. Só passavam pela “fiscalização” notícias que falassem bem da colônia, da Coroa e da Igreja. As notícias só transmitiam coisas positivas sobre o Brasil, criando uma falsa realidade. Sobre isso Amaral (1996) comenta que, “até a Independência, em 1822, tivemos uma imprensa onde as notícias eram pequenos fatos do dia, aniversários, odes e panegíricos da família reinante” (p. 69).

²¹ Napoleão Bonaparte esteve por um longo período no governo francês, mas em 1804 ele se torna Imperador da França e dá início a uma empreitada arrojada e desafiadora, a expansão territorial militar francesa. E foi nesse período que, perseguida pelos exércitos franceses, a Corte portuguesa foi obrigada a fugir de Portugal e a se deslocar para o Brasil.

Com a República, algumas mudanças aconteceram na imprensa. O caráter artesanal da imprensa abriu espaço à imprensa industrial, transformando o jornalismo em empresa. E, como aponta Lage (1987), “a notícia, antes restrita e controlada pelo Estado e pela Igreja, tornou-se bem de consumo essencial” (p. 8).

3.2 A MÍDIA COMO PRÁTICA DE PODER

O progresso da comunicação está vinculado ao desenvolvimento das tecnologias. O desenvolvimento dos transportes, a descoberta e utilização de novas fontes de energia favoreceram o avanço dos meios de comunicação. Como exemplo, cita-se, ainda no século XIX, a construção de novos meios de transporte que passaram do vapor para a eletricidade, acelerando o desenvolvimento dos meios de comunicação. E esse desenvolvimento tecnológico continuou por todo o século XX, com o surgimento da televisão, do cinema que iriam emitir imagens e palavras (som) e, posteriormente, com o computador.

Com a chegada da televisão, difundiu-se o poder da cultura veiculado pela mídia, fato contemporâneo, como enfatiza Kellner (2001) ao citar Horkheimer e Adorno, apontando que na década de 1940 a indústria cultural, formada pelo cinema, rádio, imprensa, revista, propaganda e televisão, estreou a colonização do lazer, conquistando o centro da cultura e comunicação nos Estados Unidos e nos países capitalistas. Mas foi com a televisão que a mídia ganhou o mundo e assumiu a liderança da cultura na vida social e na política.

Na contemporaneidade, a mídia, de uma forma geral formada por diversos veículos já citados, difunde uma nova cultura – a cultura da mídia – denominada por Kellner (2001, p. 10-11) por ser “um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia”.

Para o autor, a mídia passou a conduzir a vida cotidiana, servindo de fundo onipresente e muitas vezes de sedutor primeiro plano para o qual convergem nossa atenção e nossas atividades. Algo que, segundo alguns, está minando a potencialidade e a criatividade humana. A mídia é, na atualidade, um dos principais locais de constituição de comportamentos sociais, na ocupação do tempo de lazer e na formação de opiniões. E ainda, segundo o autor, a sociedade atual passa a

considerar, sobretudo, as formas visuais e verbais que a mídia exhibe, ao nos afirmar que:

Cultura de mídia é a cultura dominante hoje em dia; substituiu as formas de cultura elevada como foco da atenção e de impacto para grande número de pessoas. Além disso, as formas visuais e verbais estão suplantando as formas da cultura livresca, exigindo novos tipos de conhecimento para decodificá-las. Ademais, a cultura veiculada pela mídia transformou-se numa força dominante de socialização: suas imagens e celebridades substituem a escola e a Igreja com árbitros de gosto, valor e pensamento, produzindo novos modelos de identificação e imagens vibrantes de estilo, moda e comportamento (Kellner, 2001, p. 27).

Diariamente os vários tipos de mídia são utilizados pela sociedade. Conforme Briggs e Burke (2004), as pessoas passam um tempo enorme assistindo a televisão, ouvindo rádio, lendo revistas e jornais, freqüentando cinemas, convivendo com a música, fazendo compras, participando dessas e de outras formas de cultura veiculada pelos meios de comunicação.

A mídia deve ser compreendida como um sistema em que, à medida que se introduzem novas mídias, as mais antigas não são abandonadas; elas coexistem e interagem. Portanto, a antiga e a nova mídia existem simultaneamente, competem entre si, imitam uma a outra, bem como se completam.

Mas isso não quer dizer que antigos meios de comunicação não evoluam, ao contrário, como é o caso do jornal impresso que, ao longo do tempo, incorporou muitas tecnologias, ainda que sua existência preceda a todos esses mecanismos tecnológicos das recentes décadas. Mas o jornal não ficou alheio a essas tecnologias. Várias delas foram responsáveis pelas atuais formatações jornalísticas, com um destaque especial para a informática, que possibilitou uma verdadeira revolução na configuração do jornal. Isso permitiu mostrar como um mesmo meio de comunicação acompanha as transformações.

Assim, tomam-se os discursos midiáticos como uma importante força cultural, influente na maior parte das sociedades. Deste modo, as representações da Carcinicultura, que são vinculadas nos diferentes textos de O POVO podem ser compreendidas como elaboradas no jogo do poder, para impor significações. Sobre isso, lanço mão das palavras de Rodrigues (1997):

A dimensão discursiva assegura quatro funções institucionais: pedagógica, tradicional, simbólica, mobilizadora e reparadora. É pelo discurso que as instituições asseguram a inculcação e a transmissão da sua legitimidade para ditar as normas destinadas a regular os comportamentos e para intervir com eficácia dentro de um determinado domínio da experiência (p. 224).

Harold Lasswell, citado por Briggs e Burke (2004), descreve-nos a comunicação em termos de “quem” diz o “quê”, “para quem”, em “que canal”, com que “efeito”. Para explicar melhor o “quem” refere-se ao controle, o “quê” ao conteúdo, o “para quem” à audiência em termos de quantos, “que canal” ao instrumento e “efeito” à opinião.

É importante destacar que o contexto é fundamental. A linguagem das massas surgiu durante o século XIX. A história da comunicação não pode descuidar dos meios lingüísticos pelos quais acontecia a comunicação. As intenções imediatas, táticas e estratégias dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto nos quais operam, assim como as mensagens que transmitem.

Harold Innis apontou a importância da mídia no mundo antigo. O conceito central de sua teoria foi a idéia de que cada meio de comunicação tendia a criar um perigoso monopólio de conhecimentos. Tinha um grande interesse pela competição entre os diferentes tipos de mídia e argumentava que o controle intelectual dos monges, na Idade Média, foi destruído pelo papel e pela impressão gráfica, da mesma forma que o poder do controle sobre a escrita, praticada pelos sacerdotes egípcios na idade dos hieróglifos, havia sido arruinado pelo alfabeto grego.

As imagens, destaque especial para estátuas, foram por muitos séculos uma importante forma de comunicação, e mesmo de propaganda no mundo antigo, sobretudo em Roma. Dizia-se que as imagens serviam para aqueles que não sabiam ler, a grande maioria na época. Nas catedrais da Idade Média, as imagens esculpidas em madeira, pedra ou bronze eram estampadas em vitrais, formando poderosos sistemas de comunicação (Briggs e Burke, 2004).

As pessoas aprendiam com as imagens tudo o que as autoridades da época achavam importante que o povo soubesse, ou melhor, tudo o que era necessário saber. A história da criação do mundo, o que era pecado, as virtudes, os exemplos dos santos, os dogmas da Igreja etc, enfim, quase tudo era ensinado através das janelas das igrejas ou em estátuas (Briggs e Burke, 2004). Isso

evidencia uma mudança nas maneiras de comunicação, deslocando-se do oral para a escrita, da auditiva para a visual.

Na atualidade, discursos atraentes são auxiliados pelo visual para a construção de argumentos irrefutáveis. Negar o poder da mídia na atualidade é negar todo um conjunto de práticas estabelecidas com o intuito de formar opiniões. Entende-se que o “poder da mídia”, como sendo semelhante àquele em que uns detêm a força (no caso a instituição) e impõem aos outros (os leitores) o exercício do seu poder ao controlar, manipular, alienar e criar um estado de sujeição. Nessa perspectiva, Briggs e Burke (2004) chamam a mídia como o *quarto poder*²². Essa expressão ganhou o mundo e foi sendo utilizada no sentido de a mídia formar o “quarto poder” republicano, ao lado do poder legislativo, do executivo e do judiciário. Mas com um destaque importante: o seu imediatismo na informação.

A mídia veicula, seleciona e (re) produz múltiplos tipos de discursos. Ao noticiá-los, ela muitas vezes anula, omite, posterga, determina e impõe sentidos aos mesmos. Essas práticas tratam obviamente de estratégias de sobrevivência. Assim, a mídia preserva-se e conserva-se acima do bem e do mal. Os sentidos das informações são compreendidos de inúmeras formas. Mas elas se apropriam do seu caráter “informativo” e procuram se mostrar como mídias pretensamente naturais. Isto é, apenas veiculam aquilo que acontece sem interferência alguma.

A mídia pode ser vista como um território de publicação e veiculação de discursos incorporados pela sociedade como verdadeiros. Um lugar de elaboração de discursos próprios. Os discursos veiculados pela mídia produzem muitos e interessados efeitos.

Sobre isso Rodrigues (1997) argumenta que

o discurso midiático desempenha também um importante papel estratégico de reforço da legitimidade das outras instituições, garantindo a sua permeabilidade por todo o tecido social. Este papel de reforço resulta da projeção pública da sua simbólica, como efeito da visibilidade que lhes confere, ajudando a mantê-las presentes no imaginário social (p. 226).

A mídia veiculada produz, respectivamente, saberes sobre como estamos ou como devemos estar no mundo. E à proporção que vai estabelecendo

²² O termo “quarto poder” partiu do jornal *The Times*, instituição dominante na imprensa de Londres. De acordo com os estudos desses autores, a pessoa que utilizou a frase foi o historiador Macaulay, embora ele se referisse à Galeria de Imprensa no Parlamento, e não especificamente ao *The Times* ou a imprensa de uma forma geral (Briggs e Burke, 2004, p. 197).

significado, opera na formação dos sujeitos sociais, exercendo, dessa forma, uma função pedagógica, um papel educacional. É por meio dela que nos subjetivamos e nos impomos como sujeitos, que aprendemos o que pensar, como nos portar, em que acreditar e não acreditar, o que temer e o que desejar. Nesse sentido, a mídia é o conjunto de práticas culturais construídas nas relações de poder.

Gomes (2001) em seus estudos diz que “a mídia e as tecnologias que ostentam manifestações de poder inerentes aos interesses capitalistas produziram uma era do consumo” (p. 194). Para a autora, o consumo é o orientador do estilo de vida pós-moderno, ou melhor, as empresas que produzem uma cultura de consumo ficam encarregadas de produzirem sentido. “Sentido que constrói identidades, produzindo-nos como sujeitos de determinados discursos (...) discursos que vendem imagens e modos de ser, pensar e agir” (p. 194).

Ao analisar a mídia impressa – o jornal O POVO –, busco possibilidades de lançar um outro olhar para os jornais. Uma análise das representações da Carcinicultura leva-nos a entender que sua existência seja dada a partir de “relações de poder”, mediante as quais os grupos ou sujeitos atribuem aos “outros” seus significados. Focalizar nas reportagens as relações de poder que norteiam sua produção é muito instigante. Assim apreendemos o jornal como um território de lutas, de embates, de contestações contínuas, um campo expositivo privilegiado, constituído por relações de poder, e a representação como um artifício de elaboração de significados construídos discursivamente, não espelhando, portanto, a “realidade” externa, anterior ao discurso. A representação é uma invenção, construção baseada no poder.

Nas sociedades modernas, a mídia desempenha um papel, como defende Rodrigues (1997), “estratégico de composição e de conseqüente cimento homogeneizador da vida coletiva. Nela vem refletir-se, como num espelho, a diversidade das funções pedagógicas, simbólicas, mobilizadoras e reparadoras das restantes instituições” (p. 224).

Para Moraes (2006), a escola, na atualidade, vem perdendo cada vez mais a exclusividade de ser o único lugar “legal” do saber, “já que há uma variedade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. A diversificação e a difusão do saber fora da escola são dois dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação propõe ao sistema educativo” (p. 56). A mídia e seus

mecanismos assumem uma função de caráter pedagógico, produzindo novos sujeitos.

É importante termos a clareza de que, na atualidade, temos fora da escola um conjunto de artefatos culturais que ensinam a sociedade. A escola não é mais o único lugar de legitimação do saber, como já comentei anteriormente. Podemos encontrar estes artefatos em diversos locais inclusive na mídia.

Hoje os meios de comunicação desempenham importante papel na formação da sociedade. Podemos atribuir isso ao fato da enorme quantidade e impressionante rapidez com que as informações são produzidas e veiculadas. Essas tecnologias vêm produzindo profundas e rápidas mudanças nas diferentes esferas: cultural, política, etc.

Portanto, atribuir denominações e características à atividade da Carcinicultura é uma prática de relação de poder, uma relação de forças, quase sempre, desigual. É na própria trama discursiva que ela está sendo produzida. O jornal não é simplesmente uma transcrição dos acontecimentos do cotidiano ou um lugar onde os jornalistas registram seus conhecimentos. O jornal, ao veicular a matéria jornalística, torna-se um lugar de produção de significados, lugar de produção e circulação de verdades. Um importante veículo de difusão de informações e representações sociais.

Conforme as palavras de Mouillaud (1997), “o discurso do jornal não está solto no espaço, está envolvido no que chamaria de “dispositivo” que, por sua vez, não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido” (p. 29). Para o autor, são os lugares materiais ou não onde se inscrevem os textos²³. E destaca ainda que os dispositivos se encaixam uns nos outros, “o dispositivo não é o suporte inerte do enunciado, mas um local onde o enunciado toma forma” (p. 85). Na verdade, o jornal se inscreve no dispositivo geral da informação e que, em sua peculiaridade, contém dispositivos que lhe são subordinados, como seu sistema de títulos, por exemplo.

A articulação entre os diferentes dispositivos permite que os jornais manipulem as informações de forma a expor o que as pessoas podem ver ou saber.

²³ Texto qualquer forma (de linguagem, icônica, sonora, gestual etc.) de inscrição (Mouillaud, 1997, p. 34).

3.3 A INFORMAÇÃO NOSSA DE CADA DIA: OUTRAS ANOTAÇÕES

O jornal trata de ser uma mídia impressa de publicação, de temporalidade, geralmente sistemática que narra e ao mesmo tempo estabelece acontecimentos do dia-a-dia das pessoas, atendendo aos múltiplos interesses dos leitores: relatam acontecimentos de diferentes campos - políticos, econômicos, sociais, esportivos -, divulgam produtos, serviços, informam sobre as condições do tempo, etc. nas diferentes escalas geográficas.

O jornal possui um lugar de destaque em nossa sociedade pela sua ampla circulação e por ser reconhecido como um instrumento de verdade e conceitos universais. Os discursos ali circulantes dão legitimidade e prestígio às suas práticas culturais, justamente por esta credibilidade assumida. Para Mouillaud (1997), “o jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos” (p. 51).

O jornal, quando foi criado no século XVII, ainda tinha características muito rudimentares, pois era considerado de má qualidade, e a informação praticamente não tinha importância, pois o destaque era dado ao entretenimento.

Para Pena (2005), é com a passagem da cultura oral para a escrita e com a difusão dos modelos impressos que ocorre o advento do jornalismo moderno. É com a comunicação oral que tem início o jornalismo - os relatos orais são estimados como a primeira grande mídia da humanidade. O sermão era a forma de comunicação mais utilizada. No entanto, havia outros tipos de comunicação oral, como aponta Briggs e Burke (2004): acadêmica, canto, os boatos, clubes e cafés.

No século XIX, a imprensa é capturada pelo capitalismo e se torna um negócio, a informação se torna uma mercadoria. No século seguinte (XX), o jornalismo passa a servir aos interesses do grupo que monopolizava a imprensa. E ainda, nesse século, uma nova técnica é inserida, o fotojornalismo. Os recentes estudos sobre o jornalismo também ocorrem neste momento apontando a formação dos conglomerados. Essas mudanças nos jornais impressos possibilitaram sua consolidação e permanência até o presente.

Para Briggs e Burke (2004) é nos cafés Londrinos, no início do século XVII, onde se deu possivelmente o princípio do que eles titulariam de moderno jornalismo. Portanto, os primeiros jornais surgiram desses cafés, quando tipógrafos

começaram a coletar informações, fofocas, as opiniões dos leitores e discussões políticas, imprimindo tudo depois.

Acredita-se que as gazetas venezianas teriam originado os jornais. As publicações jornalísticas iniciais ocorreram na Alemanha, na Inglaterra e nos Países Baixos. Elas teriam sido procedentes da *lettere d'avivi*, cartas manuscritas recebidas pelos comerciantes venezianos desde o século XIII. Seu teor era controlado e trazia assuntos de interesses específicos. O jornalismo era considerado ainda incipiente, mas já causava reações de nobres e religiosos por se sentirem prejudicados com a exposição ao público. Pena (2005) nos diz que:

Na árvore genealógica dos jornais, estão as gazetas que vêm do italiano *gazzete*, moeda utilizada em Veneza no século XVI. Elas eram manuscritas periódicas e apresentadas em quatro páginas em frente e verso, dobradas ao meio, como um pequeno fólio, de vinte centímetros de altura e quinze de largura. Custava uma moeda, ou seja, uma gazeta. As notícias eram vinculadas ao interesse mercantil, com informes sobre colheitas, chegada de navios, cotações de produtos e relatos de guerras. Vinham de diversos países. Não traziam títulos, apenas data e local de procedência. Possuíam leitores dentro e fora de Veneza, o centro comercial e informativo mais importante da Europa na época. De lá, eram produzidas e expedidas por correio, saindo todos os sábados para cidades italianas (p. 34).

Para a popularização da informação, vários fatores foram preponderantes: o comércio, os transportes, a consolidação de um modelo de vida urbana e, principalmente, a constituição de um público leitor.

Antes do início do século XIX, o jornal era constituído mais de entretenimento, como já comentei anteriormente, do que de informação. No século XIX, com a redução dos custos da impressão, o número de leitores aumentou. Nessa ocasião, contudo, incorporaram-se modificações na imprensa, como a redução da principal expressão literária presente nos jornais: o romance. A partir de 1880 e 1890, o ideal de público informado foi superado pelos interesses de mercado.

Com todas essas mudanças, um novo debate se estabelece acerca da imprensa. Além ser informadora e educadora, passou-se a discutir seu papel de formador de opinião pública. Deu-se, assim, o início da preocupação no que diz respeito à formação dos jornalistas. Com relação a essa questão, os Estados Unidos teriam sido os pioneiros a se preocuparem e buscarem soluções. Foi nesse país que surgiu o jornalismo investigativo que se tornou referência para diversas nações.

Essa nova técnica do fotojornalismo concedeu aos Estados Unidos o poder de exercer uma maior influência nos países, inclusive no Brasil, no que se refere aos tipos de mídia. Nesse período, os estudos sobre o jornalismo e a mídia noticiosa tornaram-se relevantes.

Entre 1961 e 1981, ocorreu um processo que podemos verificar seus reflexos até hoje: a concentração do poder da mídia nas mãos de uma minoria. Assim, o jornal passa a atender aos interesses de um grupo minoritário (ricos) que mantinha o monopólio da imprensa, recusando a possibilidade de ser democrático.

Para alguns autores, foi nesse período que surgiu o fotojornalismo, mas não há um consenso quanto ao aparecimento das imagens fotográficas em jornais. Para Souza apud Mauad (2004), em 1904, com a publicação de uma fotografia no jornal inglês *Daily Mirror*, a fotografia entrou para os diários. Em relação às revistas ilustradas, que já publicavam fotografias desde a década de 1880, houve um atraso de vinte anos.

Segundo Costa (1994), a fotorreportagem consolida-se numa configuração jornalística historicamente determinada, tendo suas origens na imprensa alemã no final da década de 1920, por tratar-se

de um novo tipo de relacionamento entre texto e imagem que encontrou na revista ilustrada o veículo ideal para sua expressão. A aplicação do modelo de fotorreportagem teve desdobramentos em diversos países da Europa. No entanto, a exploração sistemática de seu potencial narrativo ocorreu no Estados Unidos, mais especificamente na revista *Life*. Após o seu lançamento surgiram inúmeras publicações semanais do mesmo gênero em todo o mundo: no Brasil o melhor exemplo foi *O Cruzeiro* (p. 84).

As publicações ilustradas adquiriram um novo perfil na Alemanha, em 1920, relacionado à imagem e à escrita. A forma de fazer fotografia também passou por mudanças. A partir de então, o posicionamento do fotógrafo ao fotografar era considerado o de uma testemunha oculta dos acontecimentos.

Essa inovadora forma de fazer jornalismo foi nomeada de fotojornalismo ou fotorreportagem. Costa apud Mauad (2004) comenta sobre o assunto, dizendo que a fotografia é importante na reportagem, adquirindo mais destaque quando surge a figura do editor de fotografia. No século XIX, em 1930, surge o editor, resultado do processo de especialização das funções na imprensa. A tarefa do editor é dar sentido às matérias, fazendo um jogo com as palavras e as imagens, dando

um título, organizando legendas e sucintos textos que acompanham as fotografias. Essa nova prática foi desenvolvida com o intuito de capturar a atenção do leitor, e, de forma paralela, instituir a forma “conveniente” de ler a imagem. Atribui-se a Stefan Lorant o pioneirismo do conceito de fotorreportagem.

O novo estilo de fazer jornalismo, a fotorreportagem, também se desenvolveu em alguns países da Europa, mas o principal foco eram os Estados Unidos com sua revista *Life*, que impuseram seu estilo e serviram de modelo para o mundo, até mesmo para o Brasil. E até hoje há a predominância do modelo de mídia dos EUA. Ele é influente não só no Brasil como em muitos outros países.

Desde o século XIX, em nosso país, já existia um mercado editorial embrionário com inúmeras publicações. Os marcos do fotojornalismo no Brasil são: a *Revista da Semana*, publicada em 1900, a primeira ilustrada com fotografias e *O Cruzeiro*, lançado em 1928, o exemplo mais significativo na história das publicações ilustradas no Brasil.

A revista *O Cruzeiro* tinha fortes influências da revista norte americana *Life*. A revista brasileira fundou uma escola que tinha como um dos seus princípios básicos a concepção do papel do fotógrafo como ‘testemunha ocular’, aliada ao princípio de que a imagem fotográfica podia operar uma narrativa sobre os fatos. A partir de então, as reportagens passaram a ser produzidas por um jornalista, responsável pela elaboração do texto escrito, e por um repórter fotográfico, responsável pelas imagens; ambos trabalhando juntos.

A inovadora tendência desta Revista teria forçado a concorrência a também modernizar suas técnicas de comunicação. Desta forma, os periódicos clássicos do País como *Revista da Semana*, *Fon-Fon* e *Careta*, tiveram que se adequar ao novo modelo que unia o texto e a imagem, expandindo o estilo ideológico da mensagem jornalística.

Esse novo tipo de jornalismo impresso (fotorreportagem) visava a estimular o leitor a tomada de opinião, uma opinião que, na maioria das vezes, já constituía o enredo montado pela íntima relação fotógrafo e editor. O fotojornalismo produziu uma nova mensagem através da imagem, que buscava basicamente naturalizar as representações de classe e fortalecer o texto escrito, utilizando a força de persuasão da imagem fotográfica.

No Brasil, o fotojornalismo alcançou seu auge na década de 1960, com o aparecimento do *Jornal da Tarde* (1966), das revistas *Realidade* (1966) e *Veja*

(1968), durante o regime militar, ocasião em que indicavam ao público que se encontravam sob censura prévia, mas que repudiavam esse ato e combatiam essas práticas na busca pela credibilidade, direitos autorais, o papel peculiar do editor fotográfico. Com o retorno da democracia ao Brasil, a Folha de São Paulo passou a liderar o mercado do jornalismo impresso.

Até o presente momento, o fotojornalismo continua produzindo e reproduzindo significados através dos textos jornalísticos, junto com a imagem, dois recursos complexos que viabilizaram a construção mais eficiente do discurso.

Com relação à materialização da indústria cultural no Brasil, Vidal (1994, p.32) relata que “a consolidação da indústria cultural teria início no princípio dos anos 60. Apesar da importância dos meios de comunicação de massa (especialmente jornal e rádio), durante o período Vargas (1930-1945 e 1951-1954), a industrialização brasileira e o ingresso do país na era do capitalismo monopolista se consubstanciariam a partir dos anos de JK (1955-1960), através da ideologia desenvolvimentista”.

Na época da ditadura²⁴ (1964-1985), a indústria cultural foi tomada como uma importante aliada dos militares. Eles passaram a investir pesado nesse trunfo. Foi nessa época em que ocorreu a ampliação das redes de telecomunicações, a distribuição de concessões de rádio e televisão, um elevado investimento de recursos em publicidade governamental nos jornais, salvando vários da crise. Instalou-se, então, nesse período, uma fase peculiar no desenvolvimento da mídia brasileira. Embora o Estado atuasse na consolidação da indústria cultural, também impôs um forte controle da informação, sobretudo da veiculada pela televisão.

No que se refere ao jornal, Habermas apud Vidal (1994) esclarece que a imprensa possui três fases: jornalismo puramente comercial, jornalismo literário ou político e jornalismo empresarial. Na inicial, o jornal é considerado uma pequena empresa artesanal, com acanhados lucros e preocupada apenas na coleta e circulação de informações; na segunda, refere-se à publicação de matérias, orientador da opinião pública e ambiente de combate político, assim como controlador da criação da redação; a última versa sobre o jornal adquirindo o estilo de empresa ao produzir anúncios como mercadorias comerciáveis.

²⁴ Período do Regime Militar quando foi instaurado o golpe de Estado em 31 de março de 1964. Ele estende-se, até o final do processo de abertura política, em 1985. É marcado pelo autoritarismo, o cerceamento dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação.

Na compreensão de Pena (2005), no século XXI, as empresas não são unicamente jornalísticas. Podemos constatar que, nas metrópoles, é improvável encontrar uma empresa somente jornalística. O que se encontra são megaconglomerados de meios de comunicação de massa, em que se concentram diferentes atividades ligadas à mídia de uma forma geral, sendo o jornalismo mais uma atividade.

Na atualidade, uma empresa jornalística dispõe de vários tipos de mídia, sendo a produção de jornal apenas uma atividade de um universo bem mais amplo. Hoje a maioria das empresas conta ainda com emissora(s) de rádio e canal de televisão, para fortalecer o grupo e não correr o risco de sucumbir, ou seja, atuar em uma única mídia muitas vezes significa falência. (Sá, 1998)

Toda essa estrutura criada vai constituir-se num desafio para o jornal impresso frente à concorrência das outras mídias. Para enfrentar essa competição, o jornal recebeu inovações e foi para as páginas da internet. Contudo, ele ainda permanece circulando de forma impressa, oferecendo ao público uma pluralidade de temas, dentre os quais a Carcinicultura.

Conforme o pensamento de Mouillaud (1997), “o jornal pode produzir não somente formas, mas efeitos de sentido que lhes são característicos” (p. 130).

3.4 NAS ENTRE LINHAS DO JORNAL O POVO

A história do jornalismo no Ceará não é recente e sempre teve influência de ideais políticos. Para o desenvolvimento desse capítulo, lanço mão das idéias de Sá (1998). Ela nos diz que desde 1924 a imprensa no Ceará é atuante. O primeiro jornal cearense intitulava-se Diário do Governo do Ceará, de propriedade do Padre Mororó. Para a autora, na década de 1850, a imprensa cearense era estimada como uma das melhores do Império; em 1860, houve um crescimento de publicações por todo Estado. Estas publicações eram controladas pelos órgãos político-partidários de vários segmentos populares. Esse controle se estendeu até a década de 1880, foi o último período em que a imprensa ficou sob o domínio do governo monárquico. Esse período também merece destaque pela quantidade de jornais que surgiram, cerca de 175. Ainda, segundo a autora, no Ceará, a política não se distinguia da imprensa, havendo jornalistas/políticos e políticos/jornalistas.

Esse era o cenário do jornalismo impresso no Ceará quando Demócrito Rocha chegou a Fortaleza, em 1912, vindo do sul da Bahia, com 24 anos para trabalhar nos Correios da Cidade.

Em 1921, formou-se em Odontologia e, dois anos depois, redatoriu o jornal esperanto *Novo Mundo*, juntamente com Eurico Pinto e outros. Em 1924, criou a revista *O Ceará Ilustrado*, formado por vários intelectuais. E em 1928, no dia 07 de janeiro, fundou o jornal *O POVO*. A escolha por esse nome deu-se após consulta popular no jornal *O Ceará*, de Ibiapina.

É importante esclarecer o cenário social do Ceará nesse momento, no período de 1928 estava em marcha os acontecimentos que culminariam com a Revolução de 1930.

Mesmo enfrentando muitas dificuldades, o jornal começou a funcionar com somente 16 páginas, com uma impressora francesa já usada e em uma sala alugada que, para mantê-la, contava com a doação de fundos. A primeira redação do jornal *O POVO* foi instalada em um sobrado na Praça General Tibúrcio, nº 420 (ex-158).

De acordo com Lage (1987),

o investimento para imprimir um jornal era pequeno, a redação se limitava a poucas pessoas, os leitores pagavam o preço do papel, da tinta até prover o capital inicial, com a contratação de assinaturas. Do ponto de vista econômico, qualquer um podia lançar a sua folha, desde que tivesse algumas centenas de amigos, correligionários ou pessoas com motivos para temer ataques impressos caso não contribuíssem (p.11).

Demócrito, em 1929, convida Paulo Sarasate para fazer parte do jornal e juntos promovem grandes transformações no jornal *O POVO*, tornando-o influente no Estado, inclusive atuando em algumas ações.

A partir de 1930, *O POVO* passou a utilizar uma impressora Planeta dando início ao processo de modernização do seu parque gráfico. Essa máquina permitiu um crescimento considerado, pois de uma só vez era impresso quatro páginas. Sendo necessário somente duas operações para fechar uma edição.

E em 4 de agosto de 1955 uma nova fase foi iniciada, tem-se pela primeira vez a impressão a cores. Se o jornal não se inserisse no novo modelo mercadológico e industrializado que o mercado passava a exigir com certeza não sobreviveria.

Na década de 1960, o jornal ganhou uma grande notoriedade, porque o rádio e a televisão eram veículos voltados para o entretenimento. Então, restava-lhe a veiculação de notícias. Assim sendo, o jornal O POVO tornou-se um dos mais importantes no Ceará. Vidal (1994), ao procurar apreender a relação entre o Estado e a imprensa, busca revelar o verdadeiro papel do jornal O POVO no projeto político de Virgílio Távora, que durou de 1961 a 1981. Nessa perspectiva, a autora descreve três fases do jornal como: I Veteranato (1ª fase de 1963-64), I Veteranato (2ª fase de 1964-66) e II Veteranato (1979-82). Durante esse período, Virgílio Távora desempenhava o cargo de Governador do Estado do Ceará, sendo responsável por uma clara influência sobre os meios de comunicação no Ceará.

Durante todo esse período, o jornalismo cearense é praticamente sustentado pelo Governo, pois o dinheiro para custear a empresa jornalística vinha de verbas públicas, investidas pelo Estado em propaganda governamental. Entre eles dois jornais se destacaram: O POVO e Correio do Ceará. Com essas práticas, os jornais não repreendiam as ações do governo e transmitiam os interesses da administração pública. Os recursos ganhos, nesta ocasião, com a publicidade permitiram o crescimento do jornal.

É fundamental destacar que, na segunda fase do I Veteranato, que se estendeu de 1964 até 1966, ocorreu o golpe militar de 64, ocasião em que os militares assumiram o poder no país, e a Presidência era assumida pelo cearense Castelo Branco. Apesar de Virgílio não ser partidário à nova administração, apoiou a “revolução”, fazendo uso da imprensa, especialmente do jornal O POVO.

Nessa época, apesar de o jornal O POVO já demonstrar os primeiros indícios de um jornalismo de caráter empresarial, ainda colaborou para divulgação dos interesses do Governo, como mostra Vidal (1994),

aconteceu em toda a imprensa brasileira, o principal assunto do jornal “O Povo” passou a ser desdobramentos do golpe militar de 1964, com amplo apoio da maioria da imprensa, que patrocinou uma campanha de terror e intimidação da população, criando condições para a legitimidade do golpe (p.91).

Além do apoio ao golpe, O POVO seguiu legitimando o governo Cearense. Mas isso não significava que não houvesse discordância. Embora ambos fizessem parte do mesmo partido, apresentavam tendências diferentes. Vidal (1994)

diz que, antes mesmo de o jornal se tornar uma empresa, tornou-se um aparelho político de Paulo Sarasate, para coagir o Governo a adotar certas medidas de seu interesse.

No entanto, o jornal ainda dependia dos investimentos governamentais, permanecendo também uma relação de dependência dos jornalistas em relação a Virgílio.

Para Evaristo Linhares, ex jornalista do O POVO, que em depoimento em comemoração dos cinquenta anos de fundação do jornal declarou que,

“um jornal com a consciência histórica primeira e instantânea da história de uma cidade, de um Estado, de uma região, de uma nação e do mundo tem suas servidões maiores. Uma, a um discurso ideológico dominante e que cabe difundir e inculcar, a serviço do poder vigente ou a constituir-se. E outra, aos interesses dos grupos em que se apoia. Nem sempre é pacífico o convívio entre tais servidores. Diria mesmo, do choque e tensão entre elas nasce o caráter vivaz e o calor vital da orientação e direção de um jornal. Nisto reside o seu vigor e atualidade, sua lealdade pública e privada. Jornal independente é uma ficção ou, melhor dos termos, um mal entendido. O jornal é órgão social de criação de consenso em torno de interesses, aceitos ou negados, universais ou particulares, mas sempre interesses. Interesses do poder – governo – Estado, da economia – produção – trabalho, da sociedade – grupos – religiosos, movimentos sociais e classes que se constituem a própria medida e substância de seu discurso fluente (O POVO 10/ 01/1978, p. 15)

Ainda durante a década de 1970, as empresas jornalísticas continuavam subordinadas e dependentes do Governo. Essa submissão justificava-se pela ocorrência do pequeno investimento da iniciativa privada na atividade, tendo o Governo como principal financiador.

Nesse momento, o controle sobre as notícias, realizado pelo Governo ainda era expressivo, uma vez que 70% das verbas recebidas pelos jornais vinham do poder administrativo, e o governo decidia qual informação poderia ser publicada. Como aponta Vidal (1994), as empresas não possuíam outra saída, para superar esse obstáculo.

Dentre os impressos, Vidal (1994) aponta que O POVO era o que recebia maior número de publicidade no Estado, porque realmente era o mais expressivo jornal de circulação. Ele barganhava de 50 a 70% dos recursos da SECOM para a sua publicidade.

Em 1979, o jornal se modernizou e passou a veicular matérias sobre assuntos sociais de ampla relevância. Com isso, firmava-se como empresa, retirando, a partir de então, seu sustento da publicidade.

Essa modificação ocorrida no jornalismo não excluiu os interesses políticos, pelo contrário, passou a atuar em função de diversos interesses: o do político, o do próprio jornalista e o da empresa.

Meu intuito com todo este histórico é compreender como O POVO ganhou notoriedade e se desenvolveu, cunhando estratégias que o distingue dos outros. Sendo respeitado como um dos maiores veículos de comunicação escrita no estado do Ceará.

Ao longo de sua história, O POVO tornou-se referência no Ceará. Conquistou uma invejável credibilidade que, muitas vezes, impede que se conteste o que ele veicula. Seguindo viagem, nesta perspectiva, entendo que o jornal difunde “verdades” sobre definidas realidades disseminadas aos leitores que, geralmente, não param para se questionar sobre o que está sendo noticiado.

Nesse contexto, entendo que somos, dia-a-dia, bombardeados por mensagens veiculadas pelos meios de comunicação. De uma forma geral elas atuam na constituição dos nossos comportamentos, dos nossos modos de vida, das nossas ações cotidianas, em nossas subjetividades, ao elaborarem estratégias visuais e verbais apropriadas para guiar as nossas diferentes condutas.

4. CAPÍTULO – NO LANÇAR DA REDE

Este capítulo trata sobre a Zona Costeira e sua relação com a Carcinicultura. Tem a finalidade de compreender o que é essa atividade, como ela funciona, quais as suas implicações, tanto para o ambiente como para a sociedade e a pesca de uma forma geral.

4.1 CAMINHOS INICIAIS DAS FAZENDAS DE CAMARÃO

A Carcinicultura marinha, ramo da aqüicultura²⁵ tem crescido, em todo o mundo, especialmente em regiões litorâneas tropicais, porque as condições climáticas favorecem a esse tipo de atividade, propiciando resultados excepcionais a um curto prazo em termos de produtividade e lucro.

Esse crescimento é visível principalmente se comparado a outros ramos da aqüicultura como, por exemplo, a piscicultura (o cultivo de peixes), malocultura (cultivo de moluscos, mexilhões, vieiras e ostras). A Carcinicultura é sem dúvida a que mais se destaca.

A origem do cultivo do camarão marinho deu-se no Sudoeste Asiático onde, durante séculos, fazendeiros abasteciam viveiros escavados com camarões nativos do mar. A atividade se manteve por séculos com características artesanais até a década de 1930. A Carcinicultura hoje representa uma importante atividade do setor primário nordestino, gerando postos de trabalho, renda e divisas.

Entretanto, “o cultivo moderno de camarão marinho só teve sua origem em meados dos anos trinta, do século XX, depois que o pesquisador Motosaku Fujinaga obteve sucesso com a reprodução do camarão *Penaeus japonicus* em cativeiro” (MONSÃO, 2004, apud ROSENBERRY; ROCHA e MAIA, 1998; SEIFFERT et al, 2000).

²⁵ De acordo com a portaria do IBAMA nº 145-N de 29/10/98 define aqüicultura como “o cultivo ou a criação de organismos que apresentam seu ciclo de vida inteiramente em meio aquático”. (<http://www.ibama.gov.br/> acessado em maio de 2007)

Na década de 1960, a pesca do camarão marinho sofreu uma forte queda. Essa crise levou pesquisadores de vários países, entre eles França, China e Taiwan, a desenvolverem pesquisas para viabilizar o cultivo do camarão marinho em viveiros. Esses estudos contribuíram para disseminar essa atividade pelo mundo, embora a década de 70 demonstre que o comércio do camarão, na época, ainda era incipiente e sua lucratividade mínima. Após esse período, a propagação da Carcinicultura deu-se de forma mais rápida pelo mundo.

No Brasil, as primeiras experiências com o cultivo do camarão datam da década de 1970, com a criação do *Projeto Camarão* pelo Governo do Rio Grande do Norte. O projeto realizava estudos para saber a viabilidade da implantação do cultivo do camarão em substituição à extração do sal, atividade tradicional do Estado, que, no período, enfrentava uma complicada crise, por causa do baixo preço do produto no mercado e devido ao conseqüente desemprego generalizado nas áreas salineiras. Assunto a ser discutido mais à frente.

A busca iniciada no final da década de 70, para inserir o Nordeste no contexto mundial da economia, viu na Carcinicultura uma ótima oportunidade para isso.

As primeiras tentativas com o cultivo do camarão partiram do estado do Rio Grande do Norte. Nesse início, Santa Catarina também desenvolveu pesquisas de reprodução de larvas e engorda do camarão cultivado, obtendo as primeiras pós-larvas em laboratórios da América Latina.

Mas somente nos anos 80 é que se observa o cultivo do camarão em dimensões empresariais, embora ainda com uma acanhada expressão. Com a chegada da década de 1980, Governo Federal passou a estimular, através de incentivos e financiamentos, a exploração dos recursos marinhos.

Segundo dados da ABCC (2004), foi na década de 1980 que se iniciou a exploração do camarão de forma empresarial no Brasil. A partir de 1982, foram instaladas as primeiras fazendas de cultivo comercial de camarão no Nordeste, com apoio financeiro dos programas Fiset/PESCA/BANCO DO BRASIL e BID-PROPESCA/BNCC, tendo sido viabilizado cerca de 10 grandes empreendimentos (ABCC, 2004).

Essa iniciativa estimulou a criação dos primeiros empreendimentos comerciais de cultivo de camarão marinho no país. Sampaio (2006) comenta que os "projetos pioneiros, subsidiados pelo governo, investiram cerca de 22 milhões de

dólares na atividade. Entretanto, problemas políticos e econômicos, a falta de tecnologia e a fragilidade das espécies cultivadas, dificultaram, na época, o crescimento desse setor” (p. 17).

Sobre a instalação dos primeiros projetos para o cultivo do camarão, o documento do Instituto de Ciências do Mar da UFC (LABOMAR) diz que:

A construção dos projetos pioneiros de cultivo de camarão na Região Nordeste foi encorajada principalmente para criar um uso alternativo as áreas costeiras abandonadas pela atividade salineira. Na época, os métodos artesanais de extração de sal tornaram-se obsoletos na medida em que foram adotadas técnicas mecanizadas de produção. As primeiras fazendas de cultivo no Brasil operavam com viveiros grandes (áreas de cultivo superiores a 15 ha) e sob baixas densidades de estocagem (1 a 3 camarões/m²) (2006, s/p).

Como já salientei anteriormente, a primeira empreitada organizada para a produção comercial do camarão em cativeiro no Brasil aconteceu de 1978/1984. Empreendimento realizado pelo Governo do Rio Grande do Norte (RN), que importou a espécie *Penaeus japonicus*, dando mais força ao *Projeto Camarão* na tentativa de adaptar a espécie exótica às condições locais. Essa ocasião assinala a primeira fase do camarão cultivado no Brasil, na qual domina os cultivos extensivos, reduzida renovação da água e uso da alimentação natural produzida no próprio viveiro. Nos três primeiros anos, poucos foram os êxitos alcançados. Assim, iniciava o primeiro ciclo de desenvolvimento de uma nova atividade no Nordeste que despontava como alternativa à extração do sal.

Um importante marco para a Carcinicultura foi o *Primeiro Simpósio Brasileiro sobre Cultivo do Camarão*, realização em Natal, em 1981, permitindo uma ampla divulgação do desempenho dos primeiros resultados da pesquisa.

Com relação aos insucessos da domesticação do *Penaeus japonicus*, foram apontados como principais responsáveis: o período de sua adaptação (1978/1984); a ocorrência de uma das estiagens mais prolongadas no Nordeste; os requerimentos protéicos; a falta de alimentos balanceados; a falta de suporte tecnológico e a baixa produtividade e lucratividade das espécies utilizadas. Nesse período, a necessidade de pesquisa básica ficou evidenciada.

O estudo sobre a domesticação das espécies brasileiras deu-se por cerca de dez anos, alcançando, por exemplo, a viabilidade de maturação, reprodução e larvicultura. Atingiu-se com essas espécies a produção de somente 400 a 600

Kg/ha/ano, dando à atividade o caráter só de subsistência, ou seja, apenas para cobrir os valores investidos, e em muitos dos casos nem isso.

Assim, a baixa produtividade e a pouca lucratividade que as espécies apresentaram provocaram na região Nordeste a desativação de inúmeros empreendimentos camaroneiros e a sua reconversão a salinas.

Nos anos 1985/1986, já estava afastada a viabilidade da atividade com a referida espécie. Muitos empreendimentos depararam-se com dificuldades financeiras e técnicas. Enfim, vários projetos fracassaram e bastante dinheiro investido foi perdido.

Nesta fase, dá-se a primeira investida de criar um sistema semi-extensivo para produção do camarão confinado no Nordeste. Mesmo com todas essas inovações, o desempenho das espécies cultivadas não foi satisfatório.

A primeira etapa deixou alguns pontos de apoio que serviriam de estímulo para se seguir com a atividade comercial no Brasil. A infra-estrutura montada, nessa primeira tentativa, contava com laboratórios de camarão, especializados em práticas de produção. Os especialistas e produtores envolvidos no setor continuaram na busca por melhores resultados e seguiram para a domesticação das espécies nativas (*P. subtilis*, *P. paulensis* e *P. Schimitti*). A partir desse momento, entramos no segundo período da evolução da Carcinicultura brasileira. Nessa etapa, novas técnicas foram desenvolvidas, embora o processo ainda se mantivesse bastante rudimentar.

Os problemas encontrados nessas etapas não desanimaram os pesquisadores, pois continuaram com os trabalhos. O primeiro passo foi a mudança da espécie a ser adotada para os estudos e a viabilização de seu cultivo no Brasil. Ainda na década de 80, a decisão foi buscar uma nova espécie, sendo a opção escolhida, para essa nova fase, a espécie exótica *Litopenaeus vannamei*.

No começo dos anos 90, os trabalhos iniciaram com importações de pós-larvas e reprodutores da espécie *L. vannamei*. Deu-se início, com essa nova empreitada, a segunda etapa da Carcinicultura brasileira.

Segundo os especialistas, a escolha por essa espécie explica-se pelo fato de ser uma espécie já cultivada com sucesso no Equador e Panamá, além de, segundo os especialistas, apresentar uma boa adaptação a diferentes ecossistemas.

Os pesquisadores brasileiros partiram, então, para conhecer e dominar o ciclo do *Litopenaeus vannamei*. Assim que os laboratórios brasileiros dominaram a

reprodução e larvicultura do *L. Vannamei*, começou a distribuição comercial de pós-larvas. Isso ainda na primeira metade da década de 90.

Precisamente em 1993, vários produtores adotaram a nova espécie e atingiram notáveis índices de produtividade e rendimentos superiores aos das espécies brasileiras. E, a partir de 1995, ficou evidenciada a viabilidade comercial de sua produção no país. O *L. Vannamei* é uma espécie exótica procedente do Pacífico que se aclimatou satisfatoriamente às diversas condições de cultivo brasileiras (BNB, 2005, p. 18).

O *L. Vannamei*, em pouco tempo, tornou-se a principal espécie cultivada no Brasil. O cultivo deu-se de forma semi-intensiva, para melhor se adequar às condições dos estuários brasileiros. Essa forma de cultivo caracteriza-se “pelo uso de alimentos concentrados, aeradores mecânicos e densidade de povoamento variando entre 20 a 50 pós-larvas/m²” (Monsão, 2004).

A partir de 1994, deu-se início a uma nova onda de investimentos no setor, Monsão em seu trabalho comenta sobre isso.

Fábricas de ração empregando tecnologia asiática e americana começaram a produzir uma ração balanceada direcionada para o cultivo semi-intensivo do *L. vannamei*. Em algumas áreas do Nordeste, os níveis de produtividade dobraram, pulando de 0,3 ton./ha/ciclo para mais de 0,6 ton./ha/ciclo. Quando a segunda fase de desenvolvimento da atividade encerrou, o cultivo de camarões marinhos no Brasil tinha passado de uma atividade de alto risco para uma oportunidade de investimento altamente atrativa economicamente (2004 s/p).

No período de 1970, até o final da década de 80, a Carcinicultura era vista com um certo descrédito por muitos investidores, embora o Governo já estimulasse essa atividade. Só mais recentemente, na década de 90, é que a atividade passou a ser vista com mais credibilidade.

Atualmente, todo o ciclo biológico da espécie já foi dominado, resultando numa auto-suficiência e na regularização da oferta, permitindo principalmente a formação de plantéis em cativeiro. De acordo com Monsão (2004), hoje o país não importa mais matrizes e reprodutores, que colocavam em risco a atividade por causa das enfermidades.

O desenvolvimento do camarão abrange fundamentalmente duas fases: a larvicultura (produção das larvas) e a engorda (desenvolvimento do camarão até sua comercialização). A larvicultura ocorre em laboratórios especializados. O processo

de produção da larva é composto de duas etapas: a maturação e o berçário. Uma fêmea pode produzir até 300 mil ovos por desova. Quando o camarão chega aos viveiros, passa aproximadamente três meses até ele alcançar o peso exigido pelo mercado, que é de aproximadamente 12g.

A terceira etapa teve início no começo do século XXI, de 2001 a 2004, após o domínio de várias tecnologias como a de reprodução e engorda e a produção de pós-larvas. Enfim, a conquista de uma auto-suficiência que dá condições ao Brasil de galgar seu lugar ao sol nessa atividade.

Segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão, no período de 1997 a 2003, houve incremento na produção em mais de 2400%, saltando de 3.600 toneladas para 90.190 toneladas. No mesmo período, a produtividade estava na marca de 1.015kg/há/ano. (ABCC, 2004).

Podemos verificar isso na tabela seguinte, que mostra a evolução da Carcinicultura no Brasil no período de 1997 a 2003.

Tabela 1 – Evolução da Carcinicultura no Brasil (1997-2003)

Itens /Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Crescimento(%)
Área de viveiros	3.548	4.320	5.200	6.250	8.500	11.016	14.824	315,81
Produção em ton.	3.600	7.250	15.000	25.000	40.000	60.128	90.190	2405,28
Produtividade em Kg/há/ano	1.015	1.680	1.680	4.000	4.706	5.458	6.084	499,41

Fonte: ABCC, 2004.

Biondi (2004), ao comentar sobre o crescimento da atividade, diz que “A Carcinicultura apresenta um crescimento entre 45% e 50 % ao ano e já ocupa o segundo lugar na pauta de exportação no Nordeste (região que produz cerca 95% do camarão nacional), atrás apenas do açúcar e superando inclusive a fruticultura” (p.8).

Atualmente a maior parte dos camarões comercializados no Brasil (cerca de 70%) é de cultivo cercado (cativeiro). As práticas de cultivo, aliadas às condições climáticas do país, têm permitido o desenvolvimento de até três ciclos de produção por ano.

Todos esses fatores colocaram o Brasil em uma posição privilegiada no *ranking* mundial de produtores de camarão em cativeiro. China, Tailândia, Vietnã e

Índia ainda são os maiores produtores mundiais. Em termos de produtividade, porém, o país ocupa o primeiro lugar no mundo, com aproveitamento de 28,1% superior ao segundo colocado (Tailândia). (ABCC, 2004).

4.2 A NATUREZA COMO CONDIÇÃO FAVORÁVEL E A ECONOMIA COMO SOLUÇÃO PARA A SOCIEDADE

Conforme o censo de 2003, realizado pela ABCC, a Carcinicultura brasileira tem características bem marcantes. Os maiores produtores no país são: Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Santa Catarina. Observa-se grande concentração de áreas de cultivo na região Nordeste (mais de 95%), embora existam viveiros no Sudeste e no Sul, que produzem em menor escala (a exceção é Santa Catarina). Apesar de o Rio Grande do Norte ser líder brasileiro em volume produzido e em número de fazendas, o Ceará lidera em termos de produtividade, superando a média nacional.

As condições naturais do Nordeste propiciam a criação (adaptação), de maneira especial, do camarão branco *Litopenaeus vannamei*.

A escolha inicial pela Zona Costeira Nordestina para sediar projetos dessa natureza foi justificada pela sua extensa faixa litorânea de águas quentes, que são ideais para o desenvolvimento dessa atividade; por apresentar um extraordinário potencial para o cultivo do camarão marinho; por possui clima quente durante praticamente o ano inteiro e, segundo criadores, com estuários propícios ao desenvolvimento da Carcinicultura. Outro fator importante foi os estímulos recebidos à implantação de criatórios, através da redução de tributos e incentivos fiscais por parte do governo.

No início dos anos 1970, o ecossistema manguezal passou a ser considerado um ecossistema muito valioso e a despertar muita cobiça. Antes desse período, os mangues eram considerados terras baldias, sem maiores valores econômicos e, por isso, não despertavam nenhum interesse.

As condições edafoclimáticas do Nordeste beneficiam a produção brasileira, afirma Itamar de Paiva Rocha, presidente da ABCC, "a produtividade média cresceu de 600 kg/hectare em 1990 para 5.458 kg/ha em 2002 – a projeção para 2003 indicava 6.500 kg/ha" (BIONDI, 2004, p. 8).

Com relação aos reflexos da temperatura no cultivo do camarão, é importante destacar que esta interfere diretamente no metabolismo e crescimento dos crustáceos. E que para o desenvolvimento ideal das espécies a temperatura da água do cultivo tem que girar em torno de 24°C a 31 °C. Fora disso pode comprometer o desenvolvimento do camarão, sendo a temperatura ideal a que gira em torno dos 28°C²⁶.

A escolha do local nesta atividade é um dos fatores preponderantes para o sucesso do cultivo. Também são levados em consideração os aspectos climáticos, a água do mar, o mercado consumidor, a topografia e o solo.

A partir do que foi exposto acima, no Brasil, a região que melhor se adequa a essas características é o Nordeste, onde praticamente não há problemas de baixas temperaturas ou grande variação térmica, e é apontada como o melhor local para a implantação das fazendas de camarões.

As empresas nacionais e internacionais receberam autorização dos órgãos governamentais para montarem seus viveiros, principalmente, no litoral do Nordeste brasileiro. Embora a atividade seja também praticada no Sul, em escala menor, e já comece a dar seus primeiros passos na região Norte, é a região Nordeste que domina a atividade na atualidade.

Isso explica porque a região Nordeste é a mais requisitada para a implantação dos projetos camaroneiros, sendo as áreas de manguezal²⁷ e suas

²⁶ A climatologia da região Nordeste é uma das mais complexas do mundo. Esta complexidade não se reflete em grandes diferenciações térmicas, mas reflete-se em uma excepcional variedade climática, do ponto de vista da pluviosidade, sem igual em outras regiões brasileiras. A sua complexidade decorre fundamentalmente de sua posição geográfica em relação a diversos sistemas de circulação atmosférica. O clima é resultado de observações contínuas durante um longo período das características atmosférica. O clima tem influência direta e indiretamente no desenvolvimento de plantas, animais e no solo. Não sendo diferente com o Camarão. Pois todo ser vivo para sobreviver em determinada zona climática, eles devem estar fisiologicamente ajustados aquele ambiente climático. Quando os animais se encontram em ambientes climáticos aos quais não se adaptem, geralmente seus níveis de produção caem, inclusive chegando a ser inviável sua cultura. O clima pode inclusive interferir em doenças no ambiente. Com relação à temperatura também pode influenciar nas funções fisiológicas dos animais. As atividades que são exercidas ao ar livre são extremamente vulneráveis as condições climáticas.

²⁷ Trata-se de um ecossistema costeiro de transição entre ambientes terrestres e marinhos, sujeitos ao regime de mares, com solos lodosos e salgados. "Sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam outros componentes da flora e da fauna, microscópicos e macroscópicos. Adaptam-se a um substrato periodicamente inundado pelas marés, com grandes variações de salinidade (SCHAEFFER-NOVELLI, Y., *apud* CREPANI; MEDEIROS, s/d.)".

adjacências as preferidas por excelência. Chama a atenção à quantidade de viveiros/tanques para o cultivo de camarão nos mangues atualmente.

No Brasil, atualmente, a maioria dos viveiros de camarão em operação foi instalada em terreno salitrado, áreas de apicuns²⁸ e em áreas próximas aos manguezais.

O Estado do Ceará ocupa uma posição de destaque no panorama da Carcinicultura, com sua produção acima da média nacional. Mas esse crescimento vem acompanhado de outras estatísticas bastante preocupantes, a degradação dos ambientes aquáticos e a contaminação da água por agentes químicos, como o metabissulfito, por exemplo, que resulta no morticínio de várias espécies de pescado. Esse rápido desenvolvimento da atividade vem sendo acompanhado de preocupações referentes a sua sustentabilidade ambiental.

Muitas vezes, a Carcinicultura foi, e ainda hoje continua sendo apontada como a melhor alternativa para o desenvolvimento do Nordeste, como se fosse uma espécie de “tábua de salvação” e redenção para a região. Isso envolve inúmeros discursos que acompanham e legitimam a atividade no país.

Esse fato pode ser explicado por diversos fatores: a Carcinicultura é mais uma atividade em ascensão que faz parte do agronegócio. É crescente a demanda internacional por camarão, favorecendo seu desenvolvimento pelas condições de preços atrativos oferecidos pelo mercado externo. Para essa atividade, são destinados elevados investimentos públicos e mesmo capitais privados. É notório o impacto positivo na balança comercial.

Trata-se de uma atividade econômica que desperta grande interesse em decorrência dos seus elevados lucros apresentados na última década. Principalmente quando se tem uma economia carente de alternativas reais, que sejam capazes de ampliar as possibilidades de emprego e renda como a nordestina. Esse interesse se intensifica e acaba, muitas vezes, justificando a prática da atividade.

Analisando a atividade, somente na perspectiva econômica e financeira, os resultados são bastante positivos por um lado. Por outro, infelizmente, essa

²⁸ De acordo com Diagnóstico do IBAMA (2005), a Resolução nº 02/2002 do COEMA (27 de março de 2002) em seu Art. 1º inciso XI, define apicum como um “ecossistema de estágio sucessional, tanto o do manguezal como de onde predomina solo arenoso e relevo elevado que impede a cobertura dos solos pela marés, sendo colonizado por espécies vegetais como a caatinga e/ou mata de tabuleiro” (IBAMA, 2005, p. 65).

análise seria parcial e equivocada, pois a atividade vem acompanhada, tanto no Brasil como em todo o mundo, de uma intensa degradação do meio ambiente e do comprometimento da sobrevivência de inúmeras comunidades nas áreas onde vem sendo praticada. Provoca, ainda, a poluição e a destruição dos manguezais e compromete significativamente os meios de sustento das comunidades litorâneas.

Hoje a atividade chama a atenção por sua complexidade, pelo seu caráter paradoxal, apresentando índices de crescimento econômico elevado e por causar, ao mesmo tempo, inúmeros danos, tanto ao ambiente como a várias comunidades pesqueiras tradicionais.

Segundo a ABCC (2004), as características da atividade vão depender do tipo de manejo utilizado nos empreendimentos. Infelizmente o que vem marcando a atividade no estado do Ceará é um desenvolvimento acelerado e sem um planejamento adequado (seja por parte do governo ou da iniciativa privada), desencadeando uma série de problemas. Além disso, são notórias as mudanças sociais e econômicas nos locais onde ela se instala.

Um estudo da Fundação para a Justiça Ambiental (EJF) alerta que o crescimento da indústria do camarão no Brasil poderá ter consequências devastadoras para o meio ambiente costeiro, como já vem sendo observado em países como o Equador e o Vietnã. A Fundação comentou para BBC Brasil, na figura de Steve Trent, que “estamos muito preocupados com o Brasil, porque acreditamos que ele vai ser um dos próximos lugares no planeta a sofrer o impacto devastador da crescente indústria do camarão”. Segundo seus estudos, um dos problemas das fazendas que criam camarão é que, na maioria dos casos, elas são insustentáveis (BBC Brasil, 2004, s/p).

Segundo Trent, uma típica fazenda de camarão dura, no máximo, cinco anos. A degradação do ambiente e o surgimento de doenças causadas pelos produtos químicos, utilizados ilegalmente, destroem a produtividade das fazendas. As fazendas são fechadas deixando a população local sem empregos e sem benefícios (BBC Brasil, 2004, s/p).

O que se tem observado nas áreas onde essa atividade foi implantada é uma série de impactos sócio-ambientais, com efeitos já sentidos no presente e com perspectivas de futuro muito mais preocupantes. O desenvolvimento da Carcinicultura no Nordeste vem sendo associado à destruição do manguezal, um

dos ecossistemas mais complexos do mundo, atingindo também a mata ciliar, os carnaubais e as bacias hidrográficas onde se instalam.

É claro que não podemos apontar a atividade camaroneira como a única responsável pela destruição dos mangues. Vários outros agentes podem ser denunciados como: o desmatamento dos bosques de mangue para a sua conversão em agricultura, a finalidade de empreendimentos imobiliários, construção de estradas, além de viveiros para aqüicultura (piscicultura e Carcinicultura), etc. Essas práticas ocasionam mudanças no padrão hidrodinâmico do manguezal, com a diminuição da produtividade e da qualidade de vida da população dependente deste ecossistema.

A Carcinicultura é apontada como um dos agentes que mais agride e degrada os manguezais. ALONGI (2002) prevê que, nos próximos 25 anos, a Carcinicultura, conjuntamente com a exploração pesqueira, serão as maiores ameaças a essas regiões.

Segundo a ABCC (2004), atualmente cerca de 500 hectares de antigos viveiros de peixes e salinas desativadas foram transformados em viveiros de camarão no Nordeste brasileiro.

Foi realizado no estado do Ceará, pelo IBAMA, um estudo minucioso sobre os impactos ambientais provocados pela Carcinicultura em 2005. De acordo com o Diagnóstico, as fazendas de camarão em nosso Estado encontram-se inseridas no ecossistema manguezal, em setores de apicum e de vegetação de manguezal (suprimida para a instalação dos viveiros) e causando danos de dimensões imensuráveis. No estudo foi constatado que grande parte do apicum foi ocupada por fazendas de cultivo do camarão, causando a devastação desse ecossistema (IBAMA, 2005, p. 40).

O que gera imensa preocupação é essa busca principalmente por áreas de manguezais ou suas adjacências. As fazendas vão ocupando indiscriminadamente áreas de várzea, apicum, salgado e carnaubal. Isso desencadeia muitos conflitos entre empresários e comunidade que vê sendo ocupado seu único acesso a seu meio de sobrevivência: o mar (IBAMA, 2005, p. 40).

Alerta Meireles (2003) que tudo isto vem provocando conseqüências desastrosas, como a impermeabilização do solo, a interrupção da condutibilidade das trocas laterais entre as marés, riscos de salinização do aquífero, associado ao

campo de dunas e à condução de água doce para o sistema estuarino. Conseqüentemente ocasionando alterações no ecossistema manguezal. Verificou-se que a maior pressão da atividade ao longo das bacias hidrográficas ocorreu a partir de 2001, com um salto na produção de mais de 2.000%.

Essas práticas acabam interferindo e modificando a dinâmica hídrica do manguezal, com diminuição da biodiversidade e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população dependente desse ecossistema. Os manguezais são ecossistemas há muito tempo utilizados pelas comunidades tradicionais (ribeirinhas e costeiras) que deles retiram sua sobrevivência e que, casualmente, sua exploração de subsistência tem gerado danos mais graves (impactos) no ambiente. O que se observa com freqüência são as contribuições dessas comunidades, através de sua cultura, contribuindo nas práticas para a preservação desses ambientes.

Sobre isso Biondi (2004) comenta que “a utilização comercial desse ecossistema para empreendimentos de criação de camarão é potencialmente danosa. O mangue é uma região fundamental para a preservação, o crescimento e a reprodução de inúmeras espécies de nossa fauna e flora – além de desempenhar importantes funções, como contenção e depuração de esgotos e ajudar na preservação de inundações” (p. 9-10).

Os impactos negativos provocados pela Carcinicultura é uma realidade em todos os locais onde a atividade vem sendo praticada de forma significativa. De acordo com o Diagnóstico do IBAMA de 2005 ainda, não existem dados do Brasil sobre o tamanho preciso da área de manguezal degradado pela atividade (IBAMA, p.17).

Baseado em Alfredo (2005), podemos apontar como principais problemas acarretados por essa atividade:

- o desmatamento de extensas áreas de mangues e mata ciliar para a conversão desses espaços em viveiros.
- a utilização de produtos químicos, que vêm causando a morte de inúmeras espécies de peixes, mariscos, crustáceos e etc. Além do envenenamento e enfermidades de pele e respiratória na população adjacente da localidade onde está o viveiro;
- é uma atividade que exige um elevado volume de água: cerca de 50 a 60 milhões de litros de água por tonelada produzida (considerando três despescas).

Esse expressivo consumo dá-se em virtude da dimensão do espelho de água dos viveiros e o alto índice de evaporação;

- contaminação da água destinada ao consumo humano;
- é uma atividade que absorve pouca mão-de-obra, gerando o aumento do desemprego, da pobreza e mendicância nas áreas afetadas. Isso pode ser constatado quando se compara que em 5 hectares de mangues trabalham até 30 famílias, e em cinco hectares de viveiros trabalham apenas duas pessoas - um arraçoador e um vigia. Não podemos esquecer que na instalação do viveiro e nas despescas (que dura cerca de três dias, três vezes ao ano) um maior número de trabalhadores é usado, mas normalmente a atividade só necessita de duas pessoas, atuando, assim, para o fim de vários meios de trabalho das comunidades litorâneas, que comentarei mais à frente;

- trata-se de uma atividade altamente concentradora de renda, embora com elevada lucratividade. Mas esse lucro fica nas mãos de poucos, os proprietários;

- a elevada concentração de matéria orgânica produzida pelos restos de ração, pelas fezes do camarão e o uso excessivo de produtos químicos que causa a mortandade de inúmeras espécies (peixes, caranguejos, mariscos e crustáceos), única fonte, muitas vezes, de sobrevivência das comunidades;

- a limitação e, em muitos casos, a obstrução do acesso ao mar (o ambiente de trabalho) às comunidades.

- a concentração de terra/água. Inclusive a apropriação de terras da união.

Os problemas acima indicados constituem-se o preço sócio-ambiental do acelerado e descontrolado crescimento da indústria (agronegócio) do camarão. Eles põem em questão a sustentabilidade sócio-ambiental dessa atividade, pelo menos na forma como vem sendo praticada.

A atividade vem comprometendo a sobrevivência e a vida de várias famílias ao degradar o meio ambiente, atingir a biodiversidade e comprometer, não só a estas comunidades, mas também as gerações futuras. A Carcinicultura vem se mostrando como uma atividade que coloca em risco a sobrevivência das comunidades e dos ecossistemas muitas vezes causando o desaparecimento e mesmo a morte dos seres.

Biondi (2004) chama a atenção para o fato “enquanto os grandes criadores comemoram a entrada de dólares, populações ribeirinhas, ambientalistas, pequenos criadores e integrantes do Ministério Público lutam para impedir que a febre do camarão no Nordeste crie um novo foco de concentração de renda e degradação ecológica” (p.10).

As comunidades das áreas onde se implantaram os tanques já perceberam alguns efeitos no ecossistema local: de três em três meses, quando os tanques são abertos, a água suja que sai dos viveiros mata peixes, ostras, caranguejos, que praticamente estão sumindo do manguezal; as águas mudam de cor e, muitas vezes, invadem os quintais das pessoas também matando seus cultivos. Nas comunidades onde o mangue foi substituído pelos viveiros, as águas da chuva não têm mais passagem para o mar e sem terem para onde escoar invadem as casa dos moradores que residem nas adjacências dos viveiros.

E ainda, segundo Biondi (2004), “a implantação de criação de camarão tem sido acompanhada por denúncias de destruição de áreas de manguezais, lançamento indiscriminado de efluentes e a falta de controle dos órgãos ambientais sobre a atividade” (p.10).

Pensar a Carcinicultura, na atualidade, constitui-se num processo complexo. Entender sua estrutura e os discursos que se encontram imbricados e ocultos é tarefa mais difícil ainda.

Segundo a ABCC (2004), o dinâmico crescimento da atividade comercial da Carcinicultura vem sendo acompanhado de crescentes preocupações sobre a sustentabilidade ambiental, porque é uma atividade econômica que usa recursos naturais com fins produtivos. E que o cultivo do camarão pode conviver harmonicamente com os ecossistemas costeiros que o rodeiam (ABCC, 2004).

Mas a realidade não é bem assim, de acordo com Meireles (2005),

as fazendas de camarão modificam o fluxo das marés, por obras para construção de diques, comportas e viveiros, matando vegetação e fauna associada, sobretudo caranguejos e moluscos, acabando com a biodiversidade; promovem alterações no regime hídrico, no fluxo e disponibilidade da água, além da contaminação do lençol freático, muitas vezes afetando o abastecimento das comunidades onde estão inseridos; a morte da vegetação, carnaubais e caatinga, além de mata ciliar, devido à infiltração de água salobra; o bloqueio do fluxo das marés. E ainda doenças respiratórias, de pele e até óbitos em seres humanos por causa da utilização do metabissulfito, substância usada nos criatórios para a despesca do camarão. Contamina a água destinada ao consumo humano

das comunidades próximas aos empreendimentos; e a extinção de fontes de água doce (s/p).

Assim, podemos verificar que as preocupações com a sustentabilidade ambiental da atividade não se aplicam à realidade, até o presente momento, pelo contrário, é crescente a cada dia que passa. Poderemos vislumbrar no próximo capítulo, mais detalhadamente, a falta de responsabilidade na prática dessa atividade. E a harmonia há muito que sumiu. Ela pode ter acontecido no início da atividade, como pôde ser observado em algumas comunidades, como em Curral Velho, por exemplo, quando os carcinicultores chegaram e apresentaram a atividade para a comunidade como sendo uma ótima fonte de renda. Aquelas pessoas no começo acreditaram, mas, com o passar do tempo, foram percebendo a grande farsa.

A Carcinicultura não era nada do que lhes disseram. Muito pelo contrário, a comunidade logo se deu conta de que a principal promessa era falsa – a oferta de emprego para a comunidade. Os empregos em grande quantidade só existiram nos primeiros dias para o desmatamento do mangue e para a instalação dos viveiros. Depois, o que houve foram muitos conflitos entre as pessoas da própria comunidade (Curral Velho de Cima, Curral Velho de Baixo e Rodagem), e entre as comunidades e empresários.

4.3 LICENCIAMENTO DAS FAZENDAS DE CAMARÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

De acordo com Meireles (2005), quando a SEMACE libera a construção de fazendas de camarão, dentro do ecossistema manguezal (apicum e salgado) e nas demais unidades de preservação permanente (áreas úmidas, mata ciliar e carnaubal), através de seus pareceres técnicos que orientam o COEMA, colocam em risco tanto o meio ambiente como várias comunidades pesqueiras que dependem desses ambientes (s/p).

A Carcinicultura, como já foi dito, atinge principalmente o ecossistema manguezal, de importância fundamental na geração e produção de vida animal e na subsistência de comunidades através da pesca e da mariscagem. Ao destruir os manguezais, a atividade não causa apenas o extermínio da fauna e flora, mas

também põe em risco a sobrevivência das comunidades que dependem da pesca e atividades correlatas.

Para uma melhor compreensão da realidade da Carcinicultura, valho-me mais uma vez das informações oferecidas pelo Diagnóstico do IBAMA (2005) que diz, a partir do seu levantamento, o total de empreendimentos encontrados no estado do Ceará. Foram de 245 projetos nas diferentes fases, ocupando uma área total de 6.069,97 hectares, com 35 projetos em fase de instalação, 165 projetos em funcionamento e 45 empreendimentos desativados. O litoral leste vem sendo aquele que sedia mais empreendimentos tanto em fase de instalação como em funcionamento (IBAMA, 2005).

O estudo também aponta que, do total das fazendas licenciadas pela SEMACE, 84,1% causam impactos diretamente ao ecossistema manguezal (fauna e flora do mangue, apicum e salgado); 25,3% promovem o desmatamento do carnaubal e 13,9% ocupam áreas antes destinadas a outros cultivos agrícolas de subsistência (IBAMA, 2005, p.127).

Um outro aspecto muito presente na Carcinicultura é a irregularidade. A maioria dos empreendimentos camaroneiros do Ceará encontra-se em situação irregular (mais de 51 %), apresentando algum tipo de irregularidade em relação à licença que possui, seja porque a licença não condiz com o estágio de sua implantação, ou porque os projetos se encontram com sua Licença de Instalação com a validade vencida (IBAMA, 2005, p.129).

Um fato sério que chama a atenção em diferentes áreas é a questão das fazendas abandonadas que, mesmo sem operação, apresentam os diques como nas que estão em funcionamento, “impossibilitando as reações ambientais que vão dar suporte à diversidade biológica do manguezal e dos outros ecossistemas relacionados” (IBAMA, 2005, p.129).

Um outro problema destacado é que mais de 70% dos empreendimentos camaroneiros não dispõe de bacias de sedimentação, lançando seus efluentes diretamente nos corpos hídricos (na água dos rios, lagoas e estuários) sem nenhum tratamento, corroborando com os elevados danos ambientais (MEIRELES, 2005).

Os dados disponibilizados pelo IBAMA (2005) evidenciam a realidade dessa atividade no país. A atividade apresenta uma área de aproximadamente 15.000 ha de viveiros implantados, contrastando com pouco mais de 3.500 ha em 1997, um crescimento superior a 300% no período. Com relação à produção no

mesmo período, os dados são ainda mais significativos, a atividade apresentou um crescimento acima de 2400%. Consagra-se, com esses dados, o Brasil como sendo o maior produtor da América Latina, dando destaque especial à Carcinicultura na pauta de exportações do setor primário da economia da região Nordeste. “E as expectativas é que o negócio continue em expansão, cogita-se uma ocupação de 30.000 ha até 2007” (IBAMA, 2005, p. 9 –10).

De acordo com informações da ABCC, o tamanho das fazendas e a estrutura do setor mostram a predominância do pequeno produtor²⁹ (< 10 ha) ao participar com 74,92% do total, e em área de viveiros, com 18,84%. Juntos, pequenos e médios, a participação sobe para 94,48% em número de produtores. Os grandes produtores (> 50 ha) que, em quantidade, correspondem a 5,52% detêm 53,28% da área total em produção. Para a ABCC a participação do pequeno produtor na proporção indicada, desmistifica a idéia de que o camarão cultivado é um agronegócio exclusivo do grande empresário (ABCC, 2004).

Já para o BNB (2005), os dados acima revelam que o setor de produção apresenta uma concentração em área com predominância absoluta dos grandes produtores (53,29%). No entanto, o perfil dos produtores brasileiros revela que a maioria das fazendas que exploram camarão marinho hoje pertence aos pequenos produtores (p. 29 – 30).

Agora é importante lembrar que para ingressar na atividade é necessário um considerável capital, a terra, enfim todo um conjunto de recursos para se desenvolver o trabalho. Assim, esses pequenos produtores não devem ser associados àqueles pescadores que moram e dependem do mar para a sua sobrevivência.

Biondi (2004) diz que “segundo o – presidente da ABCC cada hectare da atividade gera 3,75 empregos diretos e indiretos. O responsável pelo viveiro recebe em torno de um salário mínimo mensal, e quem faz a despesa, ou os responsáveis pela preparação do viveiro, recebe entre R\$ 10 e 15 por dia” (p. 12). Mas devemos questionar se tal afirmação é verdadeira. Sabe-se que é na instalação dos tanques e na despesa que mais a atividade emprega e que, no restante do ano, a atividade requisita pouca mão-de-obra.

²⁹ Considera-se pequeno produtor aquele que explora uma área de até 10 hectares, médio produtor, o que explora a atividade com área de 10 hectares a 50 hectares, e grande produtor, aquele com uma área superior a 50 (cinquenta) hectares.

Já para a ABCC, que utiliza estudos realizados pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Carcinicultura gera 1,89 empregos diretos, alcançando 3,8 empregos, tanto diretos como indiretos por hectare.

A partir de informações dadas ao IBAMA pelos próprios produtores, dos 150 empreendimentos em operação, e que foram obtidas informações acerca do número de empregados e área do empreendimento, “o número de empregos diretos gerados pela atividade foi de 2.579, com uma área total de 4.266,18 ha, sendo utilizada uma média de 0,60 empregos/há”. Assim fica evidente que o número de empregos disponibilizados pela atividade é menor do que os índices apresentados pela ABCC (IBAMA, 2005, p. 152).

Comparando os dados apresentados pela ABCC e os dados obtidos pelo Diagnóstico, em relação à geração de empregos diretos, os índices são bem diferentes e chegam a ser 3,20 vezes menor do que os divulgados.

Predomina na atividade os trabalhadores do sexo masculino, sendo a presença feminina muito pequena ou praticamente inexistente. A parte referente à idade predominante dos trabalhadores gira em torno de 20 anos. Com relação ao grau de escolaridade dos trabalhadores é baixa, a maioria possui no máximo o Ensino Fundamental completo, e somente uma parcela muito pequena apresenta o Ensino Superior completo, normalmente, formados e especializados na área de Engenharia de Pesca, sendo os responsáveis técnicos pelos empreendimentos.

Com relação às mudanças para a comunidade local, são mínimos os benefícios da atividade e estão diretamente referidos aos empregos temporários na época da despesca ou na manutenção dos viveiros. A atividade oferece poucas oportunidades de empregos. O número de empregos temporários é muito maior do que o número de empregos fixos. Como já disse antes, o número de empregos temporários varia e depende imediatamente do tamanho do empreendimento e do nível tecnológico utilizado.

Um importante fato que merece ser destacado e que o Diagnóstico ressalta é a questão da utilização de áreas de apicum e salgado para a implantação das fazendas. Isso se tornou motivo de desentendimento e discussão entre IBAMA e SEMACE. De acordo com as informações do estudo, os “apicuns/salgados são partes integrantes do ecossistema manguezal e, portanto, áreas de preservação permanente. A utilização destas áreas por fazendas de camarão pode levar à perda de parte do ecossistema manguezal” (IBAMA, 2005, p.163).

Pode constatar-se, a partir dessas informações, que a atividade camaroneira trata-se de um negócio muito lucrativo para os donos dos empreendimentos e de forma alguma para trabalhadores, pescadores e comunidades atingidas. Gera poucas oportunidades de emprego, contribuindo acentuadamente para a marginalização das comunidades locais.

Na atualidade, cerca de 50 países praticam essa atividade. A Tailândia lidera o *ranking* como maior produtor mundial de camarão cultivado. Na América do Sul, o Brasil tem importante destaque. Os Estados Unidos, a Europa e o Japão constituem hoje os principais mercados consumidores de camarão. É importante destacar que esses países também produzem o camarão de forma intensiva, mas apresentam uma produção insuficiente para atender a demanda.

Praticamente toda a produção de camarão, cerca de 99%, concentra-se em países subdesenvolvidos e essa produção é destinada quase que exclusivamente para os países desenvolvidos. Segundo a ABCC, o mercado global do camarão cultivado mostra uma crescente demanda nos principais centros importadores: EUA, Europa e Japão (ABCC, 2004).

O que se constata, a partir das informações divulgadas em diferentes lugares, no próprio jornal, por órgãos como COEMA, em diagnósticos, é que o manejo sustentável dos viveiros ainda hoje não é uma realidade, ainda não se tem um manejo correto na maioria dos empreendimentos.

A expansão da atividade continua vigorosa e deu-se em vários aspectos, seguindo os mesmos caminhos já percorridos pelos países do sudoeste asiático, sem um acompanhamento adequado, sem uma regulamentação, com intenso estímulo governamental e geração de sérios impactos ambientais e sociais. Não houve a preocupação de se informar a respeito dos antecedentes da atividade em outros locais, das experiências obtidas em outros países, que na maioria dos casos foram desastrosas.

Uma prática inaceitável, mas muito comum que ocorre em alguns estabelecimentos, é o lançamento dos dejetos dos viveiros diretamente nos estuários o que, futuramente, com a continuidade desse procedimento, poderá causar eutrofização destes corpos d'água.

Chega ao Ceará, a partir de 2003, uma doença caracterizada pela morte do corpo do camarão, ainda que seu cefalotórax (cabeça) permaneça completo. Essa doença, que comentarei melhor no capítulo seguinte, atinge além do Ceará, os

Estados do Rio Grande do Norte e Piauí. A enfermidade vem sendo ocultada para não provocar crise no mercado, e também para que a população não venha a pressionar os órgãos responsáveis pela liberação e fiscalização da atividade, exigindo providências. Contudo, o principal motivo é o de não arriscar o consumo do camarão. Para alguns estudiosos, as doenças que vêm acometendo o camarão podem afetar outros animais e contribuir para a diminuição de populações naturais de caranguejos, peixes, entre outros.

Para Meireles (2005), algumas medidas mitigadoras para a problemática seriam: a inclusão, nos estudos de impacto ambiental, de projetos para recomposição da paisagem após o abandono da atividade de produção de camarão; a demarcação das faixas marginais de preservação permanente, associada a projetos de revitalização das bacias hidrográficas; a criação de linhas específicas de financiamento para grupos comunitários, vinculadas à produção comunitária e cooperativa; que os EIA/RIMA (estudos e relatórios de impacto ambiental) promovam ampla discussão, nas diversas fases do empreendimento, com a participação efetiva das comunidades tradicionais; associar a Licença Prévia para os novos empreendimentos à definição do incremento dos impactos e ações de abrandamento vinculadas aos empreendimentos em operação. “A definição dos impactos cumulativos, por bacias hidrográficas e ecossistemas impactados, deverá fundamentar a liberação de licenças de implantação e operação” (s/p).

Conforme a argumentação de Meireles (2005, s/p), “a indústria da Carcinicultura levou em conta unicamente os custos de mercado, em detrimento dos danos ambientais, ecológicos, culturais, sociais e à biodiversidade. Comunidades foram expulsas de suas atividades tradicionais. Índios estão em grave perigo de perder suas bases alimentares e culturais”.

Ao refletir sobre essa atividade, fica o questionamento: a Carcinicultura é uma atividade viável ou não? Nos jornais, os discursos a cerca da temática se modificaram bastante ao longo desses quase trinta anos de história. Podemos verificar isso nas análises das reportagens que trato no capítulo seguinte.

5. CAPÍTULO – DESPESCA DO CAMARÃO

Meu desafio aqui consiste em examinar as representações sobre a Carcinicultura no jornal e suas conexões com os estudos geográficos. O principal intuito é discutir algumas produções sobre a Carcinicultura que estão implicadas na mídia, particularmente no que se refere ao acionamento de determinadas estratégias para construir seus significados. Neste capítulo, procuro tecer tramas discursivas, a partir de três períodos sobre os ditos jornalísticos, com referência à produção de significados dessa atividade pesqueira.

5.1 AO ENCONTRO DO ELDORADO – 1978 A 1984

No pescar dos dados, fica evidente que as matérias jornalísticas sobre a Carcinicultura estão inseridas/seguidas por uma série de outras reportagens que não tratam especificamente desta atividade, mas que vão servir como uma espécie de âncora, atuando para abrir caminhos livres para a atividade na Zona Costeira do Nordeste.

As primeiras reportagens âncoras datam de 1971 e falam das vantagens do cultivo do camarão nas salinas em outros estados brasileiros. Outras vão tratar do apoio científico que a atividade recebe e das vantagens em relação à produção de sal. Na seqüência, descrevem experiências realizadas em outros países. Essas matérias vão funcionar como uma espécie de "preparador do espírito", uma forma de alertar as pessoas de forma positiva para a nova atividade que vem surgindo. Destaco, dentre algumas dessas reportagens de apoio, as que evidenciam os esforços empreendidos pelo Ministério da Agricultura e SUDEPE, para acelerar o crescimento do setor pesqueiro nacional, através de políticas de incentivos, apoio aos pescadores, às cooperativas e às indústrias brasileiras. Também às linhas de programa de incentivo à pesca que seria oferecida pela SUDEPE e que contemplaria a aqüicultura, inclusive em nível de grupos familiares que não

encontrava mais emprego na extração de sal. Isso mostra o setor da pesca como bastante atrativo para ser implantado/incrementado.

Para o Ceará, o papel dos investimentos das empresas estatais federais foi fundamental para seu desenvolvimento na primeira fase do processo de desconcentração industrial brasileira. Na década de 70 e, em especial, em cumprimento às promissoras metas do II PND, ocorreu uma estrondosa onda de investimentos industriais pelas empresas estatais. A destinação e local dos investimentos em vários casos foram tomados por critérios políticos. Contudo, seja por razões técnicas ou políticas, a maioria dos investimentos foi destinado a vários estados e regiões brasileiras, para fora do estado de São Paulo, contribuindo de tal modo para a desconcentração relativa da indústria.

A fronteira de recursos naturais continua tendo grande importância na economia brasileira. Entretanto, a história mostrou que a política de integração nacional não foi suficiente para extinguir ou pelo menos atenuar as disparidades socioeconômicas inter-regionais.

O Ceará para se inserir neste novo contexto passou, nas últimas décadas do séc. XX, por um processo de intensas e rápidas transformações, numa busca desmedida pelo moderno, inserindo “espaços neutros” no conjunto dos “espaços operacionais”, fortalecendo e estimulando o desenvolvimento dos “espaços seletivos”.

Historicamente, extensas áreas das planícies flúvio-marinhas foram ocupadas por salinas, após a retirada da vegetação de mangue. Algumas dessas salinas foram abandonadas, enquanto outras continuam em funcionamento e, mesmo, ampliando-se novas áreas.

Muitas áreas de salinas abandonadas foram ocupadas por plantio de coqueiros ou construções residenciais, enquanto outras se tornaram terrenos extremamente salgados onde o mangue já não pode regenerar-se. Apesar da produção de sal ser necessária ao consumo humano, a destruição do manguezal, para a instalação de salinas, provoca danos ambientais irreversíveis a este ecossistema.

No fim dos anos 70, começaram as tentativas de especulação imobiliária na região.

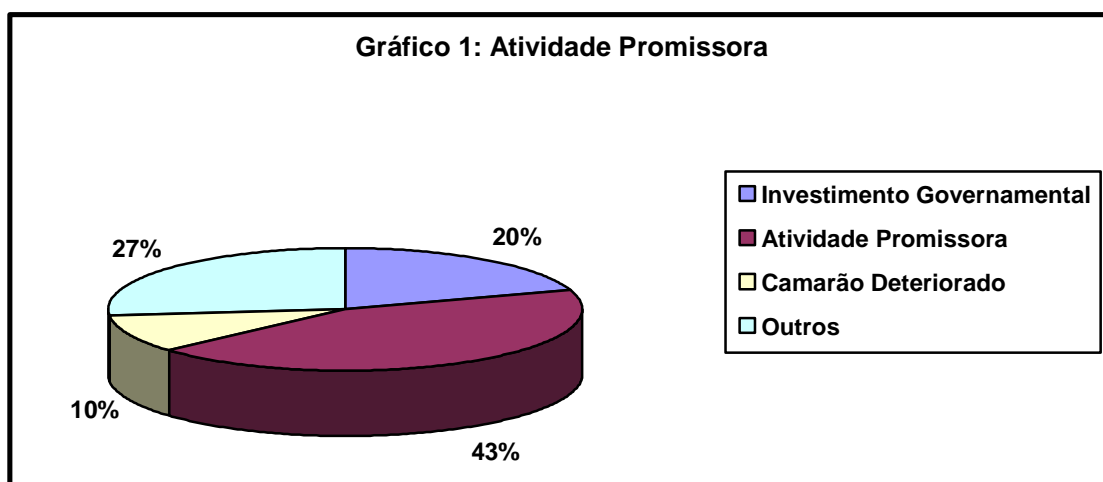
Na última década, intensificou-se a Carcinicultura nas áreas estuarinas do litoral cearense. Extensas áreas dos baixos cursos fluviais vêm sendo desmatadas e

ocupadas por esta atividade, provocando a degradação dos manguezais e de carnaubais.

Com relação à questão ambiental, até a década de 70, era associada principalmente à explosão demográfica. Acreditava-se que o crescimento populacional nos países pobres produzia uma grande pressão humana sobre os recursos naturais. Portanto, a solução estaria no controle da natalidade.

Na análise dos jornais, referente ao primeiro período (1978-1984), observo um conjunto de significados difundidos pelas imagens fotográficas, legendas, títulos e texto das matérias jornalísticas, que enfatizam a elaboração de representações da atividade da Carcinicultura. Para uma melhor análise dos dados, destaco três temáticas³⁰ da mais abordadas: atividade promissora, investimento governamental e a questão do camarão deteriorado.

No Gráfico 1 – *Atividade Promissora*, observa-se a regularidade desses temas no jornal O POVO no período em análise.



Fonte: O POVO, 1978-1984.

Esse gráfico revela que, das 30 matérias jornalísticas analisadas no O POVO sobre a Carcinicultura, neste período, treze referem-se à atividade como uma atividade muito promissora, correspondendo a 43%; seis são referentes ao investimento governamental, correspondendo a 20%; três estão relacionadas ao

³⁰ A organização das temáticas foi formulada a partir da leitura das reportagens e da observação da recorrência dos assuntos que mais se repetiram, tornando-se um eixo.

camarão deteriorado, correspondendo a 10%; e oito trazem outros³¹ focos, correspondendo ao percentual de 27%.

As matérias jornalísticas mostram a Carcinicultura como uma atividade muito promissora em termos financeiros, já que o sal, um importante produto econômico para o Nordeste, neste período, encontra-se em meio a uma forte crise, tanto com relação à sua produção como quanto ao preço que enfrentava dificuldades. A produção caía e isso elevava o preço do sal.

Até a década de 1970, a extração de sal se constituía em uma importante atividade para o Nordeste. Predominava na atividade o caráter artesanal o que exigia um grande contingente de trabalhadores para o desenvolvimento da atividade. Após 1965, a salinicultura passou a enfrentar problemas em virtude do estímulo à mecanização.

Com as mudanças trazidas pelo capitalismo, o modelo empregado nas salinas, com bases artesanais, já não interessava mais. Era preciso superar a baixa produtividade, o elevado custo com a produção, o transporte, e melhorar a qualidade do produto, que prejudicava a concorrência no mercado nacional. Entre as décadas de 1960 e 1970, ocorre o período de mecanização das salinas no Nordeste.

Nesse processo de mecanização das salinas, o Estado³² foi um importante instrumento na efetivação dessa ação. O processo de mecanização das salinas foi financiado praticamente em sua totalidade pelo Estado, via incentivos dados pela SUDENE. Além do Estado, a indústria química no Brasil, na época, teve importante papel na mecanização da indústria salineira. Pois o sal se constituía em matéria-prima básica para esse tipo de produção e de outros produtos químicos. Era preciso que a indústria salineira estivesse bem equipada e pronta para atender a nova demanda, o que naquele momento não acontecia. Uma outra justificativa dada ao processo de mecanização implantado alegava que ele atuaria para eliminar as condições de trabalho insalubres, que colocavam em risco a saúde do trabalhador e mesmo a sua vida.

³¹ Refere-se a cinco temas diferentes, os quais foram desconsiderados para esta análise.

³² No Governo de Juscelino Kubitschek (1955/1960) foi implementada uma política desenvolvimentista. Neste período foi criada a SUDENE e teve início a busca por recursos para a viabilização da mecanização das empresas salineiras. "O Estado participou com até 75% dos recursos necessários à implementação dos projetos de mecanização das salinas" (ANDRADE, 1995, p. 105).

Com a mecanização das salinas, vários problemas graves surgiram, dentre eles destaca-se o desemprego provocado pela substituição do homem pela máquina, que deixou uma massa expressiva de trabalhadores sem alternativa de emprego. Aumentou drasticamente a massa de miseráveis (o sal era, nessa época, a única alternativa de trabalho para muitos, e com a sua decadência, vários trabalhadores que antes atuavam nessa atividade ficaram sem nenhuma alternativa de emprego) e instalou-se uma grave crise social com o aumento da migração.

Em nenhum momento dessa mecanização, houve a preocupação efetiva com os trabalhadores. Aqui me valho das palavras de Andrade (1995), que diz “os trabalhadores das salinas iam caindo no desemprego sem que fossem feitos planos que dessem condições de sobrevivência aos mesmos” (p. 57). O processo de mecanização deu-se de forma concentrada e excludente. Excludente porque deixou à margem do processo inúmeros trabalhadores, empresários locais, e concentrador porque o processo favoreceu, “a concentração de riqueza nas mãos de grupos privilegiados, o sacrifício ou mesmo a eliminação das pequenas e médias empresas assim como o desemprego em massa de operários” (FERNANDES, 1995, p. 40).

A Carcinicultura é mostrada nas matérias jornalísticas como uma atividade capaz de amenizar as dificuldades enfrentadas pela pesca artesanal e a exploração do sal. Além de ser apontada como uma possibilidade para uma utilização mais racional dos recursos naturais abundantes e que, segundo as reportagens na época, estava sendo mal usada ou subutilizada. Ela aparece bastante estimulada pelas políticas públicas gerenciadas pelo governo estadual.

A primeira reportagem que destaque do primeiro eixo-temático vai tratar a atividade camaroneira como algo muito promissor. É intitulada: *Cultivo de camarão terá apoio técnico da Coreia*. Ela pode ser observada na Figura 1.

Cultivo de camarão terá apoio técnico da Coreia

A Constituição de empresas mistas destinadas ao arrendamento de barcos camaroneiros coreanos, maior cooperação técnica para o cultivo de camarões em escala comercial e a provável visita de técnicos brasileiros à Coreia foram os principais pontos discutidos neste final de semana entre o Superintendente da Sudepe, José Ubirajara Timm e uma missão daquele País que acaba de visitar o Brasil.

Chefiada pelo Diretor da Administração Nacional de Pesca da Coreia, Jong-Soo Kim, a missão permaneceu dois dias em Brasília, onde debateu com a Superintendência do desenvolvimento da Pesca, entidade vinculada ao Ministério da Agricultura um memorial de intenções assinado quando da visita de José Ubirajara Timm àquele país em dezembro de 1980.

O Brasil ratificou seu interesse pelo apoio coreano, notadamente no que diz respeito ao cultivo do camarão, técnica que se encontra

bastante desenvolvida naquele país. Atualmente mais de quarenta embarcações coreanas desenvolvem atividades no Brasil, principalmente na Região Norte, onde a captura de camarão constitui-se numa importante atividade econômica, gerando inclusive divisas para o país.

Por essa razão o Ministério da Agricultura através da Sudepe, está empenhado em desenvolver novas técnicas, não só de pesca como também de cultivo da espécie. Por outro lado, o arrendamento de barcos camaroneiros vem contribuindo de maneira significativa para elevar o volume de capturas e, conseqüentemente, a produção do crustáceo no Brasil.

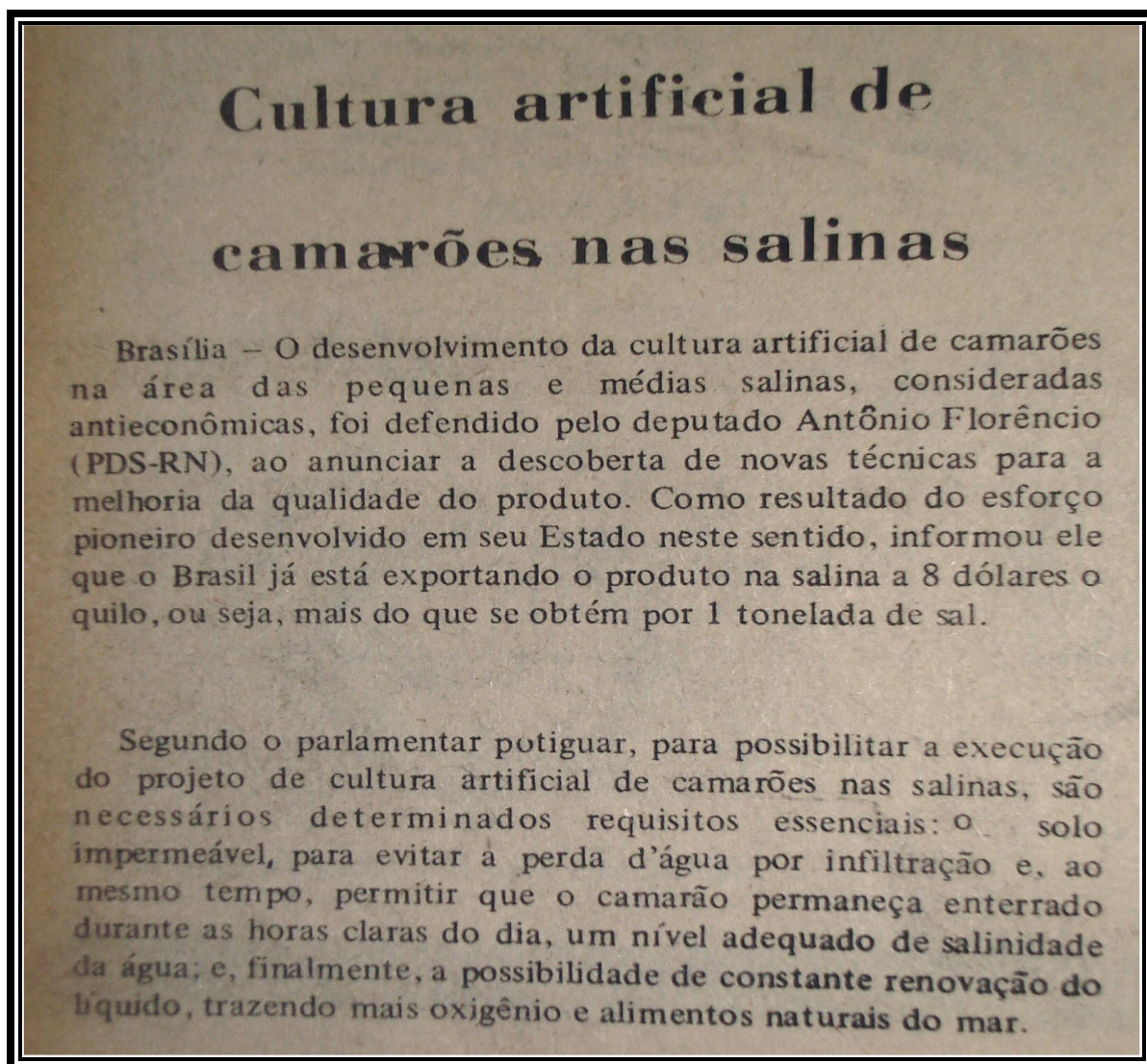
Além dos contatos que manteve em Brasília a missão esteve no Rio de Janeiro, onde visitou indústrias de beneficiamento do camarão e centros de pesquisa, retornando domingo para a Coreia.

Figura 1: Cooperação técnica entre Brasil e Coreia.

Nessa reportagem, é tratada a questão da troca de experiências entre o Brasil e a Coreia, em virtude desse país já conhecer o cultivo do camarão e principalmente chamar a atenção para as perspectivas promissoras da atividade camaroneira. A reportagem diz que o Brasil busca a parceria com a Coreia, para a constituição de empresas mistas, uma maior cooperação técnica para o cultivo de camarões em escala comercial. Nesse momento, o Brasil busca parcerias que já dominassem as técnicas da Carcinicultura. E a Coreia já desenvolvia a captura do camarão na Região Norte do Brasil.

Fica evidenciado na reportagem o interesse do Governo Brasileiro em explorar o camarão, por ver nesta atividade uma importante fonte de divisas para o país. Demonstra interesse em compartilhar experiências com países que têm mais qualificação na busca por tecnologia que propicie um melhor cultivo do camarão no Estado.

Em outras reportagens intituladas: *Cultura artificial de camarão em salinas* e *A criação de camarão em salinas desativadas*, ambas de 1981, tratam da cultura artificial de camarões nas áreas de pequenas e médias salinas, consideradas antieconômicas. Elas vão mostrar também experiências realizadas em outros Estados como, por exemplo, no Rio Grande do Norte e a Bahia.



Fonte: O POVO. 1981

Figura 2: Sal versus camarão.

Nessa Figura 2, *Sal versus camarão* é apresentado o discurso de um parlamentar, Antonio Florêncio (PDS –RN), a favor da prática da Carcinicultura em áreas de pequenas e médias salinas, tidas naquele momento como antieconômicas. O parlamentar também informa os primeiros resultados apresentados pela atividade camaroneira em seu Estado (Rio Grande do Norte). Segundo ele, “o Brasil já está

exportando o produto (camarão) a oito dólares o quilo, ou seja, mais do que se obtém por uma tonelada de sal” (O POVO, 1981).

A partir da reportagem, é passada ao leitor a idéia de que realmente o cultivo do camarão é uma atividade muito benéfica.

Nas reportagens, verifico um discurso que atua no processo de convencimento do leitor de que Carcinicultura representa uma atividade altamente rentável e que necessita de poucos recursos físicos, infra-estrutura básica e com um retorno bastante animador. Mostra a atividade da Carcinicultura bem mais atrativa que a exploração do sal.

A outra reportagem que comenta sobre as vantagens do camarão frente à produção do sal é intitulada *A criação de camarão em salinas desativadas*, Figura 3. Também trata de experiências bem sucedidas dos outros Estados, mostra a substituição da atividade extrativa de sal pela Carcinicultura já que a extração de sal não oferecia mais condições de competitividade no mercado. E coloca a Carcinicultura como uma saída, uma salvação para muitos produtores. Mais uma vez a atividade é mostrada como muito promissora.

Divulgou este jornal na edição de ontem que o Rio Grande do Norte começa a usufruir os resultados de uma atividade nova na região — a cultura artificial de camarões em áreas antes ocupadas pelas salinas consideradas antieconômicas. Essas salinas, em face da introdução de sofisticada tecnologia na extração de sal em certas faixas do litoral potiguar, foram a bem dizer desativadas. Não ofereciam condições de competitividade, no mercado interno, com um sistema que agrega alto índice de automação, implantado por grupos alienígenas com a dispensa de milhares de trabalhadores do sal.

Utilizando a sua própria experiência, somada aos métodos elaborados por centros de pesquisas regionais, os proprietários de algumas pequenas e médias salinas lançaram-se à única alternativa que lhes restava — transformá-las em criadouros de crustáceos. É possível que essa atividade, por fugir às formas tradicionais de exploração das riquezas do mar, haja sido encarada, de saída, com algum ceticismo.

Mas o tempo encarregou-se

A criação de camarão em salinas desativadas

de comprovar a viabilidade econômica desse inusitado meio de produção. E eis os primeiros resultados — em Brasília, o deputado Antônio Florêncio (PDS-RN) informou, em dia da semana passada, “que o Brasil já está exportando o camarão de salina à razão de oito dólares por quilo, ou seja, mais do que se obtém por uma tonelada de sal”. Indicou o parlamentar, como pré-requisitos básicos para a criação artificial de camarões em salinas, primeiro — a existência de solo impermeável, para evitar a perda de água por infiltração, e de um nível adequado de salinidade para possibilitar que o crustáceo permaneça enterrado nas horas claras do dia; e, segundo, a possibilidade de constante renovação do líquido, trazendo mais oxigênio e alimentos naturais.

Os métodos parecem simples. E deve-se lembrar que, também no Ceará, onde existem salinas desativadas ou

semi-desativadas, há condições excepcionais para o desenvolvimento desse tipo de aquacultura tanto em água salgada quanto em água doce. O setor de piscicultura do DNOCS tem demonstrado, à saciedade, a eficácia dos métodos de criação intensiva de várias espécies de peixes, especialmente a tilápia e o tucunaré, as duas mais apreciadas pela população. Nos açudes públicos, os camarões “sossego” e “canela” aclimatam-se bem, oferecendo satisfatória produtividade. Somente no açude Orós o crustáceo quase desapareceu, nos últimos dois anos, por motivos não devidamente explicados até agora.

No que concerne à criação artificial, tanto de camarão quanto de caranguejo, em adequados pontos do litoral, as perspectivas também são animadoras. E chegou a ser objeto, há alguns anos, de pesquisas que patenteavam a sua viabilidade econômica. O que foi feito dessas pesquisas?

Elas indicavam que, particularmente no delta do Jaguaribe, seria possível a cultura artificial do camarão e do caranguejo.

De outra parte, há menos de um ano, a Sudepe anunciava, com bastante ênfase, as linhas de um programa de incentivo à pesca, que contemplava também a aquacultura, inclusive a nível de grupos familiares, propiciando emprego certo e relativamente remunerador à mão-de-obra que já não encontra vez na extração de sal em bases artesanais e, por conseguinte, sem poder competitivo no mercado interno. É lógico que, também no Ceará, a cultura artificial do camarão poderá, em futuro próximo, contribuir para o incremento da exportação desse produto, que manteve no segundo semestre de 1979 o sexto lugar da pauta, com 363.126 quilos, no valor de US\$ 3.748.043,19, posição esta conservada em idêntico período de 1980, com o volume elevando-se para 399.138 quilos e o valor caindo para US\$ 2.873.987,94. Não será esse um tipo de atividade ajustável ao novo perfil econômico que se pretende criar para o Estado? Convém conferir.

Figura 3. O camarão pelo caminho do sal.

Esses dizeres vão direcionando a opinião dos leitores. De acordo com Vidal (1994), nesse período, o jornal O POVO “não formava opinião só entre os leitores, ele norteava, guardando as devidas proporções, o comportamento da imprensa da capital cearense, exercendo sobre esta uma influencia considerável no que diz respeito à linha editorial, escolha de temas, destaques e, especialmente, no tratamento dispensado ao governo local” (p. 13).

Assim, O POVO não influencia apenas seus leitores, influencia de uma forma geral todo o público cearense já que também servia de parâmetro na

formulação das pautas das rádios e jornais locais. Ainda a autora diz que, “O POVO já foi por muito tempo a mais importante empresa de comunicação que, além de ser referência básica para os noticiários das emissoras de rádio e televisão, formava realmente a opinião pública pela credibilidade adquirida ao longo de mais de cinqüenta anos de existência” (p.111).

Em outras reportagens, encontramos indicadores relativos às questões técnicas e de produtividade (renda), gerada por essa atividade como atrativos vantajosos. Esse discurso é mais direcionado aos grandes investidores, detentores do capital, do que à promoção do desenvolvimento econômico das localidades.

São poucas as reportagens que tentam inserir essa atividade voltada também para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, conforme se pode perceber.

A atividade é vista inicialmente com uma certa desconfiança, mas, com o passar do tempo, vai ganhando credibilidade. Isso em função de inúmeros incentivos governamentais disponibilizados via SUDEPE que colocava à disposição linhas de crédito a serem investidas na pesca, mas que contemplava a aqüicultura. Segundo a reportagem ainda, incluiria grupos familiares, “proporcionando emprego certo e com salários satisfatórios já que não encontra vez na extração de sal” (O POVO, 1981). E continua dando destaque ao crescimento da produção camaroneira e as ótimas perspectivas apresentadas pelo produto. É encerrada com um questionamento que mostra claramente o momento que se vivia na época, “Não será esse um tipo de atividade ajustável ao novo perfil econômico que se pretende criar para o Estado? Convém conferir” (O POVO, 1981).

Será que os rendimentos desse comércio ficam centrados nas comunidades? Ou quando fala em Ceará refere-se somente aos grandes empreendedores?

Também as reportagens vão mostrar a Carcinicultura como uma boa oportunidade, não só para o Ceará, mas para o Nordeste e o país. Uma atividade que surge para resolver problemas antigos existentes na região como a falta de oportunidades e postos de trabalho.

A maioria das reportagens evidencia a nova fase econômica vivida em todo Brasil ao tratar da arrancada ao desenvolvimento. É uma tentativa de buscar a inserção do Nordeste no processo de produção econômica do país, que já vinha sendo alvo do planejamento estatal brasileiro desde a segunda metade do século

XX. Na década de 50, em pleno desenvolvimento das políticas de planejamento governamental, o governo constatou acentuadas desigualdades regionais³³ e, na busca de amenizar essas diferenças, cria a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão de planejamento com objetivos de aceleração do desenvolvimento econômico nordestino e combate aos efeitos das secas, através do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). A SUDENE atraiu diversos investimentos para o Nordeste fazendo uso de uma política de incentivos fiscais. O objetivo era atrair as filiais de grandes empresas estrangeiras para o país e seu capital financeiro.

Era necessária a inserção de todas as regiões no sistema de produção econômico através do planejamento nacional. Era imprescindível que todas as regiões comesçassem a gerar divisas. Com isso, pensava-se iniciar uma nova realidade política e econômica para o Ceará na busca por sua inserção no projeto de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, implicando valorização e ressignificação do seu espaço litorâneo. A imprensa foi sempre um importante veículo para o Governo nesse novo desafio.

Na visão do Estado, cabia às regiões entrar na disputa do mercado nacional, para isso seria aproveitado, ou melhor, potencializado o que cada uma tinha de melhor a oferecer.

Na execução desse desenvolvimento regional, o Brasil utilizou um conjunto de medidas políticas que consistia na manipulação de grandes incentivos fiscais³⁴, através dos quais se procura baratear a formação de capital, reduzir a carga tributária ou mesmo facilitar as importações.

³³ Após mais de um século de concentração industrial no estado de São Paulo e sua região metropolitana, esse processo foi sendo modificado com o um programa de desconcentração industrial para várias regiões do país, mediante ação do Estado, através de investimentos diretos, incentivos fiscais e principalmente construção de infra-estrutura. O uso e controle do espaço foram estratégicos nesse processo. Mas, somente a partir da década de 1970, que se verificou no Brasil um movimento mais dinâmico nesse sentido, de desconcentração industrial. Buscou-se a desconcentração das indústrias que na época localizavam prioritariamente em São Paulo para as outras diferentes regiões brasileiras.

³⁴ Os incentivos fiscais existiam desde o início do século XX. A partir do final da década de 60, foram ampliados e generalizados. Podemos apontar como exemplos mais conhecidos a SUDENE no Nordeste, a SUDAM e a SUFRAMA na região Amazônica e Manaus. Também podem ser destacados incentivos e subsídios para turismo, exportação, crédito agrícola, preços mínimos, entre outros. Estas iniciativas baratearam a formação de capital, reforçando até mesmo a expansão da fronteira.

Os incentivos fiscais por meio da SUDENE possibilitaram a implantação de inúmeros projetos industriais, voltados para o mercado local, nacional e para exportação nos vários estados do Nordeste. Isso teve reflexos diretos na ampliação dos impactos de atividades, baseadas em recursos naturais no processo de desconcentração regional.

No final da década de 60, paralelamente aos incentivos fiscais federais, generalizaram-se os incentivos estaduais — notadamente a isenção de ICM, doação de terrenos inclusive contribuição financeira por intermédio de participação acionária — em diversos estados que não se favoreceram dos incentivos federais destinados ao Norte e Nordeste do Brasil. O governo brasileiro investiu bastante nas áreas mais pobres e menos dinâmicas do país.

Ao final, como avaliação de todo esse processo, embora alguns pólos industriais e agropecuários tenham alcançado o sucesso, a maioria das regiões mais pobres continuaram marginalizadas diante do modelo empregado para o desenvolvimento das regiões, criado pelo Governo Federal.

Continua a ocorrer a constante busca de inserção do Estado no processo de mundialização da economia. A Zona Litorânea é tida como um local de ocupação antiga e com grande contingente populacional, porém com baixo dinamismo econômico.

Vidal (1994) destaca que

neste momento, na história cearense, é marcante as alianças entre o governo (Virgílio Távora o Governado do Ceará na época) e os diversos segmentos da sociedade, até mesmo, em todo estado. “Virgílio se propunha a ser o defensor dos interesses dos segmentos dominantes da sociedade, em troca do apoio ao seu projeto político desenvolvimentista, cuja palavra de ordem era o planejamento. A imprensa como uma das integrantes desse pacto crescia e se consolidaria como empreendimento capitalista durante esse período” (p. 11).

A imprensa vai desempenhar um papel crucial nesta nova etapa econômica do país. Para Vidal (1994), “a imprensa funcionará como porta-voz e representante oficial no bloco social dominante, conclamando a mídia cearense e o povo em geral a se integrarem à ‘arrancada desenvolvimentista’” (p.12). Essa atuação da imprensa servirá aos interesses governamentais no processo de convencimento da sociedade.

Nesse primeiro período, fica evidente que as reportagens veiculadas no jornal O POVO mostram a Carcinicultura com um discurso construído para o desenvolvimento do Nordeste e apontam que seu grande potencial em recursos naturais era perfeitamente viável, para transformação de áreas de mangues em fazendas. É uma forma rápida e eficaz de inserir economicamente os Estados do Nordeste no circuito nacional e internacional de produção. Sobre isso Foucault (1996) comenta que todo dispositivo surge “em um determinado momento histórico e tem como função principal responder a uma urgência” (p. 224).

Tais observações do autor podem ser materializadas na reportagem intitulada: *Camarão em viveiro é opção para o Nordeste*.

“(...) sem falar **na geração segura e continuada de divisas, pela exportação de um produto nobre com perspectivas extremamente favoráveis nos mercados internacionais**”. (...) Com boa conotação no mercado internacional, o camarão brasileiro afigura-se como produto altamente rentável, podendo o incremento na sua exportação contribuir para melhorar o nível da balança comercial do País. (...) A exemplo de Benedito Vasconcelos, muitos especialistas diz que é perfeitamente viável transformar as áreas de mangue e salinas antieconômicas em fazendas especiais, necessariamente levantadas a beira-mar. (...) Fazendas com pastos e roçados, mas com tanques de pequena profundidade onde seriam criados e engordados saborosos camarões (O POVO, 1982) (Grifos meus).

Nessa matéria, podemos verificar indicadores atrativos e estimulantes para a prática da Carcinicultura como uma possibilidade de se desenvolver economicamente a criação de camarões em viveiros. E, ao mesmo tempo, verifica-se o caráter promissor dado à atividade.

Percebo que nesse período é recorrente nas matérias a expectativa com relação à atividade que propiciará ao Estado divisas e desenvolvimento. Também é importante frisar que a reportagem se insere num contexto mais global. A política praticada no momento tinha um caráter desenvolvimentista. Assim, a Carcinicultura é passada como mais uma contribuição para se alcançar esse desenvolvimento tão difundido.

Mostra mais uma vez a atividade como a grande saída para o Nordeste. E ainda “justifica afirmando que, além de permitir a diversificação do setor primário, possibilita a utilização racional de recursos naturais abundantes, hoje mal utilizados ou subutilizados”. Outras reportagens vão abordar a possibilidade do cultivo do camarão e seu desenvolvimento econômico.

Um outro importante aspecto, que é destaque nas reportagens desse período, refere-se à questão da grande aceitabilidade e mesmo carência do camarão pelo mercado externo. Tem-se no camarão um produto com um bom e disputado mercado consumidor, gerando uma notória lucratividade. A Figura 4 mostra a reportagem intitulada *Os primeiros passos*.

Aracati desenvolve criação de camarões

ARACATI (Edilberto Moreira)—A criação de camarões já começa a despontar como uma das fontes alternativas de renda do município aracatiense, com a instalação há mais de um ano da Indústria Pesqueira Capanema S/A. Os trabalhos até agora foram somente de pesquisa e de instalação do equipamento necessário ao desenvolvimento do trabalho, que de início vem oferecendo mais de 40 empregos, vindo com o decorrer do tempo oferecer um maior número de empregos, o que será muito bom para o comércio local, que aumentará, por certo, suas vendas.

Segundo o Dr. Lisovaldo, um dos biólogos da empresa que explora a criação do camarão, o trabalho é muito delicado exigindo conhecimentos profundos e atenção permanente dos que trabalham nessa atividade. Continuando disse o Dr. Lisovaldo, que o trabalho é feito com a separação das fêmeas e ovadas, quando em seguida são colocadas em viveiros para reprodução. Após aproximadamente 30 dias, surgem as larvas. Estas são transportadas para outro viveiro, onde permanecem por mais 60 dias, sendo finalmente transferidas para um viveiro maior, chegando ao ponto desejado para sua comercialização. Todo esse processo se passa num período de 120 dias.

Para maiores esclarecimentos, a reportagem procurou o Dr. Marcos Guimarães, diretor de produtividade da Pesqueira

Capanema, que afirmou, a cidade de Aracati foi escolhida para implantação desse projeto pela fertilidade da região, oferecendo as condições necessárias para a exploração deste arrojado empreendimento, tendo em vista que será necessária água do rio Jaguaribe e também do mar, o que será feito através de bombeamento, cujas adutoras já estão em fase de montagem, trazendo água para os viveiros, onde se processa todo o desenvolvimento do camarão.

Vale ressaltar, que em cada viveiro, existe na porta de entrada das águas, uma tela de proteção evitando assim a passagem de peixes, o que causaria grandes prejuízos, pois os mesmos comeriam tanto a alimentação dos camarões, bem como os próprios. O trabalho requer muito cuidado, sendo que as telas são examinadas diariamente para ver se estão em perfeitas condições ou se foram furadas por algum peixe de maior porte. No momento, um ônibus foi transformado em escritório e montado em laboratório onde são feitos todos os estudos para melhoria e desenvolvimento os camarões. Possivelmente em julho serão capturados os primeiros camarões, cuja produção inicial está estimada em 600 mil quilos. O camarão vem tendo uma grande procura, tanto no Brasil como no exterior principalmente nos Estados Unidos, Japão, Holanda e Espanha. É bom lembrar que este projeto vem recebendo total apoio da Sudepe.

Figura 4: Os primeiros passos.

São vários os indicadores que constroem dizeres para estimular a prática da atividade. Assim, a Carcinicultura foi sendo tratada na mídia “como a única alternativa que restou” ao Nordeste, e aos antigos exploradores de sal. Uma nova alternativa de investimentos, rendimentos e de trabalho.

Na Figura 4, a reportagem aponta a atividade camaroneira como uma fonte alternativa de renda para do município de Aracati. Sendo de grande importância para o comércio local e também uma importante fonte de emprego.

O discurso busca mostrar ao leitor que a atividade, antes mesmo de ser implantada, já gera emprego e com uma promessa de conceber ainda mais empregos e oportunidades para muitos setores. A atividade é mostrada como muito promissora para o Brasil em relação ao mercado externo.

De acordo com Vidal (1994), o jornal *O POVO*, como principal veículo de comunicação impresso na época, pautava através de suas notícias os telejornais locais, que apoiavam e davam crédito à atividade considerando-a muito promissora para o Ceará.

Na seguinte reportagem citada *O POVO no campo*, verifica-se a continuidade ou o reforço dado a cada nova reportagem veiculada pelo jornal, ao discurso da atividade camaroneira como algo basilar ao desenvolvimento do Ceará. Podemos destacar um fragmento que diz:

O *POVO no Campo* mostrará hoje três assuntos de grande importância para o desenvolvimento do Estado. Em primeiro lugar, vem a matéria sobre a implantação do Projeto Camarão, destinado particularmente à produção de alimento de origem protéica em território cearense através da criação intensiva e extensiva de camarões (*O POVO*, 1982).

Na reportagem, a Carcinicultura é apontada, mais uma vez, como um importante vetor de desenvolvimento do Estado. É evidente a posição adotada pelo jornal em relação à atividade. O jornal demonstra apoiar a atividade e acreditar ser uma atividade bastante promissora para o Ceará. Trata da implantação do Projeto Camarão e fala da campanha estadual de Conservação do Solo.

A reportagem caracteriza, mais uma vez, o momento econômico que não só o Ceará, mas todo o Brasil vivenciava. Para Vidal (1994) “As relações entre imprensa e poder constituem uma temática de capital importância para elucidar a história política, recente, no Estado do Ceará. (...) A imprensa atua em consonância

com o governo local. Esta relação possibilita entendermos, em última instância, a construção de ‘imagens políticas’ e sua repercussão através da notícia” (p. 7-8).

No caso do jornal impresso, as relações de poder estão estabelecidas nos discursos que instituem significados que caracterizam a representação da Carcinicultura como uma atividade promissora (econômico-social) e de preservação ambiental. Sobre esta estratégia discursiva, Costa (2000) acentua que:

Quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo “uma realidade”, instituindo algo como existente de tal ou de qual forma. Nesse caso, quem tem o poder de narrar o outro, dizendo como está constituído, como funciona, que atributos possuem, é quem dá as cartas de representação, ou seja, é quem estabelece o que tem ou não tem estatuto de “realidade” (p. 76).

Chamo a atenção que, muitas vezes em uma única reportagem, vários argumentos são trazidos para tentar subjetivar o leitor como, por exemplo, a questão da atividade como um negócio muito promissor, que gera bons resultados para a economia do Estado, que gera emprego, que é alvo de financiamentos governamentais, que é uma atividade que vem a atender tanto a carência interna como externa pelo camarão e etc.

A Carcinicultura, sendo apoiada pelos investimentos governamentais, é constante nas reportagens. Na próxima reportagem, intitulada: *Projeto Camarão do Ceará* é tratada a temática do Apoio Governamental. Aparece o incentivo e o estímulo à atividade com o argumento de que “por dispormos de ambientes propícios ao cultivo do camarão, tais como salinas desativadas, gamboas costeiras, mangues e regiões de estuário, O Governo do Estado do Ceará” apóia a atividade. Nos seus dizeres, aciona a natureza como elemento para argumentar seu uso em espaços sem “nenhuma utilização”.

Cito agora algumas passagens desta reportagem que comenta,

É sabido que a produção de alimentos em escala compatível com o crescimento habitacional constitui o grande desafio de todas as nações e especialmente do Ceará. Do setor pesqueiro é esperada uma resposta significativa de contribuição a minimizar o déficit alimentar, (...) Em face disto e por dispormos de ambientes propícios ao cultivo do camarão, tais como salinas desativadas, gamboas costeiras, mangues e regiões de estuário, (...) A decisão do Governo do Estado em implantar o Projeto Camarão do Ceará reveste-se da maior importância sob os aspectos social e econômico da região e do país, uma vez que empregará um considerável contingente de mão-de-obra, (...) produzirá alimento para a comunidade,

aproveitando áreas inadequadas para a atividade pecuária e agrícola e resolvendo o atual problema de grande número de salinas desativadas, que podemos ser adaptadas em fazendas de cultivo. Além disso, constituir-se-á uma valiosa fonte de captação de divisas, através da exportação do produto, já que esse crustáceo associado ao alto valor econômico, apresenta franco mercado que é fortemente marcado por uma grande demanda potencial. (O POVO, 1982).

Mais uma vez, fica demonstrada na reportagem a posição do governo frente a essa nova atividade. Logo no início da reportagem, ocorre um questionamento a respeito de uma importante preocupação da sociedade, que é a produção satisfatória de alimentos. E destaca a pesca e as atividades relacionadas ao mar, como uma saída para esta questão do déficit alimentar e, principalmente, os benefícios oferecidos pela Carcinicultura, esses bem maiores do que os apresentados pela pesca. Mostra a Carcinicultura como uma importante geradora de ocupação para a mão-de-obra.

Destaco também a colocação que diz que a Carcinicultura seria desenvolvida somente em áreas abandonadas pela atividade salineira, aproveitando o seu espaço e dando a ele uma reutilização.

A atividade do cultivo de camarão que no início, segundo as reportagens veiculadas no jornal, era vista com certo ceticismo, agora passava a ser vista como viável economicamente. O camarão passa a ser visto com um produto altamente rentável. Um produto que só tem a contribuir favoravelmente na balança comercial do país. Uma nova oportunidade econômica para a região e totalmente apoiada e estimulada pelo Estado, um dos primeiros financiadores da atividade. Podemos verificar isto na reportagem, *Aprovado 690 milhões para o cultivo de camarão*, que diz:

A Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) aprovou Cr\$ 690 milhões para o cultivo de camarão em salgados litorâneos no Ceará e Piauí, dentro do Propesca (convenio Sudepe/ BID / BNCC). As cartas – consultas analisadas e aprovadas são das empresas Mariscos do Brasil S/A. e a Pesqueira Capanema S/A. A Mariscos do Brasil S/A. pleiteou à Sudepe Cr\$ 315 milhões, sendo Cr\$ 115 milhões através do Propesca e Cr\$ 200 milhões do Fiset/ Pesca. Essa empresa, sediada em Fortaleza, será implantada no município de Luiz Corrêa (Piauí) e se propõe a utilizar 500 há de terra, proporcionando na sua plenitude de produção 348 toneladas/ano. (...) A Mariscos do Brasil S/A. e a Pesqueira Capanema S/A completarão seus investimentos com recursos próprios. A Sudepe continua recebendo cartas-consultas para análise até março de 83, para a linha de crédito Propesca, ficando aberta a linha Fiset. O Propesca já aplicou no Ceará Cr\$ 1,2 bilhoes no setor pesqueiro. (O POVO, 1982)

Podemos perceber na reportagem, mais uma vez, a questão dos investimentos por parte do Estado. Assim a atividade se desenvolve inicialmente graças aos investimentos oferecidos pelo Governo. É recorrente nas reportagens a Carcinicultura ser apontada sempre como um importante vetor de desenvolvimento para o Estado.

Conforme as palavras de Vidal (1994), a imprensa funciona como porta-voz e representante oficial no bloco social dominante, conclamando a imprensa cearense e o povo em geral a se integrarem à “arrancada desenvolvimentista” (p. 12). Era importante legitimar e convencer a sociedade dessa nova empreitada.

No Ceará, nessa época, o Governador o coronel Virgílio Távora, de acordo com Vidal (1994), estabelece relação com o Jornal O POVO, construindo uma “prática política pautada na tentativa de uma legitimidade local, regional e uma busca incessante de alianças nacionais. Na construção da imagem de um homem político – democrático e empreendedor – os meios de comunicação de massa e, especialmente, o jornal O POVO, desempenharam um papel fundamental” (p.7).

Lanço mão das palavras de Vieira (apud Vidal, 1994) que afirma:

Os meios de comunicação de massa tendem a perpetuar, reproduzindo, as relações de produção e as relações sociais (a estrutura social de dominação), cumprindo desta forma um papel conservador (...) o meio de comunicação de massa não é mero “aparelho ideológico do Estado”, mas um dispositivo de organização do campo social, não um instrumento que o poder anexa em seu proveito para exercer um influencia sobre os cidadãos, mas um modo de produção e apresentação do real; ao invés de produzir um equivalente simbólico de um real; ao invés de produzir um equivalente simbólico de um real já constituído e possuidor de um significado autônomo, os meios de comunicação de massa constroem um campo de representação e de práticas sociais (p. 18).

O significado sobre a importância da Carcinicultura para o desenvolvimento da Zona Costeira do Ceará não é, a priori, encontrado como elemento da natureza, como algo vagando, o qual basta pegarmos para colocar sobre ele. Isso “não quer dizer que ele não tenha existência material, mas é dizer que as coisas têm os seus significados não resultantes de sua essência natural, mas de seu caráter discursivo” (HALL, 1997a, p. 29).

Continuando com o enfoque que trata da questão de investimentos governamentais, cito a reportagem *Camarão em cativeiro: Ceará vai produzir para*

exportar. Na Figura 5, verifico a continuidade de mostrar o interesse do Estado em financiar e estimular a atividade de Carcinicultura.

Camarão em cativeiro: Ceará vai produzir para exportar

Até o final deste ano, o Ceará deverá estar produzindo e iniciando os contratos de exportação de camarões criados em cativeiro. Um projeto, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 400 milhões e com capacidade de produção total com base em 170 toneladas/ano, já está sendo implantado pela Pesqueira Capanema, envolvendo recursos do Fiset-Pesca e do Propesca, cuja fonte principal é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

Além do projeto da Capanema, a Superintendência da Pesca no Ceará, coordenada por José Flávio Barreto, tem ainda em tramitação mais dois projetos. O primeiro deles já aprovado e o segundo com carta consulta em análise. José Flávio adiantou ainda que há outra empresa particular trabalhando na área de criação de camarões em cativeiro, mas atuando com recursos próprios.

ADIANTADO

Os projetos recebem recursos de duas áreas, o Propesca, com investimentos através de operações bancárias e o Fiset, com incentivos fiscais. Das três empresas que solicitaram recursos, apenas a

Capanema está enquadrada nos recursos do Propesca, com as demais atuando exclusivamente na área do Fiset-Pesca. O primeiro projeto, que prevê a criação de camarões numa área de 170 hectares (espaços inundáveis, excetuados a área de instalação de escritório, espaçamento entre tanques etc.), já se encontra em estágio bastante adiantado e este ano ainda estará produzindo os primeiros animais. A Capanema (empresa em questão) atuará na área de produção e engorda de camarões e sua capacidade média anual, quando em plena atividade, será de 170 toneladas.

A segunda empresa a ser beneficiada, com carta-consulta já aprovada, é a Fina - Frios Industriais, cujas instalações deverão atingir uma área de 80 ha inundáveis, com uma produção de 80 toneladas de camarões por ano. Entretanto, não há ainda os trabalhos de instalação da empresa, o que significa dizer que, pelo pouco tempo de aprovação do projeto, apenas no próximo ano suas atividades se concretizarão. José Flávio Barreto disse ainda que há outra carta-consulta em tramitação

na Sudepe, para instalação de outra empresa, cuja capacidade produtiva deverá ser de 120 toneladas/ano.

No cômputo geral, a perspectiva atual é da produção de 270 toneladas de camarões por ano, só no Ceará. Dos projetos orientados pela Sudepe, dois localizam-se em Aracati e um, com carta-consulta ainda não aprovada, propõe sede para Acaraú. Os camarões criados em cativeiro no Ceará serão da espécie já adaptada ao cativeiro e a produção direta é, em todos os projetos já estudados, um pouco mais barata do que a captura marítima, o que justifica a iniciativa com apoio governamental.

Os projetos são encaminhados através de cartas-consultas com parecer técnico emitido pela Sudepe e os recursos para financiamento do Fiset-Pesca são procedidos na maneira corriqueira já utilizada para as demais áreas do Fundo (Turismo e Reflorestamento). O Coordenador da Sudepe, José Flávio Barreto, acredita que o empreendimento é rentável e trará bons frutos para o Estado, principalmente em face de voltar-se para um produto com ótima aceitação no mercado interno e internacional.

Fonte: O POVO. 1983

Figura 5: O Estado banca o camarão.

Observo neles o envolvimento do Estado e seu interesse em consolidar a atividade camaroneira nesse período, através de incentivos e financiamentos, como também a questão da aceitabilidade do mercado interno e externo.

É importante destacar que, nessa época, não se tinham linhas de financiamento exclusivas para o cultivo do camarão. O que permitia o investimento na Carcinicultura eram os financiamentos destinados ao agronegócio, que enviava parte da verba para a pesca, que direcionava parte dos recursos para a aquicultura que, por sua vez, repassava para o cultivo do camarão.

Na Figura 6, observa-se que, de acordo com o jornal O POVO, os recursos para financiar os projetos de cultivo do camarão descendiam de duas áreas o PROPECA e o FASET. E aponta também as dimensões da Carcinicultura naquele momento. E encerra a reportagem, destacando que os empreendimentos camaroneiros são viáveis e que existe no mercado uma demanda pelo produto e, conseqüentemente, sua ótima aceitação.

Eis que aqui surge um novo questionamento: a comunidade litorânea e os pescadores como foram inseridos na atividade camaroneira? Como se percebe em algumas reportagens desse período (*Projeto Camarão do Ceará, A criação de camarão em salinas desativadas, Camarão em viveiro é opção para o Nordeste*) não são citados, ou pelo menos lembrados, os pescadores e as comunidades. Mas o que podemos observar é que não se trata de uma preocupação nem para o Estado nem para o Jornal a situação dessas pessoas. Assim, os investimentos e crédito disponibilizados para o cultivo do camarão não são destinados nesse momento a essas comunidades.

Raramente, em algumas reportagens já citadas neste estudo, é mencionada a inclusão das comunidades nessa atividade. E assim como foi na indústria da salinicultura, na indústria camaroneira as comunidades também não são alvos de preocupação efetiva. E mais uma vez são alijados do processo produtivo.

Outro enfoque relacionado às matérias de Carcinicultura refere-se ao mercado externo. Um problema recorrente neste período é a questão do camarão e dos problemas enfrentados para ser exportado. A Figura 6 *Camarão na fogueira*, mostra a reportagem *Camarão deteriorado: 13,5 toneladas incineradas*.

Camarão deteriorado: 13,5 t. incineradas

A Delegacia Federal de Agricultura, no Ceará, vai incinerar 14 toneladas e meia de camarão, procedentes de Alagoas, que seriam exportadas ao mercado dos Estados Unidos, pelo Porto de Mucuri. Essa providência, segundo o Diretor-Técnico daquela repartição, José Pontes de Medeiros Filho, resulta de haver sido constatado em exame, no Laboratório do Ministério da Agricultura, em Campinas, São Paulo, que o produto se encontra deteriorado, condenando-se o seu consumo. Esses 13.500 quilos foram apreendidos no mês passado pela fiscalização, ao chegar a Fortaleza e submetidos a dois exames no Laboratório de Apoio Animal,

local, em duas oportunidades, com os especialistas condenando a mercadoria como imprópria para servir de alimento humano.

Decorreu a terceira análise, procedida na cidade paulista, da solicitação da contraprova, em recurso da Empesca, empresa cearense responsável pelo embarque do suprimento ao comércio internacional. O reexame, em unidade laboratorial sulista, foi acompanhado pela técnica cearense Nivalda Sá, representante da Delegacia.

A firma alagoana exportadora já recebeu a notificação dos resultados e a incineração do estoque ocorrerá provavelmente, na próxima semana,

segundo a praxe adotada em casos dessa natureza.

Todas as 13 toneladas e meia de camarão chegaram ao Ceará em carro-frigorífico. Nesta Capital, pelo Porto do Mucuri, seriam embarcadas para os Estados Unidos. Foram apreendidas sob suspeita de deterioração, constatada em três verificações diferentes. Os fiscais, garante José Pontes de Medeiros Filho, mantêm-se sempre em vigilância, para impedir a entrada e saída de produtos que não podem ser consumidos, apurando se nos casos de deterioração há falhas normais em função do transporte ou se decorre o problema de prática de fraude.

Figura 6: Camarão na fogueira.

Nesta figura, é tratada uma problemática que marcou este período que foi a questão da deterioração do camarão por problemas de condições inadequadas de transporte do produto.

Fica visível na reportagem o caráter ainda experimental da atividade camaroneira no Brasil. Registram os primeiros problemas enfrentados pela atividade e a busca pela superação. Nesta fase, era fundamental o acompanhamento minucioso da produção, desde seu início até a exportação, já que o país não possuía muita experiência com a atividade.

A partir do que é exposto pelo jornal, o leitor é levado a acreditar que a atividade é realmente acompanhada pelas autoridades, que não representa nem um risco.

Nesta mesma perspectiva temos também a reportagem abaixo intitulada *Camarão deteriorado vai passar por contraprova* que evidencia a problemática do transporte.

A indústria Restinga de Pesca S/A, de Alagoas, tem quarenta e oito horas para solicitar uma contraprova dos exames feitos com o camarão que iria ser exportado para os Estados Unidos através do porto de Mucuripe e que estava deteriorado. O camarão veio de Alagoas para ser exportado pela firme cearense. Empesca S/A ao chegar ao Estado, foi inspecionado pela Delegacia do Ministério da Agricultura, que fez análises e constatou problemas no crustáceo, na semana passada (O POVO, 1982).

Neste primeiro período, em virtude da pouca experiência com o cultivo do camarão, o país enfrentou muitos desafios para se consolidar neste ramo. E questões como essa, de falhas com durabilidade e conservação do camarão, foram importantes para a evolução das tecnologias no país. Isso está presente nas reportagens da época.

Vale salientar que reportagens desse tipo serviam para transmitir a opinião pública que o Governo e as empresas responsáveis pela produção do camarão estavam atentas e exigentes ao acompanhamento da atividade.

Não posso deixar de mencionar, nesse período, a importância dos eventos que vão tratar da temática da Carcinicultura. São vários seminários e *workshops* realizados tanto por parte do Governo como pela iniciativa privada, com o intuito de evidenciar as vantagens proporcionadas pela Carcinicultura e capacitar os futuros profissionais e investidores para essa atividade. É apontada como importante investimento e com um retorno garantido, já que se trata de uma atividade onde a procura é maior do que a produção, uma ótima oportunidade de desenvolvimento para o Nordeste e, principalmente, para o Ceará. Nelas participam autoridades governamentais e empresários do ramo. A Figura 7: *Passos importantes* exemplifica isto.

Simpósio sobre camarão

atinge seus objetivos

Excedendo as expectativas mais otimistas, o I Simpósio Brasileiro sobre Cultivo de Camarão, que foi iniciado no dia 14 e encerrado ontem, contou com uma participação de 710 inscitos, entre técnicos, estudantes e empresários da área de carcinocultura.

Todos que participaram do encontro foram unânimes em reconhecer que ele foi muito bem organizado em todos os sentidos. Os trabalhos no plenário foram conduzidos com objetividade e dentro de um clima liberal na abordagem da problemática do setor.

Os resultados do Simpósio, que foi o primeiro na especialidade, não somente no Brasil como também no mundo, podem ser resumidos na troca de informações técnico-científicas proporcionada, na motivação de investidores no setor, vinda de técnicos de renome internacional para o Projeto Camarão (RN) definição das pesquisas do camarão de água doce ficarem a cargo da Empresa de Pesquisas de Pernambuco e, fato mais importante, a decisão do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, efetivada com a criação do Programa de Desenvolvimento para o Cultivo de Camarão, cujos recursos financeiros serão repassados através do BDRN.

Na ocasião, proferiram palestras, dentre outras, as seguintes autoridades: deputado federal Antônio Florêncio; dr. José Ubirajara Timm, Superintendente da Sudepe; Almirante Paulo de Castro Moreira, Diretor do Instituto de Pesquisa da Marinha; dr. Ubaldino Machado, Chefe do Departamento de Informações da Embrapa; dr. José Cortez Pereira, ex-Governador do Estado e criador do Projeto Camarão; dr. Jack Littlepage, da Universidade de Vitória, Canadá; dr. Melquíades Pinto Paiva, representante do Ministério das Minas e Energia; dr. Robert A. Shleser, Diretor do Instituto Oceânico de Pesquisa do Havaí; Dr. Petrônio Alves, da UFPE; dr. Marc Kempf, Diretor do Centro Oceanológico da Bretanha, França; dr. Xicotentatl Mirrieta, Diretor do Centro de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Universidade de Sonora; Annie Laubier-Bonichon, pesquisadora do Instituto Oceanológico de Paris; contra-almirante Múcio Piragibe Ribeiro Bakker. Secretário do Cecirm.

A delegação do Ceará foi uma das mais numerosas, onde se destacavam as presenças de Melquíades Pinto Paiva, Raimundo Saraiva da Costa, Francisco Ésio de Sousa e Artur Silva Filho; Mossoró esteve representada por Pedro Almeida Duarte, Vingt-Un Rosado e Henry Matheus.

O ato de encerramento contou com a presença do governador Lavoisier Maia do dr. Ronaldo de Alencar Fernandes, Secretário da Agricultura, dr. Humberto Manoel de Freitas, Secretário de Planejamento, e várias outras autoridades. Tendo discursado na oportunidade, o dr. Benedito Vasconcelos Mendes, Diretor Presidente da Emparn, e pelos empresários o sr. Adolpho Friedheim.

Figura 7. Passos importantes.

Este exemplo mostra que o *Simpósio sobre camarão atinge seus objetivos*, de 20 de setembro de 1981. Um dos intuítos deste evento era a divulgação da atividade. Sendo apontado como um marco da primeira etapa do desenvolvimento da Carcinicultura. O evento foi realizado pelo Governo do Rio Grande do Norte, para a divulgação da atividade e com o objetivo de atrair investimentos, tanto públicos como da iniciativa privada para a Carcinicultura.

De uma forma geral, as análises desse primeiro período dão-nos uma recorrência de determinados assuntos. Torna-se muito presente nas reportagens dessa fase a ênfase a diferentes experiências em outros Estados.

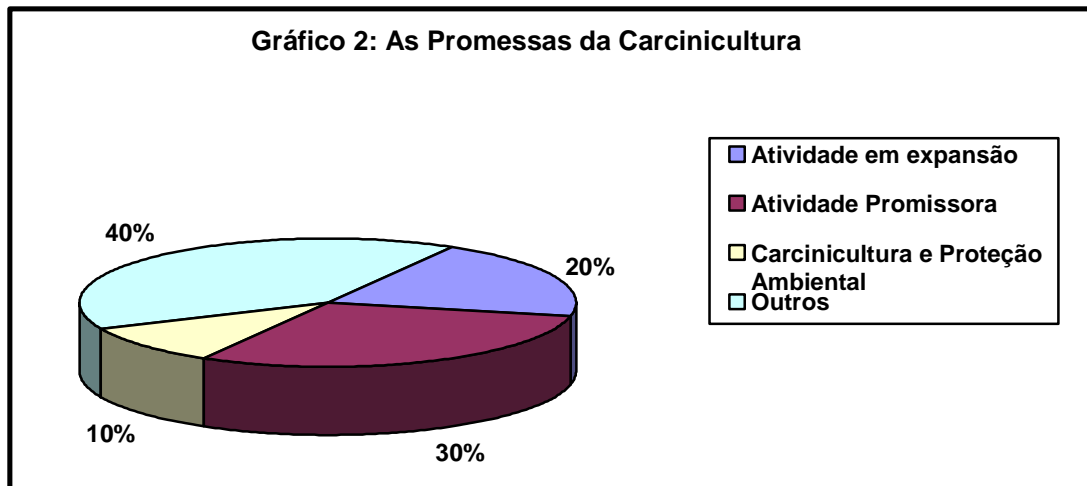
Apresenta a Carcinicultura como uma atividade inicialmente financiada pelo Estado, por se tratar de uma atividade, até aquele momento, muito promissora tanto com relação a fatores econômicos quanto a sociais. Nesse período (1978-1984), vários Estados nordestinos enfrentavam uma crise com uma de suas principais atividades geradoras de empregos e renda: a exploração de sal.

Cabia aos meios de comunicação, na análise de Vidal (1994), a prática de transformar o serviço noticioso em pura prestação de serviço, acrítica, onde nada é tocado, para que todos, solidária e harmonicamente, lutem para melhorar sua realidade (p.12).

5.2 A PROMESSA DA REDENÇÃO ECONÔMICA – 1990 A 1994

No segundo período, de 1990 a 1994, quando se iniciam as primeiras instalações no Ceará, e a atividade da Carcinicultura ganha uma maior notoriedade, as reportagens vão focar com maior ênfase a atividade como uma geradora de empregos; de desenvolvimento econômico, alvo de volumosos investimentos tecnológicos e incentivos governamentais; com elevadas expectativas de crescimento da produção. Tudo isso leva a gerar uma grande perspectiva de desenvolvimento para as comunidades locais no que se refere à melhoria de sua qualidade de vida e infra-estrutura urbana.

Com relação a esse período, o Gráfico 2 – *As Promessas da Carcinicultura* mostra a recorrência das principais matérias veiculadas.



Fonte: O POVO, 1990-1994

Neste Gráfico, que trata da segunda fase, apresenta três eixos-temáticos que revelam, das dez matérias jornalísticas analisadas, duas referem-se à atividade em expansão, correspondendo a 20%; três referem-se à atividade como uma coisa muito promissora, correspondendo a 30%; uma refere-se à Carcinicultura e Proteção Ambiental, correspondendo a 10%; quatro trazem outros focos muito diversificados, correspondendo ao percentual de 40%.

A década de 90 é marcada por uma depressão econômica. Esse período ainda apresenta como característica marcante, a busca desenfreada pelo desenvolvimento.

Nesse período, ainda permanece a busca por parte do Governo do Estado em inserir o Ceará no mercado nacional e internacional, através de várias atividades. Dentre elas, merece destaque o turismo e a Carcinicultura - nosso objeto em foco. Essa busca é realizada mediante a potencialização e incorporação do território e dos seus recursos naturais. Era preciso que o território cearense fosse incorporado pelo processo de produção global. Buscava-se com isso acelerar o crescimento econômico. Nessa empreitada algumas prioridades foram estabelecidas. Foi dada à agricultura irrigada, à piscicultura, a alguns setores da indústria e ao turismo uma maior atenção.

Do mesmo modo que no primeiro período estudado, o jornal também continua a desempenhar um papel crucial neste no que diz respeito à construção dos dizeres sobre a atividade camaroneira. Sobre isto trago as palavras de Vidal (1994), que diz:

Os meios de comunicação de massa vão operar no centro das contradições Estado-sociedade, explorando-as na medida em que são produtos e produtores sociais, refletem essa sociedade assim como se acha estruturada, seja ao nível econômico, seja ao nível político, seja ao nível cultural, e, nessa medida, reproduzem os conflitos que alimentam as contradições sociais, das quais também se servem. Mesmo quando reproduzem os interesses dominantes, e são sempre representantes dos interesses dominantes, os meios de comunicação de massa não o fazem de forma estéril, ou simplesmente mecânica, pois “reproduzir” é, em si, uma modalidade de intervir na realidade (...), de atuar no conflito, tomando partido, (...) (p. 19).

A força do direcionamento sobre os acontecimentos exercidos pelas mídias é, através de um sistema monopolista, conduzido por uma minoria de especialistas, que impõe os valores e opiniões de seu interesse à sociedade, tornando-a alvo de uma subjetivação. Para Trigueiro (2003), “economia é o assunto da moda num mundo onde a voz da mídia muitas vezes se confunde com a voz do mercado. Como afirma o professor Muniz Sodré: ‘A mídia hoje é a fala da moeda, do capital que lhe sustenta’” (p. 83).

Pode-se observar o papel da mídia na formação de opiniões a partir das matérias que são emitidas por estes veículos. Segundo Vidal (1994), “a ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é um de seus melhores artífices” (p. 39) à medida que organiza sua pauta e escolhe determinados temas em detrimento de outros.

Ainda, segundo Vidal (1994), “os meios de comunicação de massa desempenham também um papel ideológico próprio que podem construir, nos espaços favorecidos pelas contradições, que determinam a configuração estatal” (p.19).

No pensar de Costa (2000), a representação se relaciona à produção. A respeito dessa questão, ela diz que:

Significados, segundo um jogo de correlação de força no qual grupos mais poderosos – seja pela posição política e geográfica que ocupam, seja pela língua que falam, seja pelas riquezas materiais ou simbólicas que concentram e distribuem, ou por alguma outra prerrogativa – atribuem significado aos demais e, além disso, impõem a estes seus significados sobre “outros” grupos (p. 77).

É pertinente salientar que no jornal impresso as relações de poder são instituídas pelos discursos que tentam fundar significados como legítimos,

autênticos, verdadeiros. Consoante com o que foi dito anteriormente, o jornal transmite significados que caracterizam a Carcinicultura como uma atividade promissora social e economicamente. Sobre isso recorro, mais uma vez, às palavras de Costa (2000) que diz:

Quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo “uma realidade”, instituindo algo como existente de tal ou de qual forma. Neste caso, quem tem o poder de narrar o outro, dizendo como está constituído, como funciona, que atributos possui, é quem dá as cartas de representação, ou seja, é quem estabelece o que tem ou não tem estatuto de “realidade” (p. 76).

As reportagens deste segundo período (1990-1994) apontam, quando comparadas ao primeiro período, semelhanças, continuidades nos dizeres da Carcinicultura como uma atividade promissora, uma atividade alvo de elevados investimentos. A diferença do anterior está na abordagem da Carcinicultura, que agora é vista como um agente de preservação das espécies (animais e vegetais) e preocupada com a natureza.

A primeira reportagem que destaco é a da Figura 8 *Camarão: solução para o Nordeste ?*



Criador expõe camarão de água doce, que pode chegar a 70 gramas

Camarão de água doce pode aumentar a diversificação

A criação de camarões de água doce pode ser um bom investimento para empresas que querem diversificar suas atividades, segundo a engenheira de pesca Fátima Vilanova, 38. Ela defende também a implantação de criatórios do “gigante-da-Malásia” para favorecer pequenos produtores, aproveitando os grandes açudes públicos do Estado.

Fátima Vilanova diz que o Ceará ainda não despertou para as vantagens desse tipo de carcinocultura, que atrai investidores em escala crescente em outros estados. Atualmente existem no Brasil cerca de 100 criadores de camarão “gigante-da-Malásia”, espalhados pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

A maior empresa produtora está localizada em Alagoas. É a Capiatã Aquicultura, que compõe um grupo cujas atividades estão concentradas no plantio de cana de açúcar e que mantém mais de 50 hectares de viveiros. Produz 15 toneladas mensais, comercializadas em São Paulo e Maceió.

O camarão “gigante-da-Malásia” pode atingir até 70 gramas, o do tipo exportação. Em geral ele chega a 50 gramas, enquanto o camarão de água salgada atinge no máximo 20 gramas. Segundo a engenheira de pesca, o sabor é quase o mesmo. O preço do “gigante” varia de US\$ 7,50, o quilo, a US\$ 22,00 (o tipo

exportação).

No Ceará algumas experiências despontam nos municípios de Jaguaribe, Pacatuba, Quixadá, São Luís do Curu, Quixeramobim e Tamboril. A Empresa EIT, que trabalha no ramo de construção de estradas, tem o maior criatório de camarão “gigante-da-Malásia”, com 12 hectares de viveiros e um laboratório de pós-larvas em fase final de construção, no município de Jaguaribe.

Os investimentos necessários para a implantação de cada hectare (dez mil metros quadrados) estão na faixa de US\$ 8.000. A produção pode chegar a 2.500 quilos por hectare a partir de seis meses de cultivo, com produção contínua ao longo do ano. O BNB conta com linha de crédito especial para a criação de camarão, com recursos provenientes do FNE (Fundo Constitucional de Desenvolvimento), empréstimos a juros de 8% e prazo de carência de até três anos.

Em nível de pequenos produtores, Fátima Vilanova considera a carcinocultura (criação de camarões) como uma forma racional de aproveitamento dos recursos hídricos dos grandes açudes públicos do Estado, no abastecimento de viveiros de cultivo de camarão. O Governo entraria com o aluguel subsidiado de máquinas e o fornecimento de pós-larvas produzidas pelo DNOCS.

Figura 8: Camarão: solução para o Nordeste?

Na figura anterior, pode constatar-se que, mais uma vez, a criação de camarão é veiculada como um negócio muito promissor, tanto para empresas que queiram diversificar seus investimentos, como também para pequenos produtores, uma atividade que só gera benefícios para o Ceará.

Percebe-se ainda o forte incentivo governamental que atividade continua a receber e a permanência da boa perspectiva de lucro propiciada pela atividade.

Também na reportagem *Camarão* diz que:

A produção de camarão em cativeiro, atividade iniciada na década de 70, já apresenta resultados compensadores e perspectivas comerciais promissoras. A pesquisa tem contribuído significativamente para ampliar os conhecimentos sobre a cultura desse crustáceo (...) colocando o Brasil na quarta posição entre os produtores mundiais. Já o camarão de água salgada começou a ser criado em cativeiro em meados de 1970, mas ainda não deu os resultados esperados, apesar de todas as condições favoráveis. Já se pode ter, porém, uma certeza: tanto a criação em água doce como em água salgada terão grandes espaços a ocupar na economia nacional nos próximos anos (...) (O POVO, 1994).

Nesta reportagem, o jornal destaca que a atividade “já apresenta resultados compensadores e perspectivas comerciais promissoras”. Mostra a atividade sendo alvo de investimento tecnológico e que esse investimento já apresenta seus primeiros lucros. Destaca que é só o começo, que muito mais se tem a ganhar com o camarão. E dá continuidade aos mesmos discursos lançados no primeiro período.

Nessa edição o jornal destinou à Carcinicultura uma página inteira. Além da reportagem acima citada, uma outra foi publicada *No Ceará é pequena a criação em cativeiro*, que diz:

O Estado do Ceará dispõe apenas de uma área de 560 hectares para a criação de camarão em cativeiro. (...) a informação é do engenheiro de pesca Marco Antonio Igarashi, (...) Entre os benefícios dessa atividade produtiva, ressalta o engenheiro Marco Antonio que o cultivador pode produzir camarão o ano todo, aproveitando as salinas abandonadas e construindo viveiros em terrenos argilosos e areia. Igualmente, o cultivo do crustáceo possibilita o repovoamento de áreas onde a pesca tenha destruído os estoques naturais a níveis próximos da extinção. Além disso, pode ter uma vantagem ecológica ao levar a comunidade que desenvolve essa atividade a preservar o meio ambiente sem contar a melhoria socioeconômica para ela, de vez que a demanda pelo produto no mundo está crescendo, mas devido a limitações biológicas não se pode aumentar a pesca. (O POVO, 1994)

Na análise desta reportagem, o que destaco é a prática da Carcinicultura, sendo aliada à proteção do meio ambiente e reforçada pelos vários dizeres já discutidos em análises anteriores, como o uso de solos abandonados e melhorias econômicas para comunidade. Com isso, continuam a acionar marcadores discursivos anteriores, para proporcionar mais força argumentativa nos discursos.

Outro marcador discursivo das reportagens evidencia Carcinicultura como uma atividade em expansão. Na reportagem *Futuro de camarão é no cativeiro*, cito alguns fragmentos:

Não tem bicho de sete cabeças para se criar camarão de água salgada em cativeiro, inclusive o Ceará, tem condições climáticas perfeitas. Quem garante é o Biólogo marinho Alexandre Coelho (...). Ele diz que no ano 2000, de cada dois camarões comercializados, um, ou melhor, 50 por cento, será proveniente de criatório. O que falta, na sua opinião, para se conseguir avanços, é uma mudança de mentalidade entre os empresários. (...) Os camarões silvestres rosa (*P. vannamei*) e branco (*P. sublitellus*) crescem pouco em cativeiro. O mais rentável, com excelente perspectiva para exportação é o camarão branco do Pacífico, que atinge 15 gramas de peso com três meses, enquanto os outros chegam a oito ou 10 gramas com quatro meses. (O POVO, 1992).

Essa reportagem mostra as condições favoráveis que o estado do Ceará apresenta para o cultivo do camarão. E segue dando destaque às ótimas perspectivas para a comercialização do camarão e da Carcinicultura. Mais uma vez a atividade camaroneira sendo apresentada como um negócio excelente.

É importante ser destacado um aspecto que se repetiu em várias reportagens citadas. O discurso sendo legitimado por quem tem a autoridade legal sobre o assunto, no caso da Carcinicultura, são biólogos, engenheiros de pesca que vão ser entrevistados. Não encontramos a opinião dos pescadores artesanais e das comunidades locais e de seus conhecimentos.

Sobre isto Mouilland (1997) diz: “a fonte é instituída como uma referência. O efeito produzido, na intencionalidade do enunciado, é aquele de um lembrete do *status* do locutor. Assim, a estratégia da citação funciona como um lembrete do *status* dos locutores investidos da autoridade de um poder-dizer” (p. 131).

A estratégia de usar pessoas “legais ou autorizadas legalmente” para serem entrevistadas e falar a respeito do camarão pode ser uma ferramenta poderosa para construção da representação da Carcinicultura como uma atividade promissora. A busca do conhecimento científico pode possibilitar uma maior

legitimação dessa atividade econômica por parte dos empresários. Assim, as reportagens vão tornando-se um instrumento eficiente na formação da opinião pública. E o jornal vai “criando a imagem da Carcinicultura”.

Voltando à temática da *Atividade em Expansão*, cito mais uma reportagem. Com o título *O crescimento do camarão no Ceará*.

Criação de camarões está sob expansão no Estado

A criação de camarões tem como efeito colateral, a preservação da espécie, afastando o perigo de extinção. Será que a experiência poderia ser feita com a lagosta?

ELIZABETH JAGUARIBE
da Editoria de Cidades

Uma nova atividade econômica está em expansão no Estado: a criação de camarões (carcinocultura) marinhos em cativeiro. Embora ainda num estágio inicial, a atividade já foi assumida por alguns produtores, distribuídos nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Pirangi. As expectativas de crescimento da carcinocultura no Ceará são promissoras. É o que acredita a engenheira de pesca Fátima Vilanova, projetis-

ta de fazendas de camarão marinho e de água doce.

Segundo ela, o Nordeste tem sido apontado como a região mais favorável para a carcinocultura por suas características climáticas, as quais permitem o cultivo durante todo o ano, e pela qualidade das águas estuarinas, que garantem uma maior produtividade biológica e salubridade. Em termos internacionais — conforme Fátima — o crescimento da indústria de criação de camarão cresce em vários países, visando a atender a uma demanda mundial que é de 200 mil toneladas.

EXPORTAÇÃO

O Brasil possui cerca de 30 fazendas de criação de camarões marinhos em cativeiro, a maioria no Nordeste, perfazendo três mil hectares de viveiros, com uma produção de duas mil toneladas anuais. A maior parte da produção se destina ao mercado exterior, constituído,

principalmente, pelos Estados Unidos com o preço do quilo variando entre US\$ 6,00 e US\$ 8,00.

Apesar da atividade ser recente no Brasil (o Estado do Rio Grande do Norte foi o pioneiro nas pesquisas e criação do camarão, tendo iniciado os estudos na década de 70 e a produção em escala comercial a partir de 1982), em outros países, como os asiáticos a carcinocultura já é tradicional, acumulando alguns séculos de experiência. A criação em escala comercial, entretanto, é recente, datando dos anos 60 no Japão.

Os países do sudoeste da Ásia que se destacam na carcinocultura marinha são a Tailândia, Indonésia, Filipinas, Singapura e Malásia. Na América Latina, países como o México, Panamá, Costa Rica, Equador, Peru e Brasil são os primeiros. Os dois maiores produtores mundiais são Equador, com 20 mil toneladas anuais, e Formosa, com 18 toneladas/ano

Figura 9. O crescimento do camarão no Ceará.

Na Figura 9, a reportagem veicula a Carcinicultura como uma atividade benéfica para a conservação das espécies e da natureza, inclusive “afastando o perigo da extinção”. Destaca a atividade em expansão com elevadas expectativas de crescimento. Mais uma vez, aparece à opinião de técnico, no caso da reportagem

aqui citada, uma engenheira de pesca, dando sua opinião sobre a atividade que, segundo ela, “a Carcinicultura é altamente viável e lucrativa para o Nordeste”.

O cultivo do camarão é mostrado, além de uma ótima opção econômica, como uma boa oportunidade para o Nordeste. Tratando-se de uma atividade que não provoca danos ambientais, pelo contrário, a atividade é vista como benéfica à natureza.

Nesse período, a questão da problemática ambiental não fazia parte da agenda pública³⁵. “O ambientalismo brasileiro, então denominado pejorativamente de ‘ecologismo’, era incipiente, pouco conhecido como ideologia, pouco vivido como prática social, pouco pensado como atividade intelectual ou de pesquisa” (Crespo, 2003, p. 61). Para muitos autores, nesse período, ser ambientalista significava defender a natureza formada somente pela fauna e flora.

A problemática ambiental envolve inúmeras questões de extrema complexidade. Para Gonçalves (1998) “o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens” (p. 23). Ainda, segundo o autor, “a natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem sempre todos os homens são proprietários da natureza” (p.26).

Deste modo, os recursos naturais vão sendo consumidos pela atividade camaroneira com a conivência do Estado. Para Leff (2001), “a natureza converte-se assim num meio de produção, objeto de uma apropriação social, atravessada por relações de poder” (p. 66).

Ao longo de toda essa discussão sobre a atividade camaroneira, merece especial destaque a atuação governamental na Zona Costeira do Ceará no estímulo à atividade. Entender o papel do Estado no processo de produção espacial é fundamental, de acordo com Moraes (1999), o Estado é o principal agente impactante da Zona Costeira brasileira.

Inicialmente, por meio da legislação, ele cria limitações, impedindo ou induzindo os usos do solo, que influem diretamente no processo de sua ocupação. Mediante o planejamento, ele busca orientar as tendências presentes, direcionando-as para padrões sustentáveis de uso ou estimulando a devastação. E, pela gestão, os agentes estatais buscam mediar ou intervir nos conflitos de usos existentes, apoiando o

³⁵ Agenda Pública são os assuntos veiculados pela mídia e que passam a fazer parte do nosso cotidiano.

estabelecimento de consensos possíveis ou intercedendo por uma das partes, por meio da criação de fóruns de exame e legitimação de planos e projetos ou abrindo exceções nos próprios limites estabelecidos (p. 25).

Da mesma forma como aconteceu no primeiro período, neste segundo, repete-se a busca pelo desenvolvimento econômico a qualquer custo, não interessando o prejuízo social/ambiental desse desenvolvimento.

Embora o preço que se tenha que pagar seja demasiadamente alto, com relação à questão da conservação ambiental passava-se longe. Com referência a isso, evoco Moraes (1999) que diz, “tomava-se claramente aquela visão colonial de que o território brasileiro era um espaço a conquistar a qualquer custo, e que o patrimônio natural era infinito” (p. 42).

O Estado pode ser apontado como responsável pelas conseqüências dessa política adotada. Para Moraes (1999), “tem-se a ação estatal com sua capacidade de eleger lugares de investimentos prioritários, dotando-os de qualificações que determinam seu uso futuro” (p. 41). Assim o Estado vai induzindo a estruturação necessária para a atividade.

A partir das medidas implementadas pelo Governo, via incentivos, legislações, planejamentos, financiamentos e outras medidas políticas e econômicas, é que teremos a utilização dos espaços e sua exploração. Lanço mão aqui das palavras de Moraes (1999), que diz:

(...) Na verdade, na maioria dos casos, a incorporação desses espaços pela economia nacional demanda atuação do poder público, por exemplo, para criar as condições de acessibilidade às áreas em questão. A dotação de equipamentos e infra-estrutura sela o destino de tais espaços, no sentido de sua rápida exploração. O critério para a seleção de tais lugares varia conforme o uso projetado, podendo ser tanto o sítio portuário em face da proximidade de uma área de exploração mineral, quanto a beleza cênica no que importa a um uso turístico (p. 41).

Desse modo, podemos constatar que o Estado atuou, desde o início, no estímulo via financiamentos e incentivos de diversas naturezas para o desenvolvimento da Carcinicultura. Também fica evidente nas análises que não houve a preocupação com as questões sociais e ambientais que essa atividade pudesse alavancar. Nas reportagens, é clara a posição do Estado: o que interessa é o lucro, é a geração de riquezas. E é essa a idéia que o jornal também transmite ao

seu leitor. É a partir das reportagens veiculadas com esses dizeres, que boa parte do público formará sua opinião a respeito da Carcinicultura.

Os discursos desse segundo período ainda permanecem mostrando a atividade como muito promissora tanto para a sociedade, quanto para a economia do nosso Estado. A Carcinicultura continua sendo apontada como uma importante atividade desenvolvimentista, já que se trata de uma atividade voltada quase que exclusivamente para o mercado externo.

Outro marcador enunciativo trata da Carcinicultura articulada como proteção ambiental. A reportagem *Implantação envolve proteção ambiental*, na Figura 10: *A Carcinicultura e a natureza*, mostra isso.

Implantação envolve proteção ambiental

A engenheira de pesca, Fátima Vilanova dá algumas dicas sobre o cultivo de camarão marinho em cativeiro:

1. A implantação de fazendas de cultivo de camarões marinhos deve ser antecipada de estudos técnicos para a seleção da área, no tocante aos aspectos climáticos, pedológicos, da qualidade da água e da infraestrutura de apoio à atividade. Além disso, deve observar as determinações da legislação ambiental com relação à preservação dos mangues e das espécies de camarões encontrados em ambientes naturais.
2. As fazendas de criação de camarões marinhos são implantadas nas regiões litorâneas, próximas às desembocaduras de rios, na área de influência diária das marés. São áreas conhecidas como salgados, que margeiam os mangues. As salinas também podem ser convertidas em criatórios.
3. Satisfeitos os requisitos básicos, o interessado deve procurar um profissional habilitado, para elaborar o projeto de implantação da fazenda de cultivo. Este projeto deverá contar as informações referentes à viabilidade técnico-econômica do empreendimento, plantas dos viveiros e da infra-estrutura básica, além da tecnologia empregada na criação.
4. O dimensionamento do projeto dependerá de disponibilidade de áreas favoráveis para a implantação da fazenda, do tipo de cultivo que se pretende desenvolver (extensivo, semi-intensivo ou intensivo), da produção que se deseja alcançar e, naturalmente, dos recursos que disponha para os investimentos. Dependendo das características do projeto, o investimento mínimo é de NCz\$ 15 mil por hectare de viveiros.

Figura 10. A Carcinicultura e a natureza.

A questão ambiental é destacada e passa a ser apresentada como uma temática recorrente nas reportagens desse período. A matéria evidencia que agora, segundo a engenheira de pesca, na implantação dos viveiros tinha-se a preocupação com a questão ambiental.

A declaração da engenheira de pesca, Fátima Vilanova, leva a acreditar que o processo de implantação da atividade camaroneira dá-se de forma a preservar o ambiente. E que atividade é monitorada, não provocando danos à natureza.

Observa-se isso, logo no início da reportagem, pelo seu título que funciona como uma alusão à implantação da atividade que é acompanhada com respeito às questões ambientais. Que para a implantação dos viveiros/tanques tenha-se a preocupação com o ambiente, que se realizava estudos técnicos, respeitava-se à legislação ambiental com relação à preservação da natureza. Outra vez é sugerida pela reportagem a utilização de salinas para a criação de camarão.

E assim vai sendo produzida e reproduzida a imagem de uma atividade “ecologicamente correta”, a qual permanecerá até o terceiro período analisado.

Em muitas reportagens, exemplificadas seja através de figuras, seja em forma de citações nos diferentes períodos, o jornal chama a atenção para a questão da utilização de áreas de mangues, salgados e apicuns, sendo inclusive sugerida e estimulada a prática da atividade nesses locais.

É importante destacar que, já na década de 80, começa a aparecer os primeiros indícios na sociedade de questionamentos e preocupação com as questões ambientais. É claro que de maneira ainda muito tímida. Com a nova Constituição Federal (1988), e, a partir daí, o surgimento de novas constituições estaduais, leis orgânicas municipais, todas preocupadas com o propósito de estabelecer as medidas e os procedimentos corretos, vão direcionando-se para a questão ambiental também como questões problemáticas.

Neste mesmo tempo, ocorre a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e o surgimento de várias Organizações Não-Governamentais ambientalistas (ONGs).

Ao longo do primeiro período (1978-1984), e mesmo do segundo período (1990-1994), as preocupações com a natureza eram vistas e encaradas como oposição ao desenvolvimento até pelo Governo. “No Brasil, o movimento ecológico emerge na década de 1970” (Gonçalves, 1998, p.13).

Com relação ao ambientalismo Crespo (2003), nos diz:

Embora tenha se desenvolvido primeiro em países do hemisfério norte para depois se tornar um movimento histórico global, o ambientalismo se manifesta em cada país de acordo com as condições socioculturais das sociedades locais, adquirindo nessa ambiência nacional ou local características transformadoras ou meramente discursivas (p.63 - 64).

Na década de 90, ocorre a Eco 92, a Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, onde o Brasil assinou vários

tratados para buscar condições ambientais melhores. Outro importante passo para a questão ambiental em nosso território foi à criação do Ministério do Meio Ambiente, no governo de Itamar Franco. Sem sombra de dúvidas que todas essas instituições e mecanismos desenvolvidos a partir daí irão dar início a uma mudança de mentalidade em nosso país.

Em dez anos (1992–2002) foi impressionante a mudança de mentalidade da sociedade em relação às questões ambientais. Podemos apontar a Rio-92, como um dos agentes impulsionadores dessa mudança de consciência.

Assim, a partir da década de 90, a preocupação com os impactos ambientais, de estilos de vida e consumo das sociedades ganha notoriedade e destaque. A problemática ambiental torna-se uma preocupação neste final de século XX. Desde a explosão dos movimentos ambientalistas, ocorridos na década de 80 até o presente, ocorreram inúmeras transformações, tanto na conscientização da sociedade com relação à defesa e conservação do meio ambiente, quanto nos agentes responsáveis pela degradação ambiental.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992 foi elaborado “um programa global (conhecido como *Agenda 21*), para regulamentar o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade” (LEFF, 2001, p. 20).

Nesse sentido, a problemática ambiental foi tomando a “agenda-pública”, virando notícia constante nos diferentes meios de comunicação (jornais, televisão etc.). Pode-se afirmar que a Eco-92 foi um marco para a questão ambiental no Brasil, os assuntos relacionados à natureza e ao ambiente vão ganhando paulatinamente a mídia. Aumentando consideravelmente seus espaços nos diferentes tipos de midiáticos.

Mas esses dizeres não estão contemplados nas reportagens desse período analisado, mostrando uma desarticulação entre o jornal, com os governos locais e com os novos enunciados discursivos, propostos por outras instituições sociais e governamentais. Eles somente serão contemplados no jornal, a partir do terceiro período, que será analisado mais à frente. Nele teremos as primeiras reportagens tratando das questões ambientais. Assim, no próximo período, iremos perceber um deslocamento discursivo sobre as problemáticas ambientais.

Os avanços nas questões ambientais propostos pela Eco-92 serão comprometidos nos governos de Fernando Henrique (1º mandato: 1995-1998, o 2º

mandato:1999-2002). Durante todo o seu governo, voltou-se à atenção, mais uma vez, priorizando as questões econômicas e esquecendo-se das ambientais, assim como das questões sociais. E praticamente não avançamos nesses aspectos.

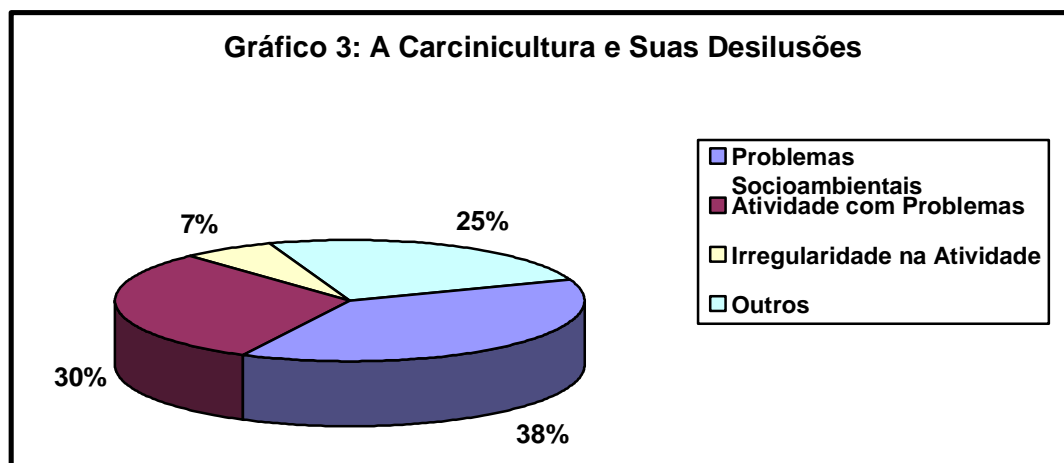
5.3 O SONHO ACABOU – 2000 A 2004

O terceiro período compreende os anos de 2000 a 2004. O marcador discursivo será a questão ambiental com outros enunciados, embora ainda articulados a dizeres da Carcinicultura, como uma atividade que gera lucros e desenvolvimento, mas que já sinalizam para conflitos ambientais.

Assim, percebe-se ao longo desse período o deslocamento dos referentes discursivos para outros entendimentos. Que o desenvolvimento e lucratividade gerados pela atividade camaroneira, tão festejados e mesmo cobiçados nos períodos anteriores, não são os únicos resultados gerados pela atividade; que além desses já apresentados, a atividade vem acarretando graves problemas ambientais, sociais e mesmo econômicos.

As reportagens agora vão explorar mais a Carcinicultura como uma atividade que causa danos ao meio ambiente, que provoca conflitos nas comunidades envolvidas com a atividade.

No Gráfico 3: *A Carcinicultura e Suas Desilusões* apresenta um panorama geral das reportagens deste período e evidencia três eixos de recorrência das principais matérias veiculadas.



Fonte: O POVO, 2000-2004.

Os três principais focos temáticos dessa etapa revelam que, das 92 matérias jornalísticas analisadas, 35 referem-se a problemas socioambientais gerados pela atividade, correspondendo a 38%; 28 referem-se à atividade com problemas, correspondendo a 30%; seis referem-se a irregularidades na atividade, correspondendo a 7%; 23 trazem outros focos, correspondendo ao percentual de 25%.

É importante destacar que se observa nas reportagens em que uma única delas vai abordar mais de uma temática das apresentadas no gráfico. Em algumas das reportagens, às vezes, podemos verificar os três eixos.

O maior número de reportagens refere-se a problemas socioambientais, na intitulada, *Financiamento da Carcinicultura* que comenta:

Carcinicultura financiada

RECURSOS DO BNB | A carcinicultura cresce a passos largos no Ceará. No litoral Oeste, o destaque é para criações em Acaraú e Amontada. Neste município, dois empresários estão iniciando e ampliando viveiros de camarão



FCO FONTENELE

Manoella Monteiro

enviada a Acaraú e Amontada

Da sede de Amontada seguindo a carroçal, que é uma CE, com destino à praia de Icaraí, tratores e grandes pedras indicam que obras estão em andamento. Na Fazenda São Bento a quantidade de viveiros está sendo ampliada. Serão 22, em uma área de 83 hectares. Toda a produção, segundo um dos sócios Roberto Mesquita, é exportada. A estimativa é despéscar este ano 700 toneladas de camarão.

Apesar da obra, a fazenda está em plena atividade e emprega 80 pessoas. A despéscar é semanal, preferencialmente quando não existe mais sol. Roberto Mesquita explica que na cabeça do camarão está uma substância que reage com a luz solar e deixa o crustáceo avermelhado, o que não agrada o mercado externo. A meta é ampliar o negócio e investir no mercado interno, inclusive com a abertura de uma loja

para vender camarão mais barato em Fortaleza.

Outro empresário que está investindo na carcinicultura em Amontada é Gentil Linhares. Os viveiros ainda estão em construção. Além de se dedicarem à mesma atividade, no mesmo município, os empresários têm outra afinidade: solicitaram crédito para seus negócios no Banco do Nordeste (BNB).

O grupo G & F Maricultura Ltda, de Gentil Linhares, conseguiu a liberação de R\$ 3 milhões, segundo o BNB, que serão direcionados para a construção de viveiros de engorda, diques, canais de abastecimento e drenagem, tanques-berçários, depósitos, instalação elétrica, aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, entre outros itens.

Ainda segundo o Banco, o projeto vai gerar cerca de 50 empregos diretos, devendo explorar área de 49,5 hectares em 17 viveiros de engorda e quatro berçários. A produção anual prevista é de

579,1 toneladas/ano na estabilização do empreendimento, localizado nas imediações do estuário do rio Aracatiaçu.

Para o BNB a atividade é de grande importância para o Nordeste, o que justifica o financiamento de criações. Na região, a área de cultivo de camarão experimentou expansão de 318% entre 1997 e 2003, alcançando 14,8 mil hectares. Os níveis de produtividade passaram de pouco mais de uma tonelada para até seis mil ao ano no mesmo período, o que indica o aperfeiçoamento dos processos tecnológicos empregados na atividade.

No ano passado, o setor exportou 58,4 mil toneladas de camarão com faturamento de US\$ 226 milhões. O camarão é o terceiro principal agronegócio do Ceará, que é o primeiro estado no País em produtividade. Em 2003 as exportações cearenses cresceram 47,8% comparadas ao mesmo período de 2002. O volume exportado foi de US\$ 80,9 milhões.

Figura 11. Financiamento da Carcinicultura.

Nesta Figura 11, fica evidente o novo rumo adotado pelo jornal na abordagem da Carcinicultura, embora, inicialmente, apresente a atividade com um enfoque estrutural e econômico, e em plena expansão, com expectativas positivas de crescimento e lucratividade, sendo apoiada e financiada pelo Estado através do Banco do Nordeste (BNB). Após argumentar toda a parte animadora da

Carcinicultura, finaliza a reportagem trazendo a questão ambiental, expondo alguns impactos negativos provocados pela atividade.

Chamo a atenção para o posicionamento do Estado ao fazer uma retrospectiva da Carcinicultura. Desde o primeiro período vamos perceber seu posicionamento se modificando, principalmente, neste terceiro período, opondo-se ou mesmo se contradizendo.

O Estado, nos dois primeiros períodos, posiciona-se totalmente a favor da atividade camaroneira através de suas instituições e mecanismos, por meio de incentivos, financiamentos, apoio técnico etc., e, agora, neste terceiro período, tem sua posição em relação à atividade deslocada para outros entendimentos.

À medida que o Estado, através do Banco do Nordeste (BNB), financia vários empreendimentos, libera licenças e assim continua a estimular a atividade. O mesmo Estado, através da Universidade, IBAMA, Ministério Público e SEMACE, passa a condenar a forma como a atividade vem sendo desenvolvida. Essa contradição pode ser verificada em várias reportagens deste período.

Nesse sentido, observa-se que as diferentes instituições governamentais (IBAMA, COEMA, SEMACE, Universidades), passam a ter um novo olhar, o qual é contrário às instituições bancárias ligadas ao Estado sobre a atividade camaroneira. Isso em virtude de alguns desses órgãos se posicionarem contra a atividade, mostrando como ela vem sendo praticada, e outros seguirem as mesmas práticas dos períodos anteriores, que evidencia como são complexas e paradoxais as políticas públicas.

O surgimento dessa nova abordagem sobre as questões socioambientais e a busca de uma solução para os problemas relacionados à exploração desenfreada dos recursos naturais passam a estar presentes nas reportagens. Isso é gerado pelo recente entendimento pela sociedade/instituições da necessidade de proteger os bens naturais para a nossa sobrevivência e a das gerações futuras. De acordo com Diegues (2000), “as questões ambientais e, em particular, as relacionadas à conservação da natureza estão entre as mais críticas para a Humanidade nesse início de milênio, pois afetam as condições de sobrevivência da vida sobre a terra e as relações entre grupos sociais e sociedades” (p. 1) passam a estar em pauta.

Novos olhares são lançados sobre a atividade. Podemos verificar diversas reportagens que abordarão a Carcinicultura por estes ângulos. A reportagem *Aumentam as exportações e a devastação ao meio ambiente* comenta que:

O cultivo do camarão em cativeiro no Estado exportou no ano passado US\$ 30 milhões, e a perspectiva é de crescimento para este ano. Com o clima propício e terreno farto para a exploração da Carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro), o Nordeste é responsável hoje por 97% da produção do setor no País. De acordo com dados da Associação Brasileira dos Criadores e Exportadores de Camarão (ABCC), a região exportou no ano passado US\$ 105,956 milhões, apresentando crescimento de 47% em relação ao ano anterior. (...) Os números são favoráveis e as perspectivas animadoras em relação ao futuro da produção de camarão em cativeiro no Ceará. Essa tendência de aumento, porém, apresenta reflexos negativos imediatos no meio ambiente. Por conta do "boom" da produção, que teve início em 1998, muitos dos projetos de Carcinicultura cearenses foram feitos sem o devido controle ambiental. Responsável pelo licenciamento ambiental para a exploração do cultivo, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), reconhece que não tem hoje como avaliar os impactos causados pelo aumento da produção de 1998 até agora. No setor de liberação do órgão, desde aquele ano, 60 empresas estão aptas a realizar o cultivo de camarão no Estado e 254 aguardam autorização. O número de empresas liberadas pela Semace, no entanto, parece não representar a realidade do que vem acontecendo. Segundo a Associação Cearense de Criadores e Exportadores de Camarão (ACCEC), aproximadamente 90 empresas, entre pequenos produtores rurais e grandes exploradoras, já estariam atuando no Ceará. Um dado mais alarmante em relação à clandestinidade é apresentado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). Nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, o órgão promoveu uma ação nas áreas do Estado onde se explora a Carcinicultura. O resultado foi considerado alarmante. Ao todo, 53 empresas foram autuadas, sendo a maioria por estar atuando sem o licenciamento ambiental da Semace. Além da gravidade da falta de licenciamento ambiental, das empresas autuadas, afirma Sérgio Castro, assessor da gerência executiva do IBAMA, há algumas notificadas também por degradarem o meio ambiente (...). (O POVO, 2002)

Nessa reportagem, é mostrada ao mesmo tempo a atividade como negócio lucrativo e vantajoso para o Ceará, com condições animadoras de crescimento, mas no seu desenrolar outros enfoques são introduzidos. O primeiro questiona os reflexos negativos no meio ambiente provocado pela atividade. O segundo mostra a atividade fora de controle e provocando muitos danos ao meio ambiente.

Isso leva a um reconhecimento não só da importância dos ambientes litorâneos para o desenvolvimento social e econômico, como também da sua significativa vulnerabilidade. Na atualidade, temos a ciência, através de vários estudos, afirma que a abundância está dando lugar à escassez, em um ritmo nunca

visto antes, e a conflitos ocasionados pela utilização desmedida desses ecossistemas.

Temos então uma mudança substancial nos marcadores discursivos, neste terceiro período, pelo jornal em suas reportagens. O que antes era retratado como uma coisa muito boa para o Estado e para a sociedade como um todo, passa, na atualidade, a ser encarada mais como uma problemática do que uma solução.

Além da reportagem citada, existe ainda nesta mesma edição a publicação de outras duas reportagens que reforçarão a questão ambiental como problemática. São as reportagens *Explosão em área de mangue e Prejuízos financeiros a longo prazo*. Destaco a seguir passagens destas reportagens respectivamente.

Explosão em área de mangue

Quarenta metros de extensão por cerca de seis metros de largura. Esse foi o efeito da destruição causada por uma explosão, no último dia 4, em um mangue às margens do rio Pirangi, em Beberibe, na altura da propriedade de Iran Coe Joventino. A explosão, que chegou a ser ouvida até a 18 quilômetros de distância e levantou lama do manguezal a uma altura de aproximadamente 20 metros, visava abrir uma “porta” para o Pirangi.

A intenção com isso era a instalação de um viveiro de camarão. No local já estavam montadas as paredes do criatório, que chegou a ser feito inicialmente utilizando-se um trator. Na área atingida, o cenário é desolador. Vegetação em pedaços, lodo revirado, além de desfolhamento das árvores. Na Semace, o licenciamento ambiental do possível proprietário encontra-se cassado desde o início do ano.

Ainda no laudo da Semace, é atestado que “além de se tratar de um ato no mínimo irresponsável, o qual colocou em risco a vida de pescadores locais, a degradação não só amedrontou a comunidade local usuária daquela fonte de recurso hídrico, como afugentou a fauna local, eliminando a camada fértil naquele trecho, o que dificultará a regeneração natural das espécies nativas ali existentes a curto prazo”.

Iran Coe nega que as terras atingidas sejam suas. Mas os pescadores que pescam no mangue afirmam o contrário. Segundo pessoas que não quiseram ser identificadas, Coe teria fechado o acesso ao local se dizendo dono da área. Sobreviveriam da pesca do manguezal às margens do Pirangi famílias das comunidades de Guajiru, Paripueira, Pirangi, 4 Bocas, Coaçu, Recanto e Olho d'água — todas de Beberibe.

Fonte: O POVO. 2002

Figura 12. Devastação nos mangues.

Na Figura 12, *Devastação nos mangues* tem um caráter de denúncia ambiental, pois fala dos efeitos da destruição causada por uma explosão em uma área de mangue em Beberibe/CE para a instalação de um viveiro de camarão, e todo o rastro de destruição deixado.

É indiscutível que as conseqüências da Carcinicultura na atualidade são desastrosas e merecem punições. Infelizmente, os meandros jurídicos têm permitido que os causadores dos crimes ambientais fiquem, em sua maioria, impune e dando seqüência às práticas criminosas.

E quem vem pagando a conta e sofrendo as conseqüências são as comunidades que residem e dependem desses ambientes afetados. Essas comunidades se vêem, muitas vezes, sem seus meios de sobrevivência.

A reportagem seguinte *Prejuízos financeiros a longo prazo* diz:

A exploração da Carcinicultura em área de mangue tem se mostrado um ótimo negócio. A longo prazo, no entanto, a atividade já deu mostras do efeito destrutivo causado tanto ao meio ambiente quanto a própria exploração do produto comercialmente. Países líderes do setor, como Tailândia, Indonésia, Filipinas e Equador, são exemplos claros de que a falta de um rígido sistema de controle ambiental pode gerar prejuízos. Por conta da contaminação de seus viveiros, entre 1989 e 1999, a indústria asiática chegou a perder cerca de US\$ 1 bilhão. Na Tailândia, mais da metade das fazendas de camarão fecharam em menos de 10 anos. No Equador, o maior produtor do Hemisfério Ocidental, cerca de 150 mil hectares de mangue - metade da área total desse ecossistema - foram destruídos nos últimos 30 anos para a construção de viveiros de camarão, de acordo com o Greenpeace. Hoje, calcula-se que haja mais de 200 mil hectares de fazendas de camarão no Equador, e que 75% delas são ilegais. Em 1999, uma epidemia viral, chamada doença da mancha branca, quase dizimou a indústria. Como os viveiros foram construídos sem controle e muito próximos, a contaminação foi inevitável. A produção anual caiu de 130 mil toneladas, em 1997, para 45 mil toneladas no ano passado. No Brasil, a preocupação com a destruição dos manguezais pela Carcinicultura motivou em outubro do ano passado, em Maragogipe, na Bahia, um encontro sobre a questão. Para o professor de Biologia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Everaldo Queiroz, "a maior evidência do dano ambiental e social que a indústria produz está no exemplo do Equador, quando o governo resolveu interromper o processo, depois de analisar o estrago ao meio ambiente e à população da costa equatoriana que a Carcinicultura estava causando". Ele destacou ainda que, na costa brasileira, mais de 6.500 hectares estão sendo ocupados por criatórios de camarão, que já teriam expulsado mais de três mil famílias (O POVO, 2002).

Essa reportagem, também trata dos prejuízos provocados pela atividade. A reportagem afirma que "A exploração da Carcinicultura em áreas de mangue tem se mostrado um ótimo negócio, mas, a longo prazo, já se mostra muito danosa ao

meio ambiente e mesmo à sua comercialização“. Exemplos disso pelo mundo, segundo a reportagem, não faltam. Inúmeros países que, ao praticarem a atividade camaroneira sem o mínimo de preocupação com a natureza e com a falta de um sistema de controle ambiental, permitiram que seguissem por caminhos sem volta.

Seguindo com as análises, menciono a Figura 13, *Os camarões estão doentes*:

Levantamento fará mapa das enfermidades do camarão

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) vai trazer, entre outras informações, também o mapa das enfermidades do camarão de cativeiro no Ceará. No documento, respostas para questões até agora polêmicas: quando e onde surgiu e qual a gravidade?. Para Soraya Vanini, do Instituto Terramar, o alerta já foi dado. Segundo ela, em 2003, O Ceará assistiu (nas bacias do Jaguaribe, do Pirangi, na região de Camocim e Acaraú) a chegada de uma doença que se caracteriza pela necrose do corpo do camarão. “Os carcinicultores cearenses trabalham com uma produtividade acima da média nacional e o adensamento nos criatórios traz as

enfermidades”, explica. Na opinião de Soraya, as doenças que atingem o camarão cultivado podem atingir também outros crustáceos e contribuir para a diminuição de populações naturais, por exemplo, de caranguejos. Também peixes. Ela chama a atenção para um risco ainda maior. O de ocorrer o mesmo (enfermidades, como a citada “necrose muscular”) na nova frente de expansão nordestina do camarão branco do Pacífico (o *Litopenaeus vannamei*), que é o Maranhão. “Até bem pouco tempo esta atividade estava proibida lá, um estado com 50% das áreas de manguezais do Brasil e sítios de importância internacional para a conservação de áreas úmidas”, diz.

A técnica lembra um país que foi um dos grandes produtores mundiais, o Equador, “mas hoje é prudente produtor, após ter tido sua produção arrasada pela mancha branca em 1999”. No Labomar, o especialista em patologia de camarão marinho cultivado, Pedro Martins, explica que a ocorrência da “necrose muscular” tem forçado os produtores cearenses a reduzir a densidade (número de indivíduos por metro quadrado) nos viveiros. “É uma doença nova que veio do Piauí (registros semelhantes também na Ásia) e que tem relação com as condições de criação do crustáceo”, diz. Segundo ele, não há saída: “vamos ter que aprender a conviver com a doença”. (AA)

Fonte: O POVO. 2004

Figura 13. Os camarões estão doentes.

De acordo com o Diagnóstico sobre a Carcinicultura, elaborado pelo IBAMA (2005), no estado do Ceará mais da metade dos empreendimentos

camaroneiros já enfrentaram o Vírus da Necrose Idiopática Muscular (IMNV) mais conhecido como mancha branca.

A síndrome surgiu em fazendas de camarão em países do sudeste asiático e seus efeitos são devastadores. Esse vírus deixou um rastro de destruição por onde passou: China, Japão, Tailândia, Taiwan, Índia, Filipinas, Indonésia, Sri Lanka e vários outros.

A doença recebeu essa denominação em virtude dos camarões infectados pelo vírus apresentarem manchas brancas em seu exoesqueleto e na sua epiderme, especialmente na parte dorsal do rostrum. A enfermidade pode causar mortalidade massiva no prazo de três a cinco dias (BUCHELI, s/d)

O equilíbrio ambiental tem relação direta com as epidemias. Quanto mais desequilibrado o ambiente mais susceptível a enfermidades ele estará.

Nesses exemplos, percebe-se que o deslocamento discursivo direciona-se para as questões ambientais e sociais e não mais como atividade lucrativa capaz de gerar desenvolvimento. Neles circulam enunciados sobre a diminuição da pesca artesanal, praticada próxima a estes locais, a pequena quantidade de mão-de-obra empregada e os baixos salários. É um discurso de denúncia, de cobrança, endereçado principalmente para as políticas públicas que incentivam essa atividade. Sobre isto Chamy (2002), fala que:

O interesse pelas questões ambientais penetrou no espaço político e social e a promoção do diálogo entre as ciências e outras formas de aquisição do conhecimento é fundamental para a obtenção de alternativas e estratégias que permitam o desenvolvimento racional, harmônico e democrático, a fim de viabilizar a sustentabilidade da sociedade e do meio ambiente do qual ela faz parte (p. 1).

A questão da sustentabilidade ganha notoriedade, ou melhor, ganha a agenda pública a partir do segundo período, ou no final do século XX. Para Leff (2001),

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para

chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção” (p. 15).

Examinar a problemática ambiental a partir da Geografia é penetrar num campo de debates. A natureza sempre se fez presente na história da Geografia. Desde seu estabelecimento como ciência, sempre foi alvo de sua preocupação mediante visões opostas. Atualmente os debates apontam para uma compreensão que ultrapassa este dualismo físico e humano, ao figurar a unidade do conhecimento geográfico.

O que se modificou muito foi o significado de ambiente que segundo Mendonça (2001), até por volta do século XX a Geografia, e mesmo outras ciências, e a própria sociedade compreendiam-no unicamente do ponto de vista naturalista. Mas nas últimas quatro décadas a noção do ambiente foi incluindo o homem.

Nessa análise, lanço mão mais uma vez das palavras de Mendonça (2001), que diz “ao se pensar em ambiente, não se pode isolar a sociedade enquanto sujeito, elemento fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea” (p. 117). Ele ainda comenta que nem todo o estudo geográfico pode ser ambiental, sendo necessário, para tanto, que emane “de situações conflituosas, decorrentes da interação natureza e sociedade, explicitem degradação de uma ou ambas” (p. 124).

Também o autor alerta que essa interação natureza e sociedade, nos estudos relacionados às problemáticas ambientais, originaram uma nova corrente do pensamento geográfico que foi denominada Geografia Socioambiental.

Atualmente a Geografia Socioambiental imbricada nas matérias do O POVO é denotada e divulgada sob uma relação conflituosa entre a prática da atividade nas áreas e a natureza-comunidade, tolerando a ocorrência de uma degradação ambiental.

A concepção de que na natureza, os recursos naturais são infinitos e a lógica de que o mercado determina qual o valor de um determinado espaço ou recurso, norteia a relação da sociedade capitalista com a exploração dos recursos naturais (CAVALCANTE, 2005). Essa visão tem colaborado para justificar os abusos e as agressões socioambientais ocorrentes nos espaços, tanto no nosso Estado como no de várias partes do mundo.

Para Moraes (1999) “o lugar qualifica-se economicamente pelos bens que abriga, mas também por sua localização e caracterização geral (esta, advinda da consideração da totalidade de recursos ali disponíveis, e não de cada um individualmente considerado). É em face desse quadro, que se define a vocação de um lugar e suas vantagens comparativas.” (p. 15).

Referente a isso, a opinião de Diegues (2000) diz que as instituições governamentais demonstram uma grande resistência em começar a avaliar seus próprios modelos de conservação do mundo natural e de sua biodiversidade.

Um outro ponto importante que merece destaque nas reportagens é a questão da comunidade denunciando problemas ambientais. Na matéria divulgada com título *Acaraú: pescadores denunciam degradação na zona costeira*, Figura 14, comenta-se que:

Acaraú: pescadores denunciam degradação na zona costeira

Moradores de Curral Velho, em Acaraú, denunciam a instalação de mais uma fazenda de cultivo de camarão na zona costeira do município. Segundo eles, as fazendas já existentes destruíram o mangue e fecharam o acesso às gamboas, que funcionam como porto para os pescadores. A única gamboa que resta livre é a de Curral Velho, daí a luta pela preservação do local

Quase toda a zona costeira do município de Acaraú, a 232 quilômetros de Fortaleza, está ocupada por fazendas de camarão - a carcinicultura. Segundo os moradores que sobrevivem da pesca, dos mariscos e também da vegetação local, a criação está destruindo mangues e gamboas (canal de maré na foz do rio), além de expulsar os moradores nativos, que ficam sem opção de trabalho. Apenas uma comunidade de pescadores, a de Curral Velho, continua resistindo ao avanço da carcinicultura. Ontem, alguns deles estiveram na Procuradoria Geral da República para conseguir

uma ação do Ministério Público pela preservação da única gamboa livre que lhes restou.

A comunidade de Curral Velho é formada por 500 famílias, com cerca de 2.500 pessoas, que conseguem se manter há anos através da pesca, dos mariscos e da confecção de chapéus com folhas de carnaúba. No mangue, eles também criam gado e cultivam mandioca, coqueiros e cajuzeiros. Segundo os moradores, há quase três anos, os mangues e gamboas do Acaraú estão sendo ocupadas pelas fazendas de camarão de empresários da região. "Muitas famílias venderam suas casas porque eles ameaçam mesmo. Acabou que tomaram

conta de tudo e com os viveiros colocados, impedem a passagem para as praias", afirma o morador José Édson de Souza.

Com vários trechos do rio tomados pela carcinicultura, os moradores denunciam que apenas Curral Velho está livre para os pescadores. O único porto do local é para 50 embarcações dos pescadores de Curral Velho e também para quase 300 outros que vêm de outras comunidades. "Agora estão querendo instalar uma fazenda de camarão em Curral Velho, já recebemos algumas ameaças e tá parecendo que vai dar briga grande, pois nós não vamos sair", diz o mora-

dor. O POVO não conseguiu o contato dos empresários de carcinicultura em Acaraú.

Apoiando a comunidade, o Fórum de Defesa de Zonas Costeiras, o Instituto Terramar, o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa estão elaborando um diagnóstico sócio-ambiental para fundamentar ações que possam impedir a implantação de mais uma fazenda de camarão em Acaraú. "Queremos a preservação do ecossistema manguezal, que vem sendo agredido pela carcinicultura através de desmatamentos e águas dos viveiros

despejadas no rio", diz o professor Jeovah Meireles, do departamento de Geografia da UFC.

Ontem uma comissão formada por representantes da comunidade e dessas organizações de apoio estiveram em audiência com o procurador da República Alessandro Cabral Sales. Ele encaminhou ao Ibama e ao Serviço de Patrimônio da União que sejam realizadas diligências no local para a identificação da área (se é do interesse da União), suas características e possíveis impactos ambientais. "Dentro de uns 15 dias essas informações devem chegar e então poderemos ajuizar uma ação para preservação do local", diz Sales.

Figura 14. O camarão é alvo de denúncias.

A Figura 14: *O camarão é alvo de denúncias*, mostra a Carcinicultura desencadeando problemas não só ambientais, mas, principalmente, sociais. E, sobretudo é trazida à tona, pela primeira vez, a questão do pescador, dos moradores das localidades onde foram instaladas as fazendas de camarão.

Faz-se pertinente aqui abrir um outro ponto para discussão, ao analisar o primeiro período, através das reportagens, que a comunidade não tem voz. Em

nenhum momento daquele período, é demonstrado o que população pensava. O jornal se encarregava de mostrar a Carcinicultura não apenas como uma possibilidade, através da fala das instituições, dos empresários, mas como a única saída de sobrevivência para as comunidades litorâneas que antes viviam do sal e da pesca e que, agora, vão viver do camarão.

Pelas reportagens do primeiro período, temos a idéia de que população que morava nas áreas litorâneas se ocupava exclusivamente da atividade salineira, o que não era verdade.

Diferentemente do que aconteceu no primeiro momento, agora, neste terceiro período, o jornal veicula a fala das comunidades pesqueiras, que denunciam os efeitos desastrosos da Carcinicultura em suas comunidades e em suas vidas. A fala dos pescadores é trazida à tona pela cobrança da nova mentalidade da sociedade e pela articulação dos movimentos sociais organizados, assim como pelas comunidades afetadas pela atividade camaroneira. As comunidades hoje se encontram organizadas e articuladas na luta pela defesa de sua sobrevivência. Um exemplo disso é o Fórum dos pescadores do Ceará e as inúmeras associações de pescadores que vêm surgindo nesta última década.

A atividade camaroneira modificou profundamente o cotidiano das comunidades pesqueiras. A atividade transformou as relações entre as pessoas da própria comunidade, como aconteceu em Curral Velho. Os moradores se envolveram em conflitos internos que geraram muitos problemas para essa comunidade.

A atividade passou a reger novas relações sociais, de trabalho. Impôs uma nova organização territorial no litoral cearense.

Dando seqüência às análises, a reportagem, *Comunidades exigem fiscalização*, onde se pode verificar a participação da comunidade neste período.

Os manguezais, ecossistemas que abrigam uma grande diversidade de seres vivos, estão sendo afetados pela Carcinicultura. A criação de camarões em cativeiro é uma atividade crescente no Nordeste e, no Ceará, atinge diretamente as comunidades pesqueiras que lutam pela preservação do patrimônio natural. A paródia, intitulado **Filhos Daqui** é cantada, em ritmo de xote, pela comunidade de Curral Velho, numa das formas de protesto contra a instalação de empresas de Carcinicultura na Zona Costeira de **Acaraú**, município a 252 quilômetros de Fortaleza, onde fica a localidade que abriga 76 famílias nativas. Calcula-se que, no município, já existem 1.100 hectares de viveiros construídos por 25 projetos de Carcinicultura. Em todo o Ceará, são sete mil hectares com 250 projetos de

instalações para o cultivo do camarão. Essa atividade, segundo as comunidades e ambientalistas, vem afetando diretamente os manguezais. E não só de Acaraú. Na Zona Leste do Estado, ouve-se o grito das comunidades de **Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí**. Sem contar a região do Jaguaribe - **Itaiçaba, Jaguaruana, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte**. No Nordeste, estão sendo afetados manguezais dos vizinhos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, além dos mangues da Bahia. Para denunciar o crime contra o meio ambiente que é a destruição dos manguezais e pedir a fiscalização do patrimônio natural e sua única fonte de sobrevivência, a comunidade de Curral Velho redigiu um documento destinado ao Grupo de Trabalho sobre Carcinicultura da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, às Comissões de Meio Ambiente e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Ceará e para órgãos fiscalizadores como o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente (IBAMA). (...) São nos manguezais brasileiros que, pelo menos, 70% das espécies de peixes exploradas economicamente, nascem, crescem e se reproduzem. (...) Eles têm um papel de filtro", comenta Soraia. Além disso, os ambientalistas e estudiosos lembram que a imensa quantidade de detritos vegetais nas águas salobras dos manguezais serve de alimento para microorganismos e também funcionam como base na cadeia alimentar (O POVO, 2003).

Percebemos, nessa reportagem, a preocupação com as comunidades litorâneas, a ênfase dada à problemática enfrentada pelas comunidades por causa da Carcinicultura. O risco enfrentado pelos manguezais, fonte de sobrevivência de várias comunidades pesqueiras. Mostra a articulação da sociedade na luta pela preservação dos ambientes. E principalmente mostra a atividade como uma agressora desses ambientes.

Para Silva (2005), "apesar de sua alta produtividade e importância econômica, a criação de camarão em cativeiro causa graves danos ambientais sobre a fauna e a flora nativas. Provoca, ainda, a redução das áreas de pesca para as comunidades litorâneas e ribeirinhas, trazendo assim graves problemas de ordem socioambiental" (p. 221).

Ao longo desse período, constata-se diversas reportagens com esse enfoque ambiental. Em outros casos, em uma mesma reportagem, a Carcinicultura é mostrada tanto sob aspectos benéficos como uma atividade que desencadeia danos de uma forma geral.

Na atualidade, a Carcinicultura passa a ser vista não mais como uma atividade redentora para o Nordeste, mas uma atividade que pode trazer mais prejuízos que benefícios. Assim a dúvida está lançada e cabe ao leitor tirar suas próprias conclusões.

Voltando à caracterização desse período, são predominantes as reportagens que vão tratar a Carcinicultura como produtora de danos ambientais.

Que a atividade gera lucros, isso é indiscutível, mas que os danos socioambientais são bem maiores, como podemos verificar na reportagem citada anteriormente, intitulada: *Aumentam as exportações e a devastação do meio ambiente*.

Muita discussão gerada, na atualidade, gira em torno dos danos ambientais, causados pela atividade e da sua ameaça à preservação da natureza, como se pode verificar na seguinte reportagem *Criação de camarão ameaça mangues no NE*:

Ambientalistas denunciam que a criação de camarão em Estados nordestinos está ameaçando a preservação dos manguezais. Mas o IBAMA considerou que a atividade no Rio Grande do Norte não fere a legislação ambiental. O camarão está se tornando um prato indigesto no Nordeste. Ambientalistas denunciam a invasão desenfreada de viveiros em manguezais, áreas que deveriam ser de proteção máxima. Grandes tanques com o crustáceo vêm ocupando o lugar das matas nativas, chegam a mudar o curso dos rios e avançam mangue adentro. O mais recente golpe veio de onde os ambientalistas menos esperavam. Na quinta-feira, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) considerou que o cultivo do camarão no Rio Grande do Norte não fere a legislação ambiental. Em setembro, o IBAMA enviou equipes aos Estados nordestinos para verificarem a situação dos viveiros de camarões. Relatórios de viagem do Rio Grande do Norte, Piauí e parte do Maranhão já ficaram prontos. No site do Ministério do Meio Ambiente, foi divulgada a nota com a conclusão da atividade no Rio Grande do Norte. Segundo ela, a maioria dos grandes projetos cumpre a legislação ambiental, "mesmo porque costumam ser financiados por entidades creditícias que exigem o licenciamento". "IBAMA? Que sigla é essa? É uma marca de geladeiras ou uma grife de roupas?", ironizou a professora, Yara Schaeffer-Novelli, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. Segundo ela, a nota é absurda e pode ser extremamente prejudicial para os manguezais. "Ela dá carta branca para que todas as atividades predatórias sejam consideradas legais. A nota ressalta ainda que "as principais agressões ambientais e transgressões da legislação ocorrem, geralmente, nas pequenas áreas, em atividades familiares". Segundo a SOS Mangue, a situação potiguar é a mais preocupante. O coordenador-geral da Gestão de Recursos Pesqueiros do IBAMA, Sebastião Saldanha Neto, disse que a nota é de responsabilidade da presidência do órgão. Segundo ele, a inspeção no Nordeste atende a um pedido do Conselho Nacional de Meio Ambiente (O POVO, 2001).

A reportagem vai tratar do risco provocado pela criação de camarão no Nordeste, a preservação dos manguezais. Saliencia que "o camarão está se tornando um prato indigesto no Nordeste". Também mostra os embates entre carcinicultores, órgãos ambientais e ambientalistas.

Um outro marcador nas reportagens desse período refere-se à liberação de licenças para o funcionamento das fazendas, mostrando um total desentendimento entre os órgãos responsáveis pela regulamentação, liberação e

fiscalização da atividade, bem como entre empresários e comunidade, entre empresários e órgãos. Na reportagem *SEMACE não sabe situação dos mangues*,

Rapidez com que empreendimentos na área da Carcinicultura estão se instalando no Estado preocupa a Semace. No momento, o órgão não tem condições de saber como se encontra a situação de nossos mangues. Uma força tarefa está realizando estudo para definir esse panorama. O problema do desenvolvimento sustentável da Carcinicultura no Ceará tem preocupado a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace). Sem condições atualmente de ter uma idéia de como está a situação, a superintendente do órgão, Michele Mourão Matos, afirma que a rapidez com que os empreendimentos têm se desenvolvido no Estado merece uma atenção redobrada. Para Michele, a questão principal não seria nem a quantidade dos viveiros, mas o tipo de impacto que estaria sendo causado aos recursos hídricos, já que o controle ambiental nessa atividade é fundamental, afirma. Hoje, segundo ela, não se sabe qual a real extensão de área de mangue no Estado, nem o que já teria sido destruído. (...) **"Se nos preocuparmos apenas com o lado repressivo, multando, corremos o risco de não atingirmos nosso objetivo, que é o desenvolvimento sustentável"**. Na visão da superintendente da Semace, conscientizar seria mais importante nesse momento, sob pena de daqui a alguns anos a atividade se esgotar comercialmente. "Eles querem o cultivo e nós queremos o meio ambiente, porque não podemos chegar a um acordo?", questiona. Independente do estudo, no início do mês de setembro a Semace irá reunir os diversos atores envolvidos com a questão para discutir a melhor forma de convivência entre empresários e órgãos fiscalizadores. (...) (O POVO, 2002) (Grifos meus).

Na reportagem fica evidente a ineficiência e/ou debilidade do sistema de licenciamento ambiental dos empreendimentos, ausência de fiscalização e intensificação dos processos de degradação ambiental. Mostra atividade fora do controle dos órgãos responsáveis pelo controle da atividade no Estado. A incapacidade do acompanhamento e fiscalização da atividade.

Esta não é a única reportagem do período que trata desta questão. Também se observa esta temática em outras reportagens deste período, como a intitulada *Está faltando controle*:

Uma explosão num mangue situado às margens do rio Pirangi, em Beberibe, no último dia 4, trouxe de volta a discussão sobre a criação de camarões em cativeiro (Carcinicultura), no Ceará. Esse tipo de atividade já vinha causando polêmicas por conta das denúncias de ambientalistas e comunidades de pescadores, tendo já merecido um editorial deste jornal, em abril passado. A reportagem do **O POVO** constatou a destruição ambiental provocada pela dinamitação do mangue do Pirangi, registrando-a em fotos para seus leitores. O pior de tudo, porém, foi descobrir que a Carcinicultura está sendo realizada, em grande parte, através de meios ilegais, alimentando a impressão de que há perda de controle sobre a atividade por parte dos organismos oficiais encarregados da supervisão do

meio-ambiente. As conseqüências desse descontrole são inequívocas: devastação de áreas de preservação ambiental (manguezais), constitucionalmente definidas, e a extinção de espécies animais dependentes desses ecossistemas, com reflexos na área social pela desestruturação de algumas comunidades humanas que deles dependem do ponto de vista econômico e alimentício. **É fora de dúvidas que a criação de camarões em cativeiro é uma atividade altamente lucrativa e que deve ser saudada como mais uma fonte de divisa para o Estado. Mas, com uma condição: que não seja uma atividade predatória do meio ambiente, comprometendo o patrimônio das gerações futuras, nem um meio de desestruturação social.** Será que no caso da Carcinicultura não é possível compatibilizar interesse econômico e patrimônio ambiental? É essa a resposta que a sociedade espera ter das autoridades estaduais e federais e isso só se consegue através da pesquisa e da transparência. A importância econômica não está em questão: somente no ano passado o Ceará exportou US\$ 30 milhões com a atividade. Resta saber se esses ganhos podem ser conseguidos sem a destruição de um ecossistema que tem valor estratégico para o equilíbrio ecológico da costa cearense, ajudando a proteger o litoral. (...) É preciso lembrar que países como a Tailândia, Indonésia, Filipinas e Equador assistiram, nos últimos anos, a devastação da maior parte de seus manguezais por conta da atividade predatória e indiscriminada de criadores de camarões, sobre os quais os organismos oficiais perderam qualquer controle. As perdas terminaram afetando a própria atividade e esses países passaram a registrar prejuízos na produção. (...) (O POVO, 2002) (Grifos meus).

A reportagem mostra a atividade causando polêmicas, sendo alvo de denúncias por parte de ambientalistas. E principalmente causando muita destruição aonde chega, sendo praticada de forma ilegal, praticamente sem controle e provocando inúmeras conseqüências. Destaca a importância econômica da atividade, mas lembra que, acima de tudo, tem que se preservar o meio ambiente. Dá continuidade falando dos lucros da atividade e dos prejuízos ambientais provocados pela Carcinicultura. Várias reportagens vão seguir esse modelo.

Para a instalação e funcionamento de um empreendimento de cultivo do camarão, é necessário uma Licença Prévia. Esta licença não permite nem a instalação nem a operação das fazendas. Em seguida tem-se uma outra licença a ser pedida que é a de Instalação, essa, sim, permite o início das instalações, e somente com a Licença de Operação é que o empreendimento pode funcionar. Estas licenças devem ser solicitadas, no caso do Ceará, na SEMACE - o órgão ambiental responsável.

No licenciamento prévio o empresário dá entrada na SEMACE que inicia o estudo técnico para definir os impactos ambientais. Em seguida, a SEMACE autoriza o projeto. Aí é emitida a Licença de Instalação. E o empreendedor, então, inicia a construção dos viveiros com o acompanhamento do órgão. Depois, a

empresa pede a liberação do projeto e a Licença de Operação permite a produção. Isto leva certo tempo, que pode ir de seis meses a um ano em média.

De acordo com o Diagnóstico da Carcinicultura do Ceará, elaborado pelo IBAMA, "foram encontrados diversos empreendimentos com fase de implantação em desacordo com a licença fornecida pela SEMACE, apresentando irregularidades e passíveis de sanções" (2005 p. 108).

A problemática, a cerca das liberações de licenças e fiscalização dos empreendimentos, é outro tema presente nas reportagens. A falta de fiscalização, de informação a respeito da atividade e o total desentendimento por parte do Governo e órgãos responsáveis são temas abordados com frequência pelo jornal. Apresento alguns exemplos em que se percebe isso. A primeira *Ouvidoria não tem dimensão da Carcinicultura no Ceará* comenta que:

Os órgãos de gerenciamento do meio ambiente no Ceará, como Ouvidoria do Meio Ambiente e Semace, não têm, hoje, a dimensão da Carcinicultura no Estado, nem das conseqüências da utilização das áreas de mangues na atividade. Um mapeamento dos criadouros em funcionamento está sendo realizado, e deve ficar pronto até o final do ano. Ouvidoria do Meio Ambiente não tem a dimensão da atividade da Carcinicultura no Ceará e nem dos prejuízos ambientais causados pelas instalações de viveiros em áreas de manguezais. (...) Para se ter um diagnóstico da situação da criação de camarão em cativeiro, a Secretaria aguarda os resultados do levantamento que deve ficar pronto até o fim do ano. As informações não são disponibilizadas nem mesmo pela própria Semace, responsável pela fiscalização. Segundo o órgão, há 60 empresas cadastradas para o cultivo, mas a Associação Cearense de Criadores e Exportadores de Camarão (ACCEC) diz que são 90 empresas funcionando entre pequenos produtores e grandes criadores. O secretário não quis comentar o desencontro entre os dados, mas confirmou a existência de criadouros ilegais. Gradwohl ressalta que a utilização de áreas de mangue para cultivo de camarão é ato criminoso. "Nós não vamos permitir a exploração de mangues. Não temos dado nenhuma licença para quem pensa em trabalhar em mangue". O secretário, que assumiu o cargo há três meses, não garante a inexistência de empresas licenciadas atuando nestas áreas: "Sobre a gestão passada não quero responder. Se a Semace chegou a permitir a instalação, errou. Mas não acredito". O secretário admite que a estrutura de fiscalização disponível atualmente é insuficiente. Ele diz que a Semace estaria sobrecarregada com função de fiscalização, operacionalização e gerenciamento do uso do meio ambiente. Hoje o monitoramento é feito com o sobrevôo de helicóptero, quando o ideal seria o acompanhamento por satélite do litoral para identificar as áreas degradadas. "Há crimes ambientais que nós temos consciência da existência e estamos resolvendo. (...) O secretário diz que a atividade está sendo prejudicada pela forma que está sendo apresentada: "Em função de um contexto ideológico, e do modo como tem sido divulgada, a Carcinicultura está sendo apresentada como um monstro, que não é. No atual momento político está havendo um 'desincentivo' a uma das atividades mais importantes para o Ceará. A cultura feita com responsabilidade é um dos melhores negócios para se colocar, principalmente, no interior do Estado" (O POVO, 2002).

Foi apresentada, na reportagem, a falta de controle e conhecimento das reais dimensões da Carcinicultura no Estado. A Ouvidoria-geral do Estado acusa a SEMACE de total desconhecimento da realidade. E merece especial destaque o final da reportagem que, depois de salientar vários aspectos da atividade, finaliza apontando que: “a atividade camaroneira, se bem gerenciada, pode ser o melhor negócio do mundo para o Estado”.

Verificam-se, ainda neste terceiro período, algumas reportagens que mesmo enfatizando toda a problemática acarretada pela atividade camaroneira ainda são encontrados o incentivo e a defesa a favor da mesma.

Um outro exemplo sobre essa questão aparece na Figura 15, *Em busca do controle*, que diz:

Banco de dados vai ajudar no controle da carcinicultura

Entidades envolvidas no desenvolvimento da carcinicultura e piscicultura resolveram se unir para combater a degradação dos recursos naturais. Prometem criar um banco de dados unificado, para facilitar o controle

Desorganização e falta de comunicação. Palavras bastante debatidas, ontem, durante a reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), na sede da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace). O tema em pauta era as falhas de mapeamento das áreas de cultivo da piscicultura e da carcinicultura no Estado, motivado, principalmente, depois das recentes declarações de Albert Gradvohl, titular da Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente do Estado (SOMA). Segundo o levantamento apresentado por ele, o poder público não tem dimensão dos prejuízos da exploração irregular dessas duas atividades.

Como as informações repassadas por outros órgãos interessados no desenvolvimento responsável em áreas de potencial produtivo se confrontavam com as oficializadas pela Semace, o Coema propôs a criação de um

banco de dados, composto por levantamentos de todas as entidades envolvidas. Por exemplo, a Semace indicava 60 empresas cadastradas para o cultivo, enquanto a Associação Cearense de Criadores e Exportação de Camarão (ACCEC) apontava 90. Já o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) denuncia a existência de 53 criadouros irregulares no Ceará.

“Diante dos dados, podemos dizer que vivemos num momento de urgência para um agrupamento de ações. Precisamos acabar com essa falta de sintonia”, ressaltou Gradvohl. Logo foram convocados órgãos como o Sebrae, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Embrapa, Cogerh, Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), entre outros, para somar as informações e traçar um programa de ação de disciplinamento e acompanhamento adequado do quadro atual das atividades

desenvolvidas nos espelhos d'água cearenses.

“Esperamos com isso fechar as brechas. Daqui a um mês, teremos um diagnóstico preliminar da situação”, afirmou Michele Matos, superintendente da Semace. Ela alegou que o descontrole é maior entre os pequenos produtores, que geralmente copiam as diretrizes dos grandes sem o preparo específico e necessário, ocasionando diversas agressões ao meio ambiente.

No próximo dia 30, haverá uma nova reunião, em que serão coletados os cadastros de cada entidade, para então formar o banco de dados. A idéia é, de imediato, organizar visitas em campo com a cooperação de todos os órgãos envolvidos. Segundo Michele Matos, as ações se voltarão, com maior atenção, para as atividades mais agressivas à natureza, por meio de encaminhamentos judiciais, mas a ordem geral é de total disciplinamento.

Figura 15. Em busca do controle.

A Figura acima comenta sobre a organização social em busca de informações e combate à degradação dos recursos naturais. A sociedade assumindo o papel de responsabilidade do Estado no gerenciamento e fiscalização da Carcinicultura. E, mais uma vez, é ressaltada a desorganização e a falta de comunicação entre os órgãos legais responsáveis pela fiscalização da atividade e o total desentendimento a cerca das informações sobre a atividade.

Ainda para tratar da questão socioambiental, destaco a reportagem *Os Camarões e a Sustentabilidade Ambiental*, que diz,

Desde agosto de 2000 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) tem conhecimento dos processos de degradação ambiental dos manguezais provocados pela Carcinicultura. Denúncias de desmatamentos dos mangues feitas pelo conselheiro representante da Aquasis e o licenciamento de fazendas menores que 100 hectares sem Relatório de Impacto Ambiental, levaram o Coema a solicitar da Semace um diagnóstico da situação. Como no período de três meses a Semace não elaborou um diagnóstico satisfatório, o Coema decide suspender a atividade e criar uma Câmara Técnica para propor um disciplinamento provisório da atividade. (...) Reconhecendo o seu caráter provisório, a referida resolução cria algumas diretrizes para reativar os licenciamentos suspensos, permitindo a atividade em salinas desativadas e proibindo no apicum. O apicum corresponde a áreas arenosas do manguezal, sem vegetação ou apenas com uma cobertura herbácea. A zona do apicum faz parte da sucessão natural do manguezal, portanto não deve ser ocupada por fazendas de camarão. As diretrizes criam também limites de expansão da Carcinicultura considerando o grau de comprometimento ambiental de cada estuário, a proximidade de zonas urbanas, a presença de aquíferos da Cagece, a concentração de fazendas na região, a existência de unidades de conservação, o tamanho das fazendas, entre outros critérios. Com isso, tentou-se compatibilizar a criação de camarão com a preservação dos mangues exigida por leis federais, pela Convenção da Biodiversidade assinada pelo Brasil na Rio-92 e pela Convenção de Ramsar que protege as zonas úmidas do mundo da qual o Brasil também é signatário. Infelizmente, a Resolução nº 16 não foi cumprida pelo Governo que, ao contrário, apoiou uma nova Câmara Técnica que produziu outra resolução cujo caráter legal e a preocupação com o meio ambiente são discutíveis. Daí ser compreensível, mas nem por isso aceitável, que criadores sintam-se totalmente à vontade para cometer tão graves crimes ambientais como o que ocorreu recentemente com o uso de dinamite para a destruição dos manguezais do Rio Pirangi, e que a Semace só tenha tomado conhecimento do fato através de denúncias de pescadores e não dos órgãos competentes municipais. A longo, médio e curto prazos estarão comprometidos não só a biodiversidade, a qualidade das águas, a balneabilidade das praias, a dinâmica costeira, a pesca e o turismo. Se não há controles sobre o desmatamento, nem mesmo se conhece o número de fazendas, como imaginar que se controlem as emissões de dejetos, o uso de antibióticos, fungicidas, conservantes e o assoreamento dos corpos d'água? (*O POVO, 2002*).

A reportagem fala novamente da falta de controle e da exigência de uma reposta da SEMACE para a Carcinicultura, do risco da atividade se praticada em apicuns e de sua importância para o ecossistema manguezal.

Dando seqüência às análises, parto para o segundo eixo-temático das reportagens desse período que é *Atividade com problemas*. Como exemplo deste foco, cito inicialmente a Figura 16, *As promessas do sucesso*.

Nova realidade para o Ceará

O secretário de Agricultura do Estado, Carlos Matos Lima, disse, em entrevista ao *O POVO*, que a ação *antidumping* que os produtores de camarão dos Estados Unidos querem apresentar contra 12 países exportadores, incluindo o Brasil, é uma realidade nova para o Ceará. O camarão é um produto importante para balança comercial Estado, que nunca praticou o *dumping*, frisa. Em razão disso, porém, a Seagri e a Assessoria de Assuntos Internacionais do governador, por seu representante, Nelson Bessa, convidou consultores de nível internacional para orientar os produtores locais.

Segundo o secretário, não há nenhum preço abaixo do mercado e, por isso, não se justifica a ação de *antidumping*.

A ação *antidumping* pode até beneficiar os produtores brasileiros. A avaliação é do consultor especialista em exportações Adimar Schievelbein, da AS Consultoria Econômica & Jurídica, de Brasília. Ele observa que uma ação como essa gera um direito *antidumping* adicional ao direito normal de importação, mas, como nesse caso, atingirá 12 países, a experiência mostra que alguns terão taxaçoão mais elevada, deixando o mercado para os demais.

As vendas dos que tiverem taxaçoão *antidumping* mais baixas deverão crescer substancialmente, capturando as parcelas de oferta que foram prejudicadas pela ação, com os produtores e exportadores ganhando muito dinheiro. Caso os produtores americanos apresentem a ação, as investigações que serão feitas só vão atingir duas a três empresas de cada país.

O Ceará como maior produtor e melhor produtividade (7 mil kg/ha) no País, poderá ter empresas investigadas. (PPR)

Fonte: O POVO. 2003

Figura 16. As promessas do sucesso.

Neste terceiro período, um outro assunto bastante presente nas reportagens é relativo aos problemas enfrentados pela Carcinicultura frente ao mercado dos Estados Unidos. O Brasil é acusado de dumping³⁶, segundo autoridades estadunidenses. Essa ação deixa os vários produtores apreensivos, quanto ao futuro da atividade. É uma preocupação para a sociedade, quais os métodos que os produtores vêm utilizando para a produção de o camarão atingir preços tão baixos, se comparados ao mercado?

Várias reportagens vão ser dedicadas a tratar dessa polêmica. Como a reportagem: *Exportadores solicitam crédito de R\$ 100 mil.*

A criação de uma linha de crédito no valor de R\$ 100 milhões para os exportadores de camarão no Brasil foi o assunto da audiência realizada ontem com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; o governador do Ceará, Lúcio Alcântara; o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Régis Dias, e o deputado estadual e produtor de camarão, João Jaime Marinho. Segundo o deputado, os recursos seriam utilizados para a estocagem do camarão nas fazendas produtoras ou em frigoríficos até que o mercado internacional se estabilize. O deputado diz que os produtores estão sendo forçados a vender o camarão a preço mais baixo. A instabilidade nos preços de compra do produto brasileiro começou depois que produtores norte-americanos moveram uma ação, no final de dezembro de 2003, acusando o Brasil e outros países de concorrência desleal. Segundo eles, os exportadores estão promovendo preços mais elevados no Exterior do que em seus países de origem, o que caracteriza o **dumping**. O objetivo da indústria de camarão norte-americana é tarifar o produto brasileiro em até 230%. De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério, o governo está negociando junto às autoridades norte-americanas a retirada do Brasil da lista de restrições porque o camarão nacional só representa 5% das importações dos EUA. (...) Quanto à criação de uma linha de crédito para o setor, a informação é de que Luiz Fernando Furlan vai conversar com outros ministros e com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para viabilizar o apoio aos exportadores. O custeio do camarão é uma das atividades que será beneficiada com a aplicação de recursos do FNE este ano, mas terá que dividir o dinheiro com outros negócios do segmento de aquicultura e pesca. Segundo informações do BNB, esse segmento contará com 5% do total de recursos do FNE, cerca de R\$ 300 milhões para todo o ano de 2004. Os critérios para a operacionalização das verbas ainda estão sendo definidos pelo Banco (...). (O POVO, 2004).

Nessa reportagem, constata-se, assim como aconteceu nos dois períodos anteriormente analisados, o governo dando assistência à atividade, seja através de financiamento, seja através da defesa junto às autoridades americanas.

³⁶ *Dumping* é uma prática comercial que consiste no uso de certas medidas usada por uma empresa ou um país em tornar o preço de um produto muito baixo (até mesmo mais baixo que o valor gasto para sua produção) e vendê-lo a outros países prejudicando a economia desses países.

Mesmo com a atividade apresentando tantos problemas para o meio ambiente ou para as comunidades, ainda assim é alvo de investimentos governamentais.

Essas práticas do Governo geram, até certo ponto, uma revolta tanto para as comunidades afetadas pela atividade camaroneira como para os ambientalistas. As comunidades se vêem sem nenhuma alternativa de sobrevivência, após a Carcinicultura destruir seus meios para isso. E pior é que essas pessoas não têm a quem recorrer, ao contrário dos produtores de camarão que, frente a uma crise do crustáceo, imediatamente vão ao governo reivindicar auxílio.

Na seguinte reportagem, *Sobretaxa ao camarão preocupa exportadores* comenta:

O anúncio de uma sobretaxa de até 67,80% sobre o camarão brasileiro vendido para os Estados Unidos deixou os exportadores nacionais atônitos. A grande maioria esperava um índice máximo de 15%. A decisão do Departamento de Comércio dos Estados Unidos (EUA), anunciada ontem, de sobretaxar as importações de camarão brasileiro em 36,91% pegou de surpresa os exportadores nacionais - que desde o início do ano acompanhavam atentamente o processo "antidumping" movido por produtores norte-americanos. "Nossa expectativa era de uma tarifa máxima de 15%", afirma Sérgio Silveira Melo, diretor da SM Pescados, empresa que exportou US\$ 8 milhões no ano passado. Dumping é a prática de vender produtos abaixo do custo para prejudicar a concorrência. (...) Enquanto os exportadores e o governo brasileiro analisam qual estratégia adotar em relação a ação antidumping, Sérgio Melo diz que a saída é buscar outros mercados. "Foi isso que fiz. Quando essa ação começou, no início do ano, trabalhava com cinco importadores e hoje vendo para 28, principalmente na Europa". Ele admite, contudo, que se todos adotarem o mesmo procedimento pode ocorrer excesso de oferta na Europa, com tendência de redução do preço (...).(O POVO, 2004).

A reportagem vai mostrar a apreensão dos empresários e produtores de camarão diante do anúncio da sobretaxação do camarão brasileiro em até 67,80%. A taxaço do camarão brasileiro trouxe preocupação para os carcinicultores cearenses por conta das exportações.

Como saída para essa questão, apontam a busca de novos mercados, embora, para alguns envolvidos com a atividade camaroneira, isso possa representar o início de uma crise.

Embora os empresários brasileiros garantam que não existe essa prática de *dumping* por parte dos exportadores brasileiros, ele é uma prática condenável no mercado externo, pois essas medidas prejudicam a economia dos países de destino.

Cito mais uma reportagem integrante desse foco, *Venda externa de camarão cai 18,42%*.

Com a queda na exportação, o Ceará registrou nos dez primeiros meses do ano uma redução de 20,17% no faturamento das exportações do camarão. Dentre os motivos apresentados pela Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) estão a falta de incentivos por parte do Governo Federal, assim como a dificuldade de licenciamento ambiental. Os produtores cearenses de camarão amargam uma queda de 20,17% no faturamento das exportações, que passou de US\$ 67,8 milhões para US\$ 54,1 milhões, nos dez primeiros meses do ano. O Estado, que chegou a embarcar 16,6 mil toneladas no mesmo período do ano anterior, passou a vender para o mercado externo 13,6 mil toneladas, representando uma variação negativa de 18,42%. De acordo com Itamar Rocha, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), a queda foi significativa em todo o País, sendo que apenas o Rio Grande do Norte apresentou uma variação positiva de 14,89% nas exportações. Rocha diz ainda que problemas como a falta de apoio por parte do Governo Federal, assim como as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores para conseguir licenciamento ambiental, prejudicaram o volume de exportações no Ceará. Fatores que, segundo ele, podem se estender para os demais estados produtores. "Se o produtor não tiver a licença, dificilmente vai conseguir financiamento dos bancos", destaca Rocha. A produção deste ano chegou a ser afetada também por causa do aparecimento de um vírus que afetou boa parte das culturas de camarão do País no período chuvoso. O presidente da ABCC fala também do medo de um **dumping**, ou seja, a venda do produto a preços inferiores aos custos com o objetivo de eliminar a concorrência, seja nacional ou mundial, que atingiu representantes do setor financeiro principalmente nos três primeiros meses do ano, quando o Brasil destinava boa parte das exportações para os Estados Unidos. **O cultivo** de camarão representou 55% das exportações no setor pesqueiro e foi o segundo produto na pauta de exportação do setor primário brasileiro em 2003 (...). (O POVO, 2004).

Verifica-se na reportagem acima, os primeiros reflexos da ação promovida pelos Estados Unidos que foi a queda das exportações. Para os empresários do setor camaroneiro a "culpa" é do governo, que não dá incentivos à atividade e ainda dificulta a liberação de licenciamentos. Além desses fatores, a queda também foi atribuída ao vírus que afetou o cultivo de camarão.

O outro eixo-temático das reportagens dessa fase refere-se às irregularidades na atividade. A primeira reportagem que destaque é intitulada: *Relatório será entregue ao IBAMA*.

Um Grupo de Trabalho criado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados vai analisar os impactos da Carcinicultura na zona costeira das regiões Norte e Nordeste. A primeira reunião entre representante desse grupo e a comunidade foi na última sexta-feira, em Curral Velho (Acará). O deputado federal João

Alfredo (PT-CE), que é o relator, ouviu a comunidade e prometeu que, amanhã, entregará, pessoalmente, um relatório ao superintendente do IBAMA, Marcos Barros. Segundo João Alfredo, o grupo, presidido pelo deputado Luis Alberto (PT-BA), solicitou dos órgãos de controle do Meio Ambiente os processos licenciados e em fase de licenciamento para a criação de camarão em cativeiro, além das denúncias de desmatamentos dos mangues. Também será solicitado do Banco do Nordeste a relação das empresas que receberam financiamentos. (...) "O Ministério Público está provocando o IBAMA para intervir na questão". Os licenciamentos aos carcinicultores são fornecidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente. Camundo disse que as denúncias das comunidades e ambientalistas do Ceará vão ser levados para o encontro que será promovido dias 8 e 9 de julho em Salvador (...) (O POVO, 2003).

Neste eixo, que trata das irregularidades na atividade, parece até que esta passa a ser alvo de uma perseguição. A verdade é que somente nesse período, após vários processos que contribuíram para isso, principalmente a questão da conscientização, divulgação e debate das questões ambientais, é que a Carcinicultura vai ser questionada.

O próprio jornal, nos dois primeiros períodos, mostrou em suas reportagens a atividade sob uma ótica positiva. Somente neste último período é que a Carcinicultura passa a ser "desmascarada" e apresenta seu lado "obscuro". Por que, até o segundo período, as reportagens do jornal praticamente só apresentaram o lado bom do negócio, as vantagens oferecidas pela atividade, embora já apresentasse seu lado negativo. O que aconteceu é que os fatores negativos eram "esquecidos" ou deixados de lado intencionalmente. Por que o que interessava principalmente ao governo e ao jornal era passar a idéia que a Carcinicultura era viável e muito lucrativa.

Com o início do terceiro período, foi inevitável que outro entendimento fosse mostrado e entrasse de vez nas pautas do jornal. Como foi mostrado no segundo período, a sociedade passou a exigir dos meios de comunicação o compromisso com o meio ambiente.

Como é que o jornal muda seu discurso com relação a Carcinicultura? Como já evidenciei anteriormente a venda de notícias é fundamental para a sobrevivência do jornal. Se O POVO não tratasse da questão da Carcinicultura e seus impactos no ambiente, será que ele alcançaria altas vendas? Assim as circunstâncias levam a uma mudança de abordagem em relação à atividade camaroneira neste terceiro período. Não só em função da venda de jornais, mas também pela pressão dos movimentos sociais que tratam da questão das

comunidades pesqueiras afetadas pela Carcinicultura e as mudanças da mentalidade da sociedade nas últimas décadas.

Menciono mais uma reportagem que vai abordar a questão das irregularidades na atividade neste período: *Licença após rigorosa análise*.

A SEMACE faz uma criteriosa análise dos processos de empreendimentos de Carcinicultura, segundo informa o responsável pelo Núcleo de Controle Ambiental do órgão, Adahil Sena. **Ele rebate denúncias de que o mangue está sendo desmatado por culpa dos empreendimentos. Grande parte dos empresários da Carcinicultura são conscientes dos prejuízos que podem causar o desmatamento de manguezais. Por isso, os empreendedores não fazem esse tipo de coisa.** A declaração é do gerente do Núcleo de Controle Ambiental da Superintendência Estadual, Adahil Sena. Ele rebate as denúncias de que os empreendimentos da atividade que vêm crescendo tanto no litoral Leste como Oeste do Ceará sejam responsáveis pelas áreas degradadas dos manguezais como afirmam comunidades de pescadores, ambientalistas e integrantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e da Igreja Católica. De acordo com Adahil Sena, os licenciamentos de áreas para o cultivo de camarão em cativeiro **só são concedidos após rigorosa análise dos processos.** "Os critérios têm como base a lei federal número 6938 de 1981 e também o Código Florestal (Lei número 4.771 de 15 de setembro de 1965), garante. Cada processo, diz o gerente, passa por três fases: uma para ser concedida a licença prévia, outra para a licença de instalação e uma última para a licença de operação. Em todas, são exigidos documentos específicos. Um dos principais é o estudo ambiental elaborado por uma consultoria contratada pelo empreendedor. Ele diz que, além da Semace, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) também dá o seu parecer técnico. (...) Adahil Sena afirma que, quando um empreendimento de criadouro de camarão não tem licença e está funcionando, a Semace faz um auto de constatação, a atividade é paralisada e o processo encaminhado para a Procuradoria Jurídica da Superintendência. No caso de ser constatado o desmatamento ou devastação do manguezal quem avalia também é a Procuradoria Jurídica da Semace. Sobre o funcionamento de um viveiro de camarão que está funcionando ao lado nascente de Curral Velho, em **Acaraú**, denunciado pela comunidade, Adahil Sena disse ontem não ter conhecimento, mas que seria averiguado o empreendimento. Consultor de projetos de criação de camarões em viveiros na área de Icapuí, o engenheiro de pesca Marcelo Augusto diz que os principais estressores do ecossistema manguezal não estão ligados à atividade. "Esses estressores são as embarcações, o lixo, os dejetos, o óleo das embarcações, os sacos plásticos, os resíduos jogados nessas áreas", declara. (...) (O POVO, 2004) (Grifos meus).

Com relação à reportagem acima citada, grifei algumas passagens para uma discussão mais aprofundada. Primeiro, quero chamar a atenção para a questão já apresentada por mim anteriormente, a posição do Estado, representada aqui pela SEMACE, apoiando a atividade e negando a responsabilidade nos desmatamentos dos manguezais cearenses.

Embora em outras reportagens, já apresentadas aqui, esse mesmo Estado condena a atividade e prova que ela é uma das responsáveis pelo desmatamento dos mangues, como podemos verificar no Diagnóstico sobre a Carcinicultura, produzido pelo IBAMA (2005) a atividade continua sendo estimulada e financiada por esse Estado.

Essa contradição no posicionamento do Estado frente à atividade ocasiona incertezas sobre sua postura e desentendimentos políticos entre os diversos órgãos envolvidos com a atividade. A total desarticulação entre os órgãos governamentais (seja na instância nacional, estadual ou local) no gerenciamento da Zona Costeira tem permitido o prosseguimento dos crimes ambientais.

Outro ponto da reportagem que merece destaque é quando o responsável pelo Núcleo de Controle Ambiental afirma que “grande parte dos empresários da Carcinicultura são conscientes dos prejuízos que podem causar: o desmatamento de manguezais. Por isso, os empreendedores não fazem esse tipo de coisa”.

Se a situação não fosse preocupante e séria, isso poderia ser até considerado motivo de piada. O que se verifica nas diversas áreas onde a Carcinicultura vem sendo praticada é uma devastação desmedida e criminosa dos manguezais. Isso pode ser constatado em diversas localidades como, por exemplo, em Curral Velho no Acaraú e em Cumbe no Aracati.

Um outro fragmento da reportagem que chama a atenção é quando o responsável afirma que os “os licenciamentos para o cultivo de camarão são concedidos após rigorosa análise dos processos”. Não é bem o que se verifica ao longo desse terceiro período, pois em várias reportagens já citadas fica evidente a falta de informações e controle sobre a Carcinicultura. Nesta reportagem mesmo, pode-se constatar isso quando o responsável pelo Núcleo de Controle Ambiental afirma desconhecer o funcionamento de um viveiro na localidade de Curral Velho.

Observa-se, mais uma vez, a falta de informações e controle acerca da Carcinicultura na Figura 17, *O camarão está irregular!* Que mostra:

Ibama constata irregularidades

Após uma operação de fiscalização em 39 fazendas de camarão no litoral Oeste do Estado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) comprovou que pelo menos 90% dos empreendimentos apresentavam irregularidades. Segundo o coordenador de fiscalização do Ibama, José Ribeiro, a principal irregularidade encontrada foi a "ausência de registro no Cadastro Técnico Federal de atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais".

José Ribeiro afirmou que na operação denominada Carcinicultura I também foram encontradas fazendas de camarão operando sem licença da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), e diversos

desmatamentos desautorizados em áreas de mangue. As empresas onde foram encontradas irregularidades receberam multas e embargo de funcionamento.

A fiscalização que aconteceu no último mês de outubro traz à tona a polêmica envolvendo a Semace, o Ibama e o Ministério Público. Em uma ação civil pública do dia 8 de outubro passado, a Procuradoria Geral da República (PGR) questionava a capacidade da Semace de fazer o licenciamento para os projetos de carcinicultura, alegando "ausência de competência administrativa" por parte do órgão estadual. No mesmo documento, a PGR solicitava poderes de licenciar para o órgão federal.

Por sua vez, o gerente de controle ambiental da Semace, Adahil Sena, questiona os métodos de fiscalização do Ibama. Sena alega que o órgão estadual realiza fiscalizações semanais, e falou que "eles (Ibama) fizeram fiscalização sem mapa da área. Deveria ser feito uma metodologia antes da inspeção".

Atualmente, quem possui poderes legais de licenciamento é a Semace, como afirma o gerente do órgão estadual Adahil Sena: "de acordo com a resolução 237 do Conama, o poder de licenciamento é atribuição dos estados". No entanto, para o gerente substituto do Ibama no Ceará, Camilo Santana, e para a PGR o licenciamento deveria ser feito

pelo órgão ambiental federal, já que os criadouros de camarão se localizam em terreno de marinha e utilizam recursos da União, no caso o mar territorial. Camilo também argumenta que o impacto ambiental não é de escala local, mas regional.

Em todo Ceará, existem 278 projetos de carcinicultura licenciados, segundo nota divulgada pela Semace no dia 9 de outubro passado. Deste total, 129 receberam licenças prévias, 105 possuem licença de instalação e 44 têm licença para operar. Na mesma nota, o órgão ainda afirma haver 245 processos de licenciamento em andamento. No entanto o Ibama trabalha com um número de cerca de 400 já em funcionamento.

Figura 17. O camarão está irregular!

Ao analisar as reportagens, fica-se perplexo diante de tal realidade. Porque enquanto as diferentes instituições se envolvem em desentendimentos, os problemas gerados pela Carcinicultura vão tomando proporções imensuráveis.

Com relação aos desmatamentos em manguezais, o responsável pelo Núcleo de controle Ambiental da SEMACE afirma que desconhece esse fato, como observamos na reportagem *Licença após rigorosa análise* é realmente preocupante.

Hoje a Carcinicultura trata-se de uma atividade sem controle e muito letal ao meio ambiente e às inúmeras comunidades que dependem desses ecossistemas para sobreviverem.

O pior é que as perspectivas de futuro para a prática da Carcinicultura, no que depender das instituições legais (aqui nesse caso: SEMACE, IBAMA e Ministério Público), não são nada animadoras. Exemplo disso é o fragmento da

reportagem que aborda “a polêmica envolvendo a SEMACE, o IBAMA e o Ministério Público”.

Destaco aqui a maneira de expor a Carcinicultura. No primeiro período analisado nesse estudo, mencionei que as reportagens, muitas vezes, eram acompanhadas por outras que enfatizavam mais ainda a importância da Carcinicultura. Agora também se verifica isso. Em várias edições do jornal O POVO, foram editadas mais de uma reportagem que trazia como alvo a Carcinicultura.

Na primeira reportagem *Fazendas de camarão – IBAMA constata irregularidades*, na matéria a atividade camaroneira é mostrada em meio a muitas irregularidades, muitas fazendas sem registros, fazendas operando na ilegalidade e provocando sérios problemas ambientais.

O processo de reprodução das relações sociais, sob a regência do mundo da mercadoria, tem colocado em risco tanto a vida das comunidades pesqueiras como da natureza desses territórios. Sobre isto Moraes (1999) nos diz:

O papel do Estado, e da regulação estatal, na valoração e valorização dos espaços costeiros não pode ser minimizado. Inicialmente, por meio da legislação, ele cria limitações, impedindo ou induzindo os usos do solo, que influem diretamente no processo de sua ocupação. Mediante o planejamento, ele busca orientar as tendências presentes, direcionando-as para padrões sustentáveis de uso ou estimulando a devastação. E, pela gestão, os agentes estatais buscam mediar ou intervir nos conflitos de uso existentes, apoiando o estabelecimento dos consensos possíveis ou intercedendo por uma das partes, por meio da criação de fóruns de exame e legitimação de planos e projetos ou abrindo exceções nos próprios limites estabelecidos (p. 25).

Como já afirmei anteriormente, o Estado pode ser indicado como um dos principais agentes responsáveis pelos impactos na Zona Costeira. Pois é através de suas instituições que é determinada a ocupação e o uso destes espaços. Cito como exemplo, os benefícios fiscais oferecidos pelo Estado para atrair grandes grupos de investidores nacionais e internacionais. O Governo cearense, em contra partida, vem excluindo deste processo pequenos investidores das comunidades locais. As linhas de crédito na maioria das vezes favorecem a grandes investidores, e os pequenos ficam à margem deste processo.

Os discursos do desenvolvimento sustentável e geração de empregos não passam de falsas promessas, para encobrir fins que não se sustentam nem economicamente (criam poucos empregos, não geram impostos, são

concentradores de renda e inutilizados com o tempo etc.) – pior ainda do ponto de vista ambiental. Sobre isso, lanço mão das palavras de Leff (2001), “o discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrado no Rio de Janeiro, em 1992” (p. 16).

O discurso da “sustentabilidade” da atividade foi criado antes mesmo da atividade ser implantada, no primeiro período, quando era divulgada com um caráter messiânico. E ganha força no segundo período. Para Leff (2001),

O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se assim numa “política da representação” (Escobar, 1995), que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza (p.25).

Mas na atualidade o que podemos constatar é que “o discurso do desenvolvimento sustentável vai engolindo o ambiente como conceito que orienta a construção de uma nova racionalidade social” (LEFF, 2001, p. 25).

Na opinião de Moraes (1999), é o próprio Estado um dos principais agentes de intervenção nos espaços litorâneos, um agente que atua na criação de atrativos locacionais, ao mesmo tempo em que dilapida o patrimônio natural e cultural existente (p. 42).

Para Lima (2002), nos últimos 30 anos, no litoral Cearense, de uma forma geral os terrenos de marinha têm sido apropriados para atender a interesses que não são os interesses dos moradores da zona costeira cearense. “Sem dúvidas, a sua ocupação e/ou comercialização viabilizam, principalmente, interesses econômicos. Muitos são os empreendedores que tomam a beira-mar como lugar estratégico para realização de bons negócios no litoral do Ceará” (p. 88).

O aumento da atividade da Carcinicultura com a expansão das fazendas de camarão e seus viveiros, que ocupa cada vez mais áreas da Zona Costeira, acelera o processo de degradação da natureza e da pesca, restringem e, até mesmo, privam o acesso ao mar pelas comunidades pesqueiras.

De acordo com Guerra e Cunha (1998), a crescente ocupação do espaço costeiro e sua utilização econômica com impactos, cuja somatória tende a provocar

alterações levando à degradação da paisagem e dos ecossistemas, pode chegar à própria inviabilização das atividades econômicas.

Hoje, essa crescente e intensa ocupação da Zona Costeira no Ceará e suas múltiplas formas de utilização econômica vêm provocando alterações, muitas delas de caráter irreversível, desencadeando a degradação da paisagem e dos recursos.

Para Diegues (1994), ecologicamente ocupam-se as melhores e mais importantes áreas dos ecossistemas. Na época das colônias de pescadores (organizações estas que deram origem às atuais comunidades pesqueiras), as relações estabelecidas entre estes e a natureza se dava de forma harmoniosa, com práticas de técnicas que não prejudicavam e não desequilibravam a natureza. Ainda hoje essas comunidades pesqueiras lutam para manterem estas relações equilibradas. O uso e ocupação do solo pelas comunidades tradicionais deram-se durante décadas sem acarretar grandes prejuízos à harmonia dos ambientes.

O mangue se trata de um ambiente altamente instável e frágil, habitat voltado para a procriação, desenvolvimento e refúgio de várias espécies, o que possibilita sua constante renovação que são a base para a subsistência destas comunidades.

Para explicar este período evoco Diegues (2000), comenta que:

a proteção do mundo natural, ameaçada por todo tipo de degradação em escala planetária proveniente da sociedade urbano-industrial, tornou-se um dos grandes temas da humanidade nestas últimas décadas. Um deles, a proteção e conservação da biodiversidade, está recebendo uma prioridade crescente, sobretudo pelos governos e organizações não-governamentais de todo o mundo. A conservação da biodiversidade tem sido uma questão crucial para os países tropicais subdesenvolvidos (p. 1).

Neste período, de acordo com as análises realizadas, percebo direcionamentos de enfoques, na forma de apresentar a Carcinicultura nas reportagens, mas também sinais dos períodos anteriores ainda são encontrados nesse terceiro período. Tal fato se observa com a mudança que se deu de um enfoque da atividade, como muito promissora e altamente rentável, para uma abordagem mais voltada para a questão ambiental. Assim, essa questão é marcante nesse período.

Mas não se pode esquecer que a abordagem da atividade, enquanto promissora, benéfica, tanto econômica como socialmente, não foram totalmente abandonadas ou deixadas de lado nas reportagens do O POVO. Passa-se ao discurso que diz “A Carcinicultura provoca danos, mas ainda tem muita coisa positiva a oferecer à sociedade, tanto em termos econômicos como sociais”, embora não seja isto que se verifica ao longo da Zona Costeira Cearense, e mesmo em várias reportagens do próprio jornal O POVO.

A velocidade de crescimento desta atividade econômica traz consigo degradação sócioambiental e privatização de espaços públicos das comunidades litorâneas. São inúmeros os conflitos entre populações tradicionais e empresas de Carcinicultura pelo uso e ocupação dos espaços de manguezais.

Não se podem negligenciar os fatos que surgiram e estão aí para todos verem que o jornal, nesse novo período, foi mostrando-nos dia-a-dia. Nem achar que a problemática ambiental se resolverá somente com técnicas e ao sabor do mercado. Isso é não querer analisar os fatos em toda sua complexidade.

A natureza hoje é defendida como a única forma de sobrevivência para a sociedade, e tida como a “salvação da humanidade”. Exige-se sua preservação. Para Diegues (2000), “a interferência humana na natureza é demasiada; as políticas públicas devem, portanto, ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas” (p. 9).

O crescimento da Carcinicultura no Ceará e no Brasil vem acompanhado de destruição de um dos ecossistemas mais complexos do planeta, o manguezal, e vários ambientes no seu entorno como a mata ciliar e carnaubais além de causar danos às bacias hidrográficas onde são instaladas.

A forma como vem sendo praticada a atividade camaroneira se tornou uma ameaça aos meios de sobrevivência e a cultura de várias famílias que habitam tradicionalmente as áreas de manguezais, como pescadores, marisqueiras, índios e pequenos agricultores, cada vez mais alvo de violência, perseguições, expulsão e exploração por parte das empresas, que se apropriam de terras da União.

Ao ocupar estas áreas utilizadas para o desenvolvimento das comunidades tradicionais e suas atividades de sobrevivência, a Carcinicultura coloca em risco a segurança alimentar e a cultura de milhares de famílias que dependem da pesca e da mariscagem no ecossistema manguezal.

Desde a sua instalação até hoje, pela velocidade com que se desenvolveu, a Carcinicultura não foi acompanhada pelo poder público como deveria. Por um longo período, faltou um diagnóstico que oferecesse com fidelidade a realidade da atividade, e um estudo global dos impactos socioambientais produzidos. Somente em 2005, o IBAMA elabora um diagnóstico que vai dar as dimensões da Carcinicultura.

De acordo com este estudo, entre os impactos detectados estão: a diminuição e destruição de habitats de inúmeras espécies; supressão de áreas de mariscagem, a pesca e captura de caranguejos; expulsão das comunidades de pescadores de suas áreas de trabalho; conflitos de terra provocados pela privatização das terras da União; alteração do fluxo das marés; contaminação de água destinada; disseminação de doenças entre os crustáceos; entre outros. Mostra ainda que muitos empreendimentos camaroneiros foram instalados em setores de *apicuns*, que a atividade vem interferindo de forma preocupante nos processos geoambientais e ecodinâmicos do ecossistema manguezal.

O descaso do poder público, com uma legislação elitista e excludente, e a ausência de proteção dos territórios de pesca e sobrevivências das comunidades tornam-nas vulneráveis e susceptíveis ao desaparecimento. Mas o problema do pescador não está só no mar, mas principalmente na terra.

Para Diegues (1999), ao longo dos anos, os pescadores estão perdendo suas casas, seus terrenos para a especulação imobiliária, para o turismo e, daqui a pouco, eles passarão a morar no mar. Para ele o pescador artesanal está tendo que incorporar outros modos de vida.

O discurso difundido ao longo de todo primeiro, segundo e mais raramente no terceiro período que afirma que a Carcinicultura é uma atividade “sustentável”, econômica e ambiental, não passa de uma deturpação da realidade. A sustentabilidade deveria ser entendida como viável, a longo prazo, sem danos, sem conseqüências desastrosas aos ecossistemas.

A partir das análises, pode constatar-se que a atividade levou em conta exclusivamente os custos de mercado, deixando de lado os danos ambientais, ecológicos, culturais e a biodiversidade.

E que a atividade Camaroneira se beneficiou com a imagem criada desde o primeiro período pela mídia, neste estudo pelo jornal O POVO, para uma melhor aceitação junto à sociedade.

6. ALGUNS FRAGMENTOS FINAIS

Chego, enfim, a um momento tão esperado por todos esses meses, praticamente dois anos. Colocar um ponto final nesta longa viagem. Agora me deparo com uma dificuldade, cheguei à conclusão de que o ponto final é temporário.

Desde cedo, aprendemos em diferentes locais (em casa, na escola, etc) que as histórias sempre têm que ter um final. Chego a este capítulo não com o propósito de pôr um fim definitivo a tudo que foi construído até aqui. Mas para cumprir uma etapa acadêmica que me instiga a dar um ponto final nesse trabalho.

Elaborar os escritos finais trouxe para mim inúmeros conflitos, será que consegui atender meus propósitos? Consegui atender às solicitações sugeridas na qualificação? E talvez, o mais angustiante, a sensação de ter ficado muito a ser dito, que outras perguntas poderiam ser feitas? Que outras discussões seriam necessárias ainda? Embora soubesse, desde o início, que explorar todas as possibilidades e esgotar todos os caminhos era tarefa impossível de ser realizada.

Fui aos poucos, como comentei tantas vezes, ao longo deste estudo, aprendendo a olhar o discurso do jornal de outra maneira. Como fala Maldonado (1993) fui aprendendo “os segredos”, como os pescadores têm que aprender o segredo do mar através dos ventos, da temperatura para pescar; fui aos poucos aprendendo a ler o jornal através de sua gramática para estabelecer as análises.

Outro aprendizado adquirido com este estudo foi que todas as teorias e análises são contingentes e provisórias, “que depende de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados, mas que, em seguida, são revistos e reformados, substituídos a partir de novo material trabalhado” (FOUCAULT, 1996, p. XI).

Meu intuito aqui foi mostrar que as *verdades* produzidas são parciais, como disse e repeti, algumas vezes, ao longo deste estudo, vão depender do olhar lançado. Nunca pretendi apresentar respostas definitivas sobre os discursos produzidos, minha intenção sempre foi a mais modesta, apenas mostrar como eles são construídos.

Ao longo deste estudo, percebi o jornal como um artefato cultural e, por isso, creio ser impossível fazer uma análise para abranger sua “totalidade”, até

mesmo porque a própria constituição do objeto depende do olhar que será lançado. Nestes últimos escritos, lanço mão de algumas das idéias apresentadas nos vários capítulos.

Este estudo é uma análise sobre a produção e (re) produção do discurso midiático sobre a Carcinicultura, mais precisamente, como o jornal O POVO produz o discurso da Carcinicultura. O que me propus a fazer aqui foi lançar um outro olhar, uma outra leitura sobre a Carcinicultura ao utilizar o jornal e seus discursos como objeto e tomando as lentes da Geografia Cultural, auxiliada pelos Estudos Culturais, como meio, ou melhor, como minhas lentes teóricas.

Assim, aprendi a perceber o jornal como um dispositivo ao colocar em ação um sentido de ensinar/aprender sobre o mundo. Ele dissemina uma produção de sentidos, corporifica uma relação entre saber, poder e identidade. Com isto, passei a entender o jornal como uma prática de significação, construído discursivamente nas relações de poder. Assim, o jornal deve ser visto como um discurso produzido culturalmente. Não apenas como a veiculação de um fato ou acontecimento, mas também como um local de produção de significados inscritos por códigos de uma determinada cultura.

Para desalojar os significados inscritos na mídia jornalística sobre a Carcinicultura, foi preciso discutir e examinar o acionamento das determinadas estratégias utilizadas para a construção de discursos que permitam a naturalização dessa atividade pela sociedade.

O discurso jornalístico institui saberes capazes de subjetivar a sociedade para a aceitação de uma maneira naturalizada de uma atividade praticada de forma distinta do local. O jornal se trata de um campo produtor de significados, que coloca em jogo diversas estratégias implicadas em relações de poder, tecendo uma malha privilegiada economicamente para a Carcinicultura na Zona Costeira do Ceará.

Em nenhum momento, quis fazer um julgamento do jornal, afinal não foi a isso que me propus, busquei apresentar uma análise sobre a produção discursiva sobre a Carcinicultura, no jornal O POVO, através das reportagens produzidas. Busquei mapear os discursos sobre a Carcinicultura no Ceará, nos períodos de 1978-1984, 1990-1994 e 2000-2004 a partir das reportagens diárias do referido veículo de comunicação.

Os primeiros marcadores discursivos produzidos no jornal O POVO (1978-1984) sobre a Carcinicultura tinham finalidade de construir uma idéia positiva

sobre o assunto, contribuindo dessa maneira para fortalecer a atividade e incrementar a expansão no estado do Ceará. Na minha leitura, os discursos do jornal utilizam o argumento do desenvolvimentismo para autorizar a prática da atividade. Uma maneira de fixar significados. As verdades produzidas no jornal vão materializando a atividade camaroneira. Isto é uma forma de governo que tem como fundo as temáticas que devem ser debatidas e conhecidas pelo público. Verifiquei que, no primeiro período, os discursos se destinam a criar uma aceitabilidade da atividade camaroneira, dando um caráter promissor à atividade.

Já no período seguinte (1990-1994), a atividade continua sendo veiculada como um negócio muito promissor, alvo de volumosos investimentos governamentais, uma ótima saída econômica para o Ceará e o Nordeste. Nesse período, a atividade ganhou uma maior notoriedade, sua expansão começou a ganhar expressão não só no Ceará, mas em todo o Nordeste.

E no terceiro e último período (2000-2004), a atividade vai passar a ser tratada no jornal sob uma nova perspectiva. O cultivo de camarão começa a ser praticamente insustentável, acarretando graves problemas ambientais e sociais.

A mídia, ao construir esse discurso, como aponta Costa (2000, p. 77), deve ser entendida como representações que “não são fixas e em suas transformações, não expressam aproximação a um suposto “correto”, “verdadeiro”, “melhor”. Fundamentada nessa perspectiva, as representações da Carcinicultura nos jornais, ao elaborarem deslocamentos discursivos: outrora a preocupação era implementar a tão promissora atividade; que o ambiente estava aí para ser utilizado, sem nenhuma preocupação; e que os recursos oferecidos pela natureza eram infinitos. Hoje a problemática é que a atividade pode não ser tão promissora assim, e que o ambiente já não está mais tão disponível assim, evidencia-se como são construções culturais, posicionadas em relações de poder. É objetivo do poder a busca da melhor maneira para explorá-lo.

A mudança no discurso mostrada pela mídia não é uma questão isolada. Por exemplo, ao referir-se às questões socioambientais, elas são pautas das discussões na sociedade, que procura opções para uma exploração dos recursos naturais menos degradantes, principalmente, em relação à destruição dos recursos naturais.

Hoje a crescente e intensa ocupação da Zona Costeira do Ceará e suas diversas formas de utilização econômica vêm provocando alterações e causando a degradação da paisagem e dos recursos.

A veiculação da temática alusiva à Carcinicultura como: uma atividade que gera empregos, uso e ocupação territorial, mão-de-obra empregada, capital disponibilizado, políticas públicas, questões ambientais entre outros, têm sido veiculadas a partir de formações discursivas diferenciadas ao longo dos anos. Desse modo percebi que no jornal estavam sendo fabricados significados capazes de subjetivarem fortemente os leitores.

A subjetividade tem um forte peso na composição não somente do texto redigido, mas na disposição desse texto já editado, na página do veículo – eventualmente com foto, gráficos ou outras iconografias que objetivaram ampliar a visão do leitor diante do fato ali relatado.

Os procedimentos técnicos e ideológicos para o aproveitamento editorial e comercial do valor, do poder e do status da informação, isto é, transformação dos acontecimentos em notícia é algo realizado pelos jornais diariamente.

A interpretação jornalística da dita realidade (e do imaginário do povo) produz um conhecimento do senso comum que se traduz, na página do jornal, num tratamento avaliativo dos acontecimentos e da informação. A interpretação do que é como é divulgado constrói o discurso.

Os discursos do jornal levam-nos a entendimentos definidos, ou seja, não se trata de rejeitá-los, mas de interrogar até que ponto são legítimas tais elaborações. Por isso, é preciso pensar a representação da Carcinicultura nos jornais de outra maneira.

Para Foucault (1997) “é preciso pôr em questão, novamente, estas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início, é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-los das sombras onde reinam” (p.24). Assim, as informações acabam se tornando naturais, fazendo parte do nosso dia-a-dia, modificando nossa percepção, dimensionando nossos olhares, influenciando nossos saberes e determinando nossas concepções de verdade.

Com este entendimento, durante a pesquisa, apresentei algumas das visões sobre a Carcinicultura que o jornal O POVO apresentou. Este trabalho constitui-se em

apresentar um outro olhar sobre como o jornal está operando na construção dos dizeres sobre a Carcinicultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCC, Associação Brasileira de Criadores de Camarão. **PROJETO EXECUTIVO PARA APOIO POLÍTICO AO DESENVOLVIMENTO DO CAMARÃO MARINHO CULTIVADO**. Recife, Janeiro de 2004.

ALFREDO, João. **Manguezal ameaçado**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2005. Disponível em: < www.joaoalfredo.org.br>. Acesso em 12 de abril de 2006.

ALONGI, D M. **Present state and future of the world's mangrove forests**. Environmental Conservation. 29: 331-349. 2002.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. 6 ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1998.

_____. **O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Perspectivas para o desenvolvimento da carcinicultura do nordeste brasileiro**. Série Documentos do ETENE, n. 02. Fortaleza, 2005.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Tradução de Lea Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BBC BRASIL. **Criação de camarão no Brasil pode criar crise ambiental**. Marina Brito. Um estudo da Fundação para justiça ambiental. 20 de maio de 2004. Disponível em: < www.Bbc.co.uk>. Acesso em: 12/04/2007.

BEZERRA, Dennys Diniz. **Caracterização Tecnológica da Carcinicultura na Região do Estuário do Baixo Jaguaribe, Ceará – Brasil**. 2005. Especialização (Curso de Planejamento e Gestão Ambiental) – Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

BIONDI, Antonio. **A guerra do camarão**. Especial /Indústria Pesqueira. Cartacapital, 21 de janeiro de 2004, p. 8-12.

BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques**. Langage et pouvoir symbolique. Paris: Fayard, 1992.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BUCHELI, Patrício; GARCIA, Fernando. **O vírus da mancha branca**. Disponível em: < www.cca.ufc.br>. Acesso em: 05 de maio de 2007.

CARVALHO, Nelly. **Publicidade a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 2004.

CAVALCANTE, Francisco Celestino. **Uma análise da Carcinicultura no ecossistema de manguezal da Barra Grande no Município de Icapuí/CE**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Icapuí, Ceará: 2005.

CHAMY, Paula. Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. **I ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE**. Indaiatuba, nov. de 2002. Disponível em: www.anppas.org.br. Acesso em 12 de abril de 2007.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. A “volta do cultural” na Geografia. **Mercator**. Fortaleza, ano 1 , n.1 , p. 19-28, 2002.

_____. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COELHO, Junit, C.; SCHAEFF-NOVELLI, Y. **Considerações Teóricas e Práticas sobre o Impacto da Carcinicultura nos Ecossistemas Costeiros, com ênfase no ecossistema Manguezal**. Disponível em www.redmanglar.org/ebol/docs/Impactosmanguezal. Acesso em: 11/09/2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luis Cruz (orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORRAZA. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Orga.). **Caminhos Investigativos**. Novos olhares na pesquisa em Educação. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato et all. **Trajетórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. (Orgs.). A Geografia Cultural no Brasil. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 97-102, 2005.

_____. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

_____. Carl Sauer e a Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato et all. **Trajетórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Helouise. **Um olhar que aprisiona o outro**. Imagens, Rio de Janeiro, n. 2, agosto, 1994.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 23, p. 36-60, mai./jun./jul./ago. 2003.

_____. Uma agenda para jovens pesquisadores. In _____.(Org.) **Caminhos investigativos II**. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p 143-156.

COSTA, Marisa Vorraber.. Novos olhares na pesquisa em educação. In _____. (Org.) **Caminhos investigativos**. Novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996. p 7-17.

_____. Estudos Culturais - para além das fronteiras disciplinares. In: _____. (Org.). **Estudos Culturais em Educação**: Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2000a.

_____. Introdução. In: COSTA, Marisa Vorraber (Orga.).**Caminhos Investigativos**. Novos olhares na pesquisa em Educação. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000 b.

CREPANI, Edison; MEDEIROS, José Simeão. **Carcinicultura em apicum no litoral do Piauí**: uma análise com sensoriamento remoto e geoprocessamento. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <www.dsr.inpe.br>. Acesso em 05 de setembro de 2007.

CRESPO, Samyra. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Entre o Mar e a Terra.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; São Paulo, 1987.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista:** estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia Dantas. O pescador na terra. In BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza, 2005, p. 261-280.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

_____. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB/USP, 2000.

DIZARD, Wilson. **A nova mídia:** a comunicação de massa na era da informação, Tradução de Edmond Jorge; revisão técnica, Tony Quiroga. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EMBRAPA. **Questões Ambientais da Carcinicultura de Águas Interiores:** o caso da Bacia do Baixo Jaguaribe, Ceará. Documentos. Ceará; Fortaleza, 1996.

FERNANDES, Geraldo de Magela. **Sal:** uma economia em questão. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão e Educação:** fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. A paixão de “trabalhar com” Foucault. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos:** novos olhares na pesquisa em Educação. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção jornalística e dizer social. In. PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal:** da forma ao sentido. Brasília: Paralelo, 1997.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault** – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **A Arqueologia do saber.** 5. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GIROUX, Henry. Praticando Estudos Culturais nas faculdades de Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Alienígenas na sala de aula.** Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 85-103.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Paola B. M. B. Mídia imaginário de consumo e educação. In: **Educação e Sociedade.** Campinas, nº 74; ano XXII, abril – 2001. p. 191 – 207.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des)caminhos do meio ambiente.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

GUERRA, A. T; DA CUNHA, S. B. (Orgs.). **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1998.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez., p. 15-46. 1997a.

_____. The work of Representation. In: _____. (Ed.) **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage, 1997b.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et all. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Lendo as imagens criticamente: em uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígena na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

IBAMA. **Diagnóstico da Carcinicultura**. Diagnóstico. Ceará, abr., 2005.

IGARASHI, Marco Antonio. **Estudo sobre o cultivo de camarões marinhos**. Edições Sebrae. Fortaleza, 1995.

AQUINO JÚNIOR, Francisco. **A criação de camarão em cativeiro no Brasil: impactos sócio-ambientais**. Disponível em: <www.adital.com.br>. Acessado em: 08 de dezembro de 2006.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUSC, 2001.

LABOMAR. **A história do camarão no Brasil**. Disponível em: <http://shark.labomar.ufc.br>. Acessado em: 08 de dezembro de 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

LIMA, Iane Sampaio Moreira. **Turismo e carcinicultura: desafios para o desenvolvimento da comunidade do Cumbe, em Aracati-CE**. 2004. 137 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2004.

LIMA, Maria do Céu. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: territórios, costumes e conflitos**. 2002. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Comunidades pesqueiras marítimas: mariscando resistências. In BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza, 2005, p. 281-300.

MAIA, Doralice Sátyro. A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra livre**, São Paulo, ano 01, n. 16, p. 71-98, 1º semestre de 2001.

MALDONADO, Simone C. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNALUME, 1993.

MARTINS, Jaqueline. **Tudo, menos ser gorda: a literatura infanto-juvenil e o dispositivo da magreza**. 2006. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: < www.ufrgs.br >. Acesso em: 10 de novembro 2006.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história, possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maira; ALVES, Nilda (Org.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MEIRELES, Antônio. J. A.; SILVA, Edson. V. **Diagnóstico e impactos ambientais associados ao ecossistema manguezal do Rio Acaraú /CE, nas proximidades da comunidade de Curral Velho de Cima**. Parecer Técnico. Fortaleza 27 de outubro de 2003.

MEIRELES, Antônio. J. **Carcinicultura: desastre sócio-ambiental no ecossistema manguezal do nordeste brasileiro**. 2005. Disponível em: < www.terrazul.m2014.net>. Acessado dia 18 de fevereiro de 2007.

MEIRELES, Antônio. J. **Riscos sócio-ambientais ao longo da zona costeira**. 57º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 2005, Fortaleza. Anais da 57º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Disponível em: <www.reacao.com.br/programasbpc57ra>. Acesso em: 12 de abril de 2007.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1885.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, p. 139-158, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **IBAMA**. Acervo Bibliográfico. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 05 de maio de 2007.

MONSÃO, Marcos Monte Alegre. **Avaliação da incorporação de rações artesanais na dieta de juvenis Litopenaeus vannamei**. Relatório de Graduação. Curso de Ciências Biológicas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004. Disponível: <www.ondazul.org.br>. Acessado em: 08 de dezembro de 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciência Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Denis de. (Org.). **Sociedade mídiatizada**. Tradução de Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MOUILLAUD, Maurice. **Da forma ao sentido**. In. PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo, 1997.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In. PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo, 1997.

_____. O sistema das citações. In. PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo, 1997.

MUEHE, Dieter. O litoral Brasileiro e sua compartimentação. In: GUERRA, A. T; DA CUNHA, S. B. (Orgs.). **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1998.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRIMAVERA, J. H. Sócio-economic impacts of shrimp culture. **Aquaculture Research**, 28 (10): 815-827, 1997.

QUESTÕES AMBIENTAIS DA CARCINICULTURA DE ÁGUAS DE INTERIORES: o caso da Bacia do Baixo Jaguaribe. EMBRAPA. **Documento 96**. Ceará, 1996.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani Filho, Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, Cristianne Maria Famer. **A escola na mídia: nada fora do controle.** 2005. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In. PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Paralelo, 1997.

SÁ, Adísia. **Traços da união: Demócrito Rocha – 110 anos depois.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1998. 386p.

SAMPAIO, Célia Maria de Souza. **História da Carcinicultura marinha: origem, fases e principais espécies cultivadas.** Disponível em: <www.reação.com.br>. Acessado em: 08 de dezembro de 2006.

SANTOS, Antonia Batista. **A Carcinicultura no Ceará: principais impactos ambientais em uma fazenda no Cumbe – estuário do Rio Jaguaribe.** Relatório de Graduação (Curso Geografia) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

SANTOS, Maria Auxiliadora Ferreira dos. **A atividade pesqueira e a produção do espaço em Acaraú-Ce.** Relatório de Graduação (Curso de Geografia). Centro de Ciências. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1993.

SANTOS, Maria do Livramento dos. **Grito de Alarme.** Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador, CEAT. Sobral, [s.d.]

SCHMIDT, Saraí Patrícia. **A educação nas lentes dos jornais.** 1999. 46f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SHANAHAN, M. Appetite for destruction. **The Ecologist.** v. 33 n. 2 , mar., p. 42-5, 2003.

SILVA, Edson V. da. **Geocologia da paisagem no litoral cearense: uma abordagem a nível de escala regional e tipologia.** Tese de Professor Titular, Departamento de Geografia, UFC, Fortaleza, 1998, 282p. il.

SILVA, Débora Marques. **Pirambu e suas geografias: um olhar sobre o jornal O POVO.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, Edson Vicente; PEREIRA, Raimundo Castelo Melo. Problemas ambientais e unidades de conservação no Estado do Ceará. In BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza, 2005, p. 211-229.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, José Edson de. **Clamando por justiça! A luta de uma comunidade contra a invasão da Carcinicultura.** Centro de Estudos e Apoio ao trabalhador, CEAT. Sobral, [s.d.].

SOUSA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná et al (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas – gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia.** 2002. 134f. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: UNISINIOS, 2005.

TRIGUEIRO, André. Meio Ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (coordenador). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VAZ, Ademir Divino. **A geografia e sua pertinência para o estudo da diversidade cultural** – Um Olhar sobre o território cigano. Disponível em: < www.igeo.uerj.br >. Acessado em: 10 de novembro de 2006.

VEIGA-NETTO, Alfredo. *Olhares...* In: _____. (Org.). **Caminhos investigativos: Novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. **A informação**. O Globo. 01/04/99

VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder: o I e o II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O POVO**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

ANEXOS

REPORTAGENS CONSULTADAS NO JORNAL O POVO SOBRE A CARCINICULTURA

I PERÍODO (1978 – 1984)

- 1- Incentivo à produção de camarões. **O POVO**, Fortaleza, 24 maio 1981.
- 2- Cultivo de camarão terá o apoio técnico da Coréia. **O POVO**, Fortaleza, 12 maio 1981.
- 3- Cultura artificial de camarão em salinas. **O POVO**, Fortaleza, 03 ago. 1981.
- 4- A criação de camarão em salinas desativadas. **O POVO**, Fortaleza, 04 ago. 1981.
- 5- Governo-rio-grandense dará incentivos ao camarão. **O POVO**, Fortaleza, 18 set. 1981.
- 6- Simpósio sobre camarão atinge seus objetivos. **O POVO**, Fortaleza, 20 set. 1981.
- 7- Simpósio cultivo camarão. **O POVO**, Fortaleza, 12 set. 1981.
- 8- Autoridades estudam o cultivo do camarão. **O POVO**, Fortaleza, 13 set. 1981.
- 9- Criação de camarão. **O POVO**, Fortaleza, 21 dez. 1981.
- 10- Um simpósio sobre a criação de crustáceos. **O POVO**, Fortaleza, 27 set. 1981.
- 11- Camarão, prato raro na mesa popular. **O POVO**, Fortaleza, 04 fev. 1982.
- 12- Camarão em viveiro opção para o Nordeste. **O POVO**, Fortaleza, 15 mar. 1982.
- 13- O POVO no campo. **O POVO**, Fortaleza, 16 abr. 1982.
- 14- Projeto camarão. **O POVO**, Fortaleza, 16 abr. 1982.
- 15- A criação de camarão. **O POVO**, Fortaleza, 17 abr. 1982.
- 16- Camarão deteriorado: 13,5 toneladas incineradas. **O POVO**, Fortaleza, 4 set. 1982.
- 17- Projeto camaroneiros terão verbas. **O POVO**, Fortaleza, 15 jul. 1982.
- 18- Camarão deteriorado vai passar por contra prova. **O POVO**, Fortaleza, 29 jul. 1982.
- 19- Aprovado 690 milhões para o cultivo de camarão. **O POVO**, Fortaleza, 08 ago. 1982.
- 20- Caso do Camarão deteriorado transferido para São Paulo. **O POVO**, Fortaleza, 08 ago. 1982.
- 21- Aracati desenvolve criação de camarões. **O POVO**, Fortaleza, 03 maio 1983.
- 22- Camarão em cativeiro: Ceará vai produzir para exportar. **O POVO**, Fortaleza, 17 jun. 1983.
- 23- Viveiro garante produção superior a duas toneladas. **O POVO**, Fortaleza, 06 jul. 1983.
- 24- Ceará deverá se aproveitar mais da criação de camarões. **O POVO**, Fortaleza, 04 jan. 1984.
- 25- Missão japonesa estuda o camarão. **O POVO**, Fortaleza, 26 jan. 1984.

- 26- Suspensão da captura de camarão dia 1º. **O POVO**, Fortaleza, 08 fev. 1984.
- 27- Atividade promissora. **O POVO**, Fortaleza, 28 fev. 1984.
- 28- Mais camarão porém preço não baixa. **O POVO**, Fortaleza, 02 maio 1984.
- 29- Convênio estimula exploração de camarões. **O POVO**, Fortaleza, 21 jul. 1984.
- 30- GPE debaterá sobre pesca de camarões. **O POVO**, Fortaleza, 22 out. 1984.

II PERÍODO (1990 – 1994)

- 31- Reiniciada a captura do camarão. **O POVO**, Fortaleza, 01 mar. 1990.
- 32- Criação de camarões está sob expansão no Estado. **O POVO**, Fortaleza, 04 mar. 1990.
- 33- Implantação envolve proteção ambiental. **O POVO**, Fortaleza, 04 mar. 1990.
- 34- Ceará terá o maior projeto para camarão em cativeiro. **O POVO**, Fortaleza, 27 maio 1990.
- 35- Ibama proíbe a pesca de camarão. **O POVO**, Fortaleza, 01 maio 1991.
- 36- Camarão de água doce pode aumentar a diversificação. **O POVO**, Fortaleza, 08 abr. 1992.
- 37- Futuro de camarão é no cativeiro. **O POVO**, Fortaleza, 05 dez. 1992.
- 38- Baixa produção eleva preços de camarão. **O POVO**, Fortaleza, 30 dez. 1992.
- 39- Camarão. **O POVO**, Fortaleza, 23 out. 1994.
- 40- No Ceará é pequena a criação em cativeiro. **O POVO**, Fortaleza, 23 out. 1994.

III PERÍODO (2000 – 2004)

- 41- Semace fiscaliza viveiros de camarão. **O POVO**, Fortaleza, 14 set. 2001.
- 42- Carcinicultura causa polêmica. **O POVO**, Fortaleza, 02 nov. 2001.
- 43- Criação de camarão ameaça mangue no Nordeste. **O POVO**, Fortaleza, 11 nov. 2001.
- 44- Entidades decidem afastar-se de câmara técnica do COEMA. **O POVO**, Fortaleza, 21 dez. 2001.
- 45- Camarão cearense ganha o mercado internacional. **O POVO**, Fortaleza, 11 jun. 2002.

- 46- Limite de crédito para programa de Aqüicultura será de R\$ 150 mi. **O POVO**, Fortaleza, 04 jul. 2002.
- 47- Aumentam as exportações e a devastação do meio ambiente. **O POVO**, Fortaleza, 19 ago. 2002.
- 48- Explosão em área de mangue. **O POVO**, Fortaleza, 19 ago. 2002.
- 49- Prejuízos financeiros a longo prazo. **O POVO**, Fortaleza, 19 ago. 2002.
- 50- Semace não sabe situação dos mangues. **O POVO**, Fortaleza, 20 ago. 2002.
- 51- Entidade confirma explosão. **O POVO**, Fortaleza, 20 ago. 2002.
- 52- Manguezais são filtros naturais. 20 ago. 2002
- 53- Está faltando controle. **O POVO**, Fortaleza, 21 ago. 2002.
- 54- Ouvidoria não tem dimensão da Carcinicultura no Ceará. **O POVO**, Fortaleza, 23 ago. 2002.
- 55- Explosão será investigada. **O POVO**, Fortaleza, 23 ago. 2002.
- 56- Bancos de dados vai ajudar no controle da Carcinicultura. **O POVO**, Fortaleza, 24 ago. 2002
- 57- Os camarões e a Sustentabilidade Ambiental. **O POVO**, Fortaleza, 24 ago. 2002.
- 58- "Ceará está muito mal na questão sócio-ambiental". **O POVO**, Fortaleza, 25 ago. 2002.
- 59- Empresários têm 120 dias para assinar termo. **O POVO**, Fortaleza, 03 set. 2002.
- 60- CONAMA regulará criação de camarão em cativeiro. **O POVO**, Fortaleza, 06 out. 2002.
- 61- Exigido o estudo de impacto ambiental. **O POVO**, Fortaleza, 11 out. 2002.
- 62- Carcinicultura terá 1 ano para adaptação. **O POVO**, Fortaleza, 01 nov. 2002.
- 63- O "pituzinho" do Abençoado. **O POVO**, Fortaleza, 12 dez. 2002.
- 64- Captura indiscriminada. **O POVO**, Fortaleza, 12 dez. 2002.
- 65- Delícias a beira-mar. **O POVO**, Fortaleza, 12 fev. 2003.
- 66- Acaraú: pescadores denunciam degradação da zona costeira. **O POVO**, Fortaleza, 04 abr. 2003.
- 67- Camarão brasileiro sofre ameaça dos Estados Unidos. **O POVO**, Fortaleza, 06 abr. 2003.
- 68- Carcinicultura é tema de debate em Aracati. **O POVO**, Fortaleza, 05 maio 2003.
- 69- Carcinicultura. **O POVO**, Fortaleza, 25 maio 2003.
- 70- Carcinicultura: em discussão o equilíbrio social e ecológico. **O POVO**, Fortaleza, 26 maio 2003.
- 71- Camarões e manguezais. **O POVO**, Fortaleza, 27 maio 2003.
- 72- Manguezais serão tema de workshop. **O POVO**, Fortaleza, 27 maio 2003.
- 73- Comunidades exigem fiscalizações. **O POVO**, Fortaleza, 30 jun. 2003.

- 74- Estudo define impactos. **O POVO**, Fortaleza, 30 jun. 2003.
- 75- Empresa destaca a responsabilidade social. **O POVO**, Fortaleza, 30 jun. 2003.
- 76- Relatório será entregue ao Ibama. **O POVO**, Fortaleza, 30 jun. 2003.
- 77- Licença após rigorosa análise. **O POVO**, Fortaleza, 01 jul. 2003.
- 78- Padre cobra fiscalização. **O POVO**, Fortaleza, 01 jul. 2003.
- 79- Sofrimento. **O POVO**, Fortaleza, 01 jul. 2003.
- 80- Revolta. **O POVO**, Fortaleza, 01 jul. 2003.
- 81- EUA devem criar barreiras. **O POVO**, Fortaleza, 01 set. 2003.
- 82- Nova realidade para o ceará. **O POVO**, Fortaleza, 01 set. 2003.
- 83- Produtores negam concorrência desleal. **O POVO**, Fortaleza, 02 out. 2003.
- 84- Ação questiona licença da SEMACE para Carcinicultura. **O POVO**, Fortaleza, 09 out. 2003.
- 85- Carcinicultura – SEMACE divulga nota sobre ação da PGR. **O POVO**, Fortaleza, 10 out. 2003.
- 86- Sebrae/CE apóia a Carcinicultura. **O POVO**, Fortaleza, 16 nov. 2003.
- 87- Fazendas de camarão – IBAMA constata irregularidades. **O POVO**, Fortaleza, 30 nov. 2003.
- 88- Setor responsável por 9 mil empregos diretos. **O POVO**, Fortaleza, 30 nov. 2003.
- 89- Alta na exportação não tira setor da crise. **O POVO**, Fortaleza, 02 dez. 2003.
- 90- Produto usado na Carcinicultura pode ter matado trabalhador. **O POVO**, Fortaleza, 19 dez. 2003.
- 91- DRT promove reunião. **O POVO**, Fortaleza, 19 dez. 2003.
- 92- Brasil debate a questão hoje. **O POVO**, Fortaleza, 12 jan. 2004.
- 93- EUA querem sobretaxar camarão. **O POVO**, Fortaleza, 12 jan. 2004.
- 94- Brasil receberá retorno dos EUA no dia 20. **O POVO**, Fortaleza, 13 jan. 2004
- 95- O que é dumping. **O POVO**, Fortaleza, 13 jan. 2004.
- 96- País pode até se beneficiar. **O POVO**, Fortaleza, 13 jan. 2004.
- 97- Exportadores solicitam crédito de R\$ 100 mi. **O POVO**, Fortaleza, 15 jan. 2004.
- 98- Produto brasileiro tem menor remuneração. **O POVO**, Fortaleza, 15 jan. 2004.
- 99- Brasil responde aos Estados Unidos. **O POVO**, Fortaleza, 16 jan. 2004.
- 100- Camarões e os chicletes. **O POVO**, Fortaleza, 17 jan. 2004.
- 101- Brasil apresenta proposta para camarão. **O POVO**, Fortaleza, 19 jan. 2004.
- 102- EUA iniciam investigação. **O POVO**, Fortaleza, 21 jan. 2004.
- 103- EUA dão início a investigação. **O POVO**, Fortaleza, 22 jan. 2004.
- 104- Camarão entre os estragos das chuvas. **O POVO**, Fortaleza, 22 fev. 2004.
- 105- Eleição nos EUA favorece adoção de sobretaxa. **O POVO**, Fortaleza, 09 mar. 2004.

- 106- Sua majestade, o camarão. **O POVO**, Fortaleza, 21 abr. 2004.
- 107- Camarão deve render US\$ 300 milhões em 2004. **O POVO**, Fortaleza, 27maio 2004.
- 108- Secretário defende respeito as regras ambientais. **O POVO**, Fortaleza, 27maio 2004.
- 109- Setor produtivo critica órgãos do meio ambiente. **O POVO**, Fortaleza, 27maio 2004.
- 110- Deputados elaboram diagnóstico sobre a Carcinicultura no Nordeste. **O POVO**, Fortaleza, 01 jun. 2004.
- 111- Peixes mortos no Jaguaribe. **O POVO**, Fortaleza, 01 jun. 2004.
- 112- Dificuldades para obter licença. **O POVO**, Fortaleza, 01 jun. 2004.
- 113- Polêmica do camarão. **O POVO**, Fortaleza, 02 jun. 2004.
- 114- Estudo aponta crescimento da área de mangue no ceará. **O POVO**, Fortaleza, 02 jun. 2004.
- 115- Levantamento fará mapas das enfermidades do camarão. **O POVO**, Fortaleza, 02 jun. 2004.
- 116- Produção de camarão deve crescer 33% em 2005. **O POVO**, Fortaleza, 23 jun. 2004.
- 117- Justiça e Carcinicultura. **O POVO**, Fortaleza, 25 jun. 2004.
- 118- Carcinicultura do Ceará terá diagnóstico. **O POVO**, Fortaleza, 24 jun. 2004.
- 119- Brasil e EUA podem chegar a acordo. **O POVO**, Fortaleza, 26 jun. 2004.
- 120- Sobretaxa ao camarão preocupa exportadores. **O POVO**, Fortaleza, 30 jul. 2004.
- 121- Governo tenta derrubar sobretaxa. **O POVO**, Fortaleza, 31 jul. 2004.
- 122- Norte pesca saí do mercado americano. **O POVO**, Fortaleza, 03 ago. 2004.
- 123- Aqüicultura debatida no Centro de Convenções. **O POVO**, Fortaleza, 10 ago. 2004.
- 124- Sobretaxa do camarão deve ser decidida na OMC. **O POVO**, Fortaleza, 11 ago. 2004.
- 125- Associação prevê fim da sobretaxa. **O POVO**, Fortaleza, 13 ago. 2004.
- 126- Coema aprova três projetos de Carcinicultura. **O POVO**, Fortaleza, 13 ago. 2004.
- 127- Governo admite limitação quanto à sobretaxa. **O POVO**, Fortaleza, 27 ago. 2004.
- 128- Carcinicultura financiada. **O POVO**, Fortaleza, 01 nov. 2004.
- 129- Venda externa de camarão cai 18,42%. **O POVO**, Fortaleza, 17 nov. 2004.
- 130- Instrumento para capturar camarão ajuda pescadores. **O POVO**, Fortaleza, 19 dez. 2004.
- 131- EUA vão sobretaxar camarão em 10,4%. **O POVO**, Fortaleza, 21 dez. 2004.
- 132- Diminuição de sobretaxa reacende comércio com EUA. **O POVO**, Fortaleza, 22 dez. 2004.